



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXII - Nº 206 - SÁBADO, 15 DE DEZEMBRO DE 2007 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Garibaldi Alves Filho – PMDB-RN²
1º Vice-Presidente
Tião Viana – PT-AC
2º Vice-Presidente
Alvaro Dias – PSDB-PR
1º Secretário
Efraim Morais – DEM-PB
2º Secretário
Gerson Camata – PMDB-ES

3º Secretário
César Borges¹ PR-BA
4º Secretário
Magno Malta – PR-ES

Suplentes de Secretário
1ª - Papaléo Paes – PSDB-AP
2º - Antônio Carlos Valadares – PSB-SE
3º - João Vicente Claudino – PTB-PI
4º - Flexa Ribeiro – PSDB-PA

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 20	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PC do B/PRB/PP)- 28	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM ¹ /PSDB) – 27
LÍDER Valdir Raupp VICE-LÍDERES 	LÍDER Ideli Salvatti – PT VICE-LÍDERES Epitácio Cafeteira João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles 	LÍDER Demóstenes Torres VICE-LÍDERES Flexa Ribeiro Adelmiir Santana Eduardo Azeredo Kátia Abreu Mário Couto Heráclito Fortes João Tenório Raimundo Colombo Papaléo Paes Romeu Tuma ⁴
LÍDER DO PMDB – 20 Valdir Raupp VICE-LÍDERES DO PMDB Wellington Salgado de Oliveira Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto de Conto	LÍDER DO PT – 12 Ideli Salvatti VICE-LÍDERES DO PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns LÍDER DO PTB – 6 Epitácio Cafeteira VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO PR – 4 João Ribeiro VICE-LÍDER DO PR Expedito Júnior LÍDER DO PSB – 2 Renato Casagrande VICE-LÍDER DO PSB Antônio Carlos Valadares LÍDER DO PC do B – 1 Inácio Arruda LÍDER DO PRB – 2 Marcelo Crivella LÍDER DO PP – 1 Francisco Dornelles	LÍDER DO DEM – 14 José Agripino VICE-LÍDERES DO DEM Kátia Abreu Jayme Campos Raimundo Colombo Edison Lobão ³ Romeu Tuma ⁴ Maria do Carmo Alves LÍDER DO PSDB – 13 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB Sérgio Guerra Alvaro Dias Marisa Serrano Cícero Lucena
LÍDER DO PDT – 5 Jefferson Péres VICE-LÍDER DO PDT Osmar Dias	LÍDER DO P-SOL – 1 José Nery	LÍDER DO GOVERNO Romero Jucá - PMDB VICE-LÍDERES DO GOVERNO Delcídio Amaral Antônio Carlos Valadares Sibá Machado João Vicente Claudino

¹ Senador César Borges comunicou filiação partidária ao PR em 01.10.2007 (DSF 2.10.2007).

² Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado, na Sessão Deliberativa Extraordinária de 12.12.2007 (DSF 13.12.2007)

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia
--	--

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, n° 31, RISF)

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 362, DE 2007

Exclui do Anexo VI da Lei nº 11.451/07 (LOA/2007) o subtítulo Construção de Contornos Ferroviários – no estado de Santa Catarina no estado de Santa Catarina (UO 39.252).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica excluído do Anexo VI da Lei nº 11.451/07 (LOA/2007) o Subtítulo Construção de Contornos Ferroviários – no Estado de Santa Catarina no Estado de Santa Catarina (Uo 39.252).

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, 14 de dezembro de 2007. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 363, DE 2007

Exclui do Anexo VI da Lei nº 11.451/07 (LOA/2007) o subtítulo Recursos para Retomada de Execução de Obras e Serviços – Construção da Barragem poço Verde-se (UO 53.201).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica excluído do Anexo VI da Lei nº 11.451/07 (LOA/2007) o subtítulo Recursos para Retomada de Execução de Obras e Serviços – Construção da Barragem Poço Verde-se (Uo 53.201).

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, 14 de dezembro de 2007. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 364, DE 2007

Inclui no Anexo VI da Lei nº 11.451/07 (LOA/2007) o subtítulo 25.752.1042.3261.0013 – Transformação de Unidades Geradoras de Energia Elétrica Para Utilização do Gás Natural em Manaus (AM) no Estado do Amazonas (UO 32.273).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica incluído no Anexo VI da Lei nº 11.451/07 (LOA/2007) o subtítulo 25.752.1042.3261.0013 – Transformação de Unidades Geradoras de Energia Elétrica para Utilização do gás Natural em Manaus (Am) no Estado do Amazonas (Uo 32.273).

Art. 2º O Tribunal de Contas da União fará o acompanhamento físico-financeiro da execução das obras mencionadas no art. 1º deste Decreto Legislativo, encaminhando relatório à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, 14 de dezembro de 2007. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 365, DE 2007

Exclui do Anexo VI da Lei nº 11.451/07 (LOA/2007) o subtítulo Implantação, Aparentamento e Adequação de Unidades de Saúde do Sus – Adequação do Hospital Geral de Fortaleza – CE (UO 36.901).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica excluído do Anexo VI da Lei nº 11.451/07 (LOA/2007) o subtítulo Implantação, Aparentamento e Adequação de Unidades de Saúde do Sus – Adequação do Hospital Geral de Fortaleza – CE (UO 36.901).

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, 14 de dezembro de 2007. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 366, DE 2007

Exclui do Anexo VI da Lei nº 11.451/07 (LOA/2007) o subtítulo 26.782.0236.1424.0051 – Construção de Trecho Rodoviário – Diamantino – Sapezal – Comodoro – na BR-364 – no Estado do Mato Grosso – no Estado do Mato Grosso (UO 39.252).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica excluído do Anexo VI da Lei nº 11.451/07 (LOA/2007) o subtítulo 26.782.0236.1424.0051 – Construção de Trecho Rodoviário – Diamantino – Sapezal – Comodoro – na BR-364 – no Estado do Mato Grosso – no Estado do Mato Grosso (UO 39.252).

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, 14 de dezembro de 2007. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 367, DE 2007

Exclui do Anexo VI da Lei nº 11.451/07 (LOA/2007) o subtítulo do Programa de Trabalho nº 14.421.0661.11TW.0001, relativo às obras de Construção e Ampliação de Estabelecimentos Penais Estaduais – Nacional – Construção da Casa de Custódia de Goiânia (Casa de Prisão Provisória. Construção do Presídio Regional de Goiânia).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica excluído do Anexo VI da Lei nº 11.451/07 (LOA/2007) o Subtítulo do Programa de Trabalho nº 14.421.0661.11TW.0001, relativo às obras de Construção e Ampliação de Estabelecimentos penais Estaduais – Nacional – Construção da Casa de Custódia de Goiânia (Casa de Prisão Provisória. Construção do Presídio Regional de Goiânia), no âmbito do Fundo Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, 14 de dezembro de 2007. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 368, DE 2007

Exclui do Anexo VI da Lei nº 11.451/07 (LOA/2007) o subtítulo 26.784.0237.5750.0015 – Construção das Eclusas de Tucuruí – no Rio Tocantins – no Estado do Pará – no Estado do Pará (UO 39.252).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica excluído do Anexo VI da Lei nº 11.451/07 (LOA/2007) o subtítulo 26.784.0237.5750.0015 – Construção das Eclusas de Tucuruí – no Rio Tocantins – no Estado do Pará – no Estado do Pará (UO 39.252).

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, 14 de dezembro de 2007. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 234ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 14 DE DEZEMBRO DE 2007

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 291 de 2007, de autoria do Senador João Vicente Claudino, que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Vale do Gurguéia (UVG), com sede na cidade de Bom Jesus, por desmembramento da Universidade Federal do Piauí, e dá outras providências, que tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão de Educação, vai à Câmara dos Deputados..... 45411

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 407, de 2007, de autoria do Senador Valdir Raupp, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica Federal de São Miguel do Guaporé, no Estado de Rondônia, que tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão de Educação, vai à Câmara dos Deputados..... 45411

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 423, de 2007, de autoria do Senador Inácio Arruda, que institui o ano de 2007 como “Ano do Cinquentenário dos painéis Guerra e Paz”, de Candido Portinari, instalados na sede da Organização das Nações Unidas – ONU, em 6 de setembro de 1957, que tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão de Educação, vai à Câmara dos Deputados. 45411

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 450, de 2007, de autoria do Senador Marconi Perillo, que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal da Cidade de Goiás no Município de Goiás-GO, por desmembramento da Universidade Federal de Goiás, que tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão de Educação, vai à Câmara dos Deputados..... 45411

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 451, de 2007, de

autoria do Senador Marconi Perillo, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Anápolis, no Estado de Goiás, que tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão de Educação, vai à Câmara dos Deputados..... 45411

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 574, de 2007, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que introduz § 3º ao art. 801 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) (dispõe sobre modificação de apólice coletiva de seguros), que tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, vai à Câmara dos Deputados..... 45411

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que acrescenta dispositivo à Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB..... 45411

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que acrescenta § 3º – C ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos). 45411

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2007 (nº 7.441/2006, na Casa de origem), que considera o Município de Iguape, localizado no Estado de São Paulo, o Berço da Colonização Japonesa no Brasil..... 45411

1.2.2 – Pareceres

Nº 1.266, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 75, de 2005, de autoria do Senador Pedro Simon, que altera a redação dos §§ 7º e 8º do artigo 54 da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, que “Transforma o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, em Autarquia, dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica e dá outras providências”..... 45411

Nº 1.267, de 2007, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 330, de 2006, de autoria da Senadora Roseana Sarney, que altera a Lei nº 9.394, de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica; e Projeto de Lei do Senado nº 343, de 2006, de autoria do Senador Roberto Saturnino e outros Srs. Senadores, que altera a Lei nº 9.394, de 1996, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica..... 45419

1.2.3 – Ofício do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Nº 259/2007, de 4 do corrente, comunicando a aprovação com as Emendas nºs 1 e 2-CAE, do Projeto de Lei do Senado nº 75, de 2005, em reunião realizada naquela data..... 45440

1.2.4 – Ofício do Presidente da Comissão de Educação

Nº 169/2007, de 4 do corrente, comunicando a aprovação em caráter terminativo, com a emenda oferecida, do Projeto de Lei do Senado nº 330, de 2006, e pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 343, de 2006, que tramita em conjunto, em reunião realizada naquela data..... 45441

1.2.5 – Comunicação da Presidência

Abertura de prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Lei do Senado nºs 75, de 2005; 330 e 343, de 2006, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário..... 45441

1.2.6 – Ofícios

Nº 822/2007, de 31 de outubro último, do Procurador-Geral de Justiça do Estado do Maranhão, encaminhando cópia dos autos do processo administrativo nº 4656AD/2006, com cópia do Parecer dado por aquela Procuradoria Geral de Justiça, atendendo solicitação do Ofício nº 1780/2006 Brasília, 19 de setembro de 2006. (Anexado ao Requerimento nº 13, de 2003-CN – CPMI Terra)..... 45441

Nº 96/2007, de 6 do corrente, do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, encaminhando, em atenção ao Ofício nº SF nº 1.635/2006, de 11.09.2006, cópia do Despacho, por meio do qual autorizou a prorrogação do prazo, por mais 120 dias, para realização das medidas decorrente das conclusões e recomendações efetivas pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios. (Anexado ao Requerimento nº 3, de 2005-CN – CPMI Correios)..... 45441

Nº 1.453/2007, de 8 de novembro último, do Procurador-Geral da República, encaminhando cópia do Ofício nº 60/2006-PP, de 24 de março de 2006, expedido pelo Procurador da República

Peterson de Paula Pereira no Procedimento Administrativo MPF/PGR nº 1.00.000.005535/2005-34. 45442

Nº 268/2007, de 30 de outubro último, da Procuradoria da República no Estado da Paraíba, comunicando o Procedimento Administrativo nº 1.24.000.000434/2006-16, instaurado no âmbito daquela Procuradoria com o intuito de investigar as irregularidades apontadas pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito das Ambulâncias. (Anexado ao Requerimento nº 77/2006-CN – CPMI Ambulâncias)..... 45443

1.2.7 – Aviso do Presidente do Tribunal de Contas da União

Nº 1.707/2007, de 21 de novembro último, encaminhando em atenção ao Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito das Ambulâncias, cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 011.638/2006-8, tendo apensado o processado nº TC 029.462/2006-2, pelo Plenário daquela Corte, bem como o relatório e o Voto que fundamentaram aquela deliberação. (Anexado ao Requerimento nº 77/2006-CN – CPMI Ambulâncias)..... 45443

1.2.8 – Leitura de Proposta de Emenda à Constituição

Nº 102, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que acrescenta § 2º ao Art. 52 da Constituição Federal. 45445

1.2.9 – Discursos do Expediente

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI – Celebração de um ano de criação do Parlamento do Mercosul. 45447

SENADOR PAULO PAIM – Defesa da criação de órgão para fiscalização de concursos públicos. 45452

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR. – Defesa de uma urgente reforma tributária para o país. Denúncia de campanha difamatória contra S.Exª, realizada pela imprensa acreana. 45457

SENADOR HERÁCLITO FORTES – Protestos contra comportamento do secretário de Saúde do Piauí, Assis Carvalho, que vem divulgando que S.Exa. é responsável por uma futura retirada de recursos federais destinados à saúde no Piauí, em decorrência da rejeição da prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). 45464

SENADOR MÃO SANTA – Considerações positivas para economia do país, com o fim da CPMF..... 45468

SENADOR PEDRO SIMON – Defesa da convocação extraordinária do Congresso Nacional para deliberação sobre a reforma tributária. 45474

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR GABRIEL ALVES FILHO, EM 14-12-2007

SENADO FEDERAL

- 3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
- 53ª LEGISLATURA
- 4 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS
- 5 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
- 6 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
- 7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR
- 8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

9 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**CONGRESSO NACIONAL**

- 10 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL
 - 11 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
 - 12 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL
 - 13 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
-

Ata da 234ª Sessão Não Deliberativa, em 14 de dezembro de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Garibaldi Alves Filho, Paulo Paim, Mão Santa e Geraldo Mesquita Júnior

(Inicia-se a sessão às 9 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Lei do Senado nº 291 de 2007**, de autoria do Senador João Vicente Claudino, que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Vale do Gurguéia (UVG), com sede na cidade de Bom Jesus, por desmembramento da Universidade Federal do Piauí, e dá outras providências;
- **Projeto de Lei do Senado nº 407, de 2007**, de autoria do Senador Valdir Raupp, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica Federal de São Miguel do Guaporé, no Estado de Rondônia;
- **Projeto de Lei do Senado nº 423, de 2007**, de autoria do Senador Inácio Arruda, que institui o ano de 2007 como “Ano do Cinquentenário dos painéis Guerra e Paz”, de Candido Portinari, instalados na sede da Organização das Nações Unidas – ONU, em 6 de setembro de 1957;
- **Projeto de Lei do Senado nº 450, de 2007**, de autoria do Senador Marconi Perillo, que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal da Cidade de Goiás no Município de Goiás-GO, por desmembramento da Universidade Federal de Goiás;
- **Projeto de Lei do Senado nº 451, de 2007**, de autoria do Senador Marconi Perillo, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Anápolis, no Estado de Goiás; e
- **Projeto de Lei do Senado nº 574, de 2007**, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que

introduz § 3º ao art. 801 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) (dispõe sobre modificação de apólice coletiva de seguros).

Tendo sido apreciados terminativamente pelas Comissões competentes, os Projetos vão à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

- **Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003** (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que acrescenta dispositivo à Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB;
- **Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006** (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que acrescenta § 3º – C ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos); e
- **Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2007** (nº 7.441/2006, na Casa de origem), que considera o Município de Iguape, localizado no Estado de São Paulo, o Berço da Colonização Japonesa no Brasil.

Aos projetos não foram oferecidas emendas.

As matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes.

PARECER Nº 1.266, DE 2007

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de lei do Senado nº 75,

de 2005, de autoria do Senador Pedro Simon, que altera a redação dos §§ 7º e 8º do art. 54 da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, que “Transforma o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, em Autarquia, dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica e dá outras providências”.

Relator: Senador **Eduardo Suplicy**

I – Relatório

O projeto em exame, de autoria do Senador Pedro Simon, altera a redação dos §§ 7º e 8º do art. 54 da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, para impedir que os atos de concentração econômica sujeitos à apreciação do Cade sejam considerados aprovados tão-somente porque o Cade não os apreciou durante o prazo legal de análise, efeito cominado pela norma legal (§ 7º do art. 54 da Lei nº 8.884, de 1994) em vigor.

A justificação explícita a necessidade de se impedir que instituições de controle e grande responsabilidade pelo equilíbrio da economia nacional, tais como a Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça (SDE/MJ), a Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda (SEAE/MF) e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), se comportem de maneira açodada ou omissa na apreciação de atos de concentração econômica, os quais são, ao menos potencialmente, lesivos à estrutura concorrencial dos mercados em que se inserem.

Submetido pelo Plenário dessa Casa à apreciação, em caráter terminativo, desta Comissão em 16 de março de 2005, não foi o presente Projeto objeto de emendas.

II – Análise

Passamos à abordagem do PLS nº 75, de 2005, sob os parâmetros de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito.

Sob o enfoque da constitucionalidade formal, o projeto não apresenta vícios, porquanto observadas as regras pertinentes à: **a)** competência do ente federativo, dado que cabe à União legislar concorrentemente sobre direito econômico (art. 24, inc. I, da Constituição) e ‘produção e consumo’ (art. 24, inc. V, da Constituição), temas que abarcam a hipótese sob exame; e **b)** iniciativa da pessoa, em virtude da atribuição de poder a qualquer membro do Senado Federal poder para iniciar projeto de lei ordinária (art. 61 da Constituição), inclusive sob o tema em análise, eis que não inserido dentre aqueles de iniciativa privativa do Presidente da República ou de outros titulares previstos no texto constitucional (reserva temática de iniciativa).

Sob o enfoque da constitucionalidade material, o projeto não apresenta vícios, porque a eliminação da possibilidade de aprovação compulsória do ato de concentração econômica por decurso de prazo não constitui, por si, restrição à tutela da livre iniciativa ou da concorrência praticável.

A juridicidade do projeto sob estudo deve observar os aspectos de inovação, efetividade, espécie normativa adequada, coercitividade e generalidade. Passemos à análise de cada dimensão proposta.

A inovação, a efetividade e a coercitividade constituem conseqüências evidentes do projeto, porquanto a solução adotada impede a aprovação compulsória do ato de concentração econômica por decurso do prazo legal estipulado para sua análise. A deliberação em apreço está encartada na espécie normativa adequada, já que as restrições à liberdade de exercício de atividade econômica devem estar previstas em lei ordinária, como preceitua o parágrafo único do art. 170 da Constituição. A generalidade também se evidencia, porquanto a regra será aplicável, indistintamente, a todas as uniões empresariais sujeitas à apreciação do Cade.

Não há no projeto, em conclusão, vício de juridicidade.

O projeto observa as regras de técnica legislativa, em especial a que impossibilita a inclusão de matéria diversa ao tema. Há necessidade, entretanto, de emenda de redação ao art. 1º do Projeto sob análise, a fim de ajustar a redação do § 8º do art. 54 à nova redação delineada para o § 7º, bem como corrigir a menção à Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, órgão que hoje exerce as funções da outrora Secretaria de Política Econômica.

Acerca do mérito, deve-se observar que o projeto visa a eliminar a possibilidade de aprovação compulsória do ato de concentração por decurso de prazo.

O texto em vigor (§ 7º do art. 54 da Lei nº 8.884, de 1994) determina a aprovação compulsória da operação, sempre que o Cade deixar de se manifestar sobre o ato de concentração no prazo de sessenta dias, contados da remessa do ato de concentração pela SDE/MJ àquele Conselho.

Essa regra, ao acolher a aprovação automática por decurso de prazo, coloca à disposição das autoridades antitruste pernicioso instrumento de triagem processual, o qual estimula o Cade a descumprir o seu dever legal de analisar e julgar cada ato de concentração apresentado nos termos da Lei, e, se utilizado, poderá não raro levar à aprovação de atos de concentração econômica visivelmente lesivos à estrutura concorrencial dos mercados que abarcam.

Deve-se observar, ademais, como estatui o parágrafo único do art. 1º da Lei Antitruste (Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994), ser a coletividade a titular dos bens jurídicos tutelados nessa Lei, tais como a liberdade de iniciativa econômica, a livre concorrência, a função social da propriedade, a defesa dos consumidores e a repressão ao abuso do poder econômico,

Nesse contexto, deve-se concluir pelo mérito da medida aqui proposta, a fim de impor ao Cade o dever de perquirir, em cada acordo de união econômica apresentado, se há, ou não, eliminação de parte substancial da concorrência existente no mercado relevante afetado.

III – Voto

Em consonância com as justificativas apresentadas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 75, de 2005, com a Emenda nº 1 que apresenta, acatando, ainda, a Emenda nº 2.

EMENDA Nº 1 – CAE

Dê-se ao art. 1º do PLS nº 75, de 2005, a seguinte redação:

“Art. 1º Os §§ 7º e 8º do art. 54 da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 54.

§ 7º A eficácia dos atos de que trata esse artigo fica condicionada à sua aprovação, caso em que retroagirá à data de sua realização.

§ 8º Os prazos estabelecidos no § 6º desse artigo poderão ser prorrogados justificadamente por igual período, uma única vez, e ficarão suspensos enquanto não forem apresentados esclarecimentos e documentos imprescindíveis à análise do processo, solicitados pelo Cade, SDE ou Seae.

..... (NR)”.

Sala da Comissão, 4 de dezembro de 2007. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**.

EMENDA Nº 2 – CAE

Dê-se ao § 5º, do art. 54 da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, de que trata o 1º do Projeto de Lei do Senado nº 75, de 2007, a redação abaixo, que suprime os termos relativos à Unidade de Referência Fiscal – UFIR:

“§ 5º A inobservância dos prazos de apresentação previstos no parágrafo anterior será punida com multa pecuniária, de valor não inferior a R\$63.846,00 (sessenta e três mil, oitocentos e quarenta e seis reais) nem superior a R\$6.384.600,00 (seis milhões, trezentos e oitenta e quatro mil e seiscentos reais) a ser aplicada pelo Cade, sem prejuízo da abertura de processo administrativo, nos termos do art. 32.

..... “ (NR)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
PROJETO DE LEI DO SENADO FEDERAL Nº 75, DE 2005
TERMINATIVO

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 04/12/07, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: 

RELATOR(A): 

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB, PP e PTB)

EDUARDO SUPLICY (PT)

1-FLÁVIO ARNS (PT)

FRANCISCO DORNELLES (PP)

2-PAULO PAIM (PT)

DELCÍDIO AMARAL (PT)

3-IDELI SALVATTI (PT)

ALOIZIO MERCADANTE (PT)

4-SIBÁ MACHADO (PT)

EUCLYDES MELLO (PTB)

5-MARCELO CRIVELLA (PRB)

RENATO CASAGRANDE (PSB)

6-INÁCIO ARRUDA (PCdoB)

EDEPEDITO JÚNIOR (PR)

7-PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)

SERYS SLHESARENKO (PT)

8-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)

JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB)

9-CÉSAR BORGES (PR)

PMDB

ROMERO JUCÁ

1-VALTER PEREIRA

VALDIR RAUPP

2-ROSEANA SARNEY

PEDRO SIMON (cartão)

3-WELLINGTON SALGADO

MÃO SANTA

4-LEOMAR QUINTANILHA

GILVAM BORGES

5- EDISON LOBÃO

NEUTO DE CONTO

6-PAULO DUQUE

GARIBALDI ALVES FILHO

7-JARBAS VASCONCELOS

DEM

ALDEMIR SANTANA

1-JONAS PINHEIRO

VAGO

2-ANTONIO CARLOS JÚNIOR

ELISEU RESENDE

3-DEMÓSTENES TORRES

JAYME CAMPOS

4-ROSALBA CIARLINI

KÁTIA ABREU

5-MARCO MACIEL

RAIMUNDO COLOMBO

6-ROMEU TUMA

PSDB

CÍCERO LUCENA

1-ARTHUR VIRGÍLIO

FLEXA RIBEIRO

2-EDUARDO AZEREDO

SÉRGIO GUERRA

3-MARCONI PERILLO

TASSO JEREISSATI

4-JOÃO TENÓRIO

PDT

OSMAR DIAS

1-JEFFERSON PÉRES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PLS nº 75, de 2005.

TITULARES - Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PdoB, PRB, PP e PTB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PdoB, PRB, PP e PTB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO SUPLICY (PT)	X				1-FLAVIO ARNS (PT)				
FRANCISCO DORNELLES (PT)					2-PAULO PAIM (PT)				
DELCLIDIO AMARAL (PT)	X				3-IDELI SALVATTI (PT)	X			
ALOIZIO MERCADANTE (PT)					4-SIBA MACHADO (PT)	X			
FUCLYDES MELLO (PTB)					5-MARCELO CRIVELLA (PRB)				
RENATO CASAGRANDE (PSB)	X				6-INACIO ARRUDA (PCdoB)				
EXPEDITO JUNIOR (PR)					7-PATRICIA SABOYA GOMES (PSB)				
SERYS SIHESARENKO (PT)	X				8-ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)				
JOAO VICENTE CLAUDINO (PTB)					9-CESAR BORGES (PR)				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ROMERO JUCA	X				1-VALTER PEREIRA				
VALDIR RAUPP	X				2-ROSEANA SARNEY				
PEDRO SIMON (AUTOR)			X		3-WELLINGTON SALGADO				
MAO SANTA					4-LEOMAR QUINTANILHA				
GILVAM BORGES					5-EDISON LOBAO				
NEUTO DE CONTO	X				6-PAULO DUQUE				
GARIBALDI ALVES FILHO					7-JARBAS VASCONCELOS				
TITULARES - DEM	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - DEM	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ADELMIR SANTANA					1-JONAS PINHEIRO				
VAGO					2-ANTONIO CARLOS JUNIOR	X			
ELISEU RESENDE					3-DEMOSTENES TORRES				
JAYME CAMPOS					4-ROSALBA CIARLINI				
KATIA ABREU					5-MARCO MACIEL				
RAIMUNDO COLOMBO					6-ROMEU TUMA				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CICERO LUCENA					1-ARTHUR VIRGILIO				
FLEXA RIBEIRO					2-EDUARDO AZEREDO	X			
SERGIO GUERRA					3-MARCONI PERILLO				
TASSO JEREISSATI					4-JOAO TENORIO				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE-PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS	X				1-JEFFERSON PERES				

TOTAL 44 SIM 42 NÃO 2 PREJ 1 AUTOR 1 ABS 1 PRESIDENTE 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 04/12/07.

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, RJSF)

Atualizada em 13/11/07

Senador Aloizio Mercadante
Presidente

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – Emendas nº 01 e 02-CAE apresentadas ao PLS nº 75, de 2005.

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PedaB, PRB, PP e PTB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PedaB, PRB, PP e PTB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO SUPLEY (PT)	X				1-FLAVIO ARNS (PT)				
FRANCISCO DORNELLES (PP)					2-PAULO PAIM (PT)				
DELCÍLIO AMARAL (PT)	X				3-IDELI SALVATI (PT)	X			
ALOIZIO MERCADANTE (PT)					4-SIBA MACHADO (PT)	X			
EUCLYDES MELLO (PTB)	X				5-MARCELO CRIVELLA (PRB)				
RENATO CASAGRANDE (PSDB)					6-INACIO ARRUDA (PCdoB)				
EXPEDITO JUNIOR (PR)					7-PATRICIA SABOYA GOMES (PSB)				
SERYS SILHESARENKO (PT)	X				8-ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)				
JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB)					9-CÉSAR BORGES (PR)				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ROMERO IUCA	X				1-VALTER PEREIRA				
VALDIR RAUPP	X				2-ROSEANA SARNEY				
PÉDRO SIMON	X				3-WELLINGTON SALGADO				
MÃO SANTA					4-LEOMAR QUINTANILHA				
GILVAM BORGES					5-EDISON LORAO				
NEUTO DE CONTO	X				6-PAULO DUQUE				
GARIBALDI ALVES FILHO					7-JARBAS VASCONCELOS				
TITULARES - DEM	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - DEM	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ADELMIR SANTANA					1-JONAS PINHEIRO				
VAGO					2-ANTONIO CARLOS JÚNIOR	X			
ELISEU RESENDE					3-DEMÓSTENES TORRES				
JAYME CAMPOS					4-ROSALBA GIARLINI				
KATIA ABREU					5-MARCO MACIEL				
RAIMUNDO COLOMBO					6-ROMEU TUMA				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CÍCERO LUCENA					1-ARTHUR VIRGÍLIO				
FLEXA RIBEIRO					2-EDUARDO AZEREDO	X			
SÉRGIO GUERRA					3-MARCONI PERILLO				
TASSO IREISSATI					4-JOÃO TENÓRIO				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE-PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS	X				1-JEFFERSON PERES				

TOTAL SIM 13 NÃO 2 PRES 2 AUT 2 ABS 2 PRESIDENTE 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 07/12/07.

Aloizio Mercadante
Senador Aloizio Mercadante
Presidente

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, RISF)

Atualizada em 13/11/07

TEXTO FINAL

**APRESENTADO AO PROJETO
DE LEI DO SENADO Nº 75, DE 2005**

Altera a redação dos §§ 7º e 8º do artigo 54 da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, que “Transforma o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, em Autarquia, dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica e dá outras providências”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os §§ 7º e 8º do art. 54 da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 54.

.....
§ 5º A inobservância dos prazos de apresentação previstos no parágrafo anterior será punida com multa pecuniária, de valor não inferior a R\$63.846,00 (sessenta e três mil, oitocentos e quarenta e seis reais) nem superior a R\$6.384.600,00 (seis milhões, trezentos e oitenta e quatro mil e seiscentos reais) a ser aplicada pelo Cade, sem prejuízo da abertura de processo administrativo, nos termos do art. 32.

.....
§ 7º A eficácia dos atos de que trata esse artigo fica condicionada à sua aprovação, caso em que retroagirá à data de sua realização.

§ 8º Os prazos estabelecidos no § 6º desse artigo poderão ser prorrogados justificadamente por igual período, uma única vez, e ficarão suspensos enquanto não forem apresentados esclarecimentos e documentos imprescindíveis à análise do processo, solicitados pelo Cade, SDE ou Seae.

.....”(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 4 de dezembro de 2007.
– Senador **Eduardo Suplicy**, Relator – Senador **Aloizio Mercadante**, Presidente.

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I – direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

II – orçamento;

III – juntas comerciais;

IV – custas dos serviços forenses;

V – produção e consumo;

VI – florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

VII – proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;

VIII – responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

IX – educação, cultura, ensino e desporto;

X – criação, funcionamento e processo do juizado de pequenas causas;

XI – procedimentos em matéria processual;

XII – previdência social, proteção e defesa da saúde;

XIII – assistência jurídica e Defensoria pública;

XIV – proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;

XV – proteção à infância e à juventude;

XVI – organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis.

§ 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§ 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

§ 3º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

§ 4º A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.

Subseção III
Das Leis

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I – fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II – disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

TÍTULO VII

Da Ordem Econômica e Financeira

CAPÍTULO I

Dos Princípios Gerais da Atividade Econômica

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

I – soberania nacional;

II – propriedade privada;

III – função social da propriedade;

IV – livre concorrência;

V – defesa do consumidor;

VI – defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003)

VII – redução das desigualdades regionais e sociais;

VIII – busca do pleno emprego;

IX – tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 6, de 1995)

Parágrafo único. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.

OF. Nº 259/2007/CAE

Brasília, 4 de dezembro de 2007

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em reunião realizada nesta data, o Projeto de Lei do Senado nº 75, de 2005, que “altera a redação dos §§ 7º e 8º do artigo 54 da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, que transforma o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, em Autarquia, dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica e dá outras providências”, com as Emendas nºs 1 e 2-CAE.

Respeitosamente, Senador **Aloizio Mercadante**,
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

DOCUMENTOS ANEXADOS NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO.

RELATÓRIO

Relator: Senador **José Jorge**

I – Relatório

O projeto em exame, de autoria do Senador Pedro Simon, altera a redação dos §§ 7º e 8º do artigo 54 da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994 para impedir que os atos de concentração econômica sujeitos à apreciação do Cade possam ser aprovados por decurso de prazo.

A justificação explicita a necessidade de se impedir que instituições de controle e grande responsabilidade pelo equilíbrio da economia nacional, tais como a Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça (SDE/MJ), a Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda (SEAE/MF) e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), se comportem de maneira açodada ou omissa na apreciação de atos de concentração econômica, os quais são, ao menos potencialmente, lesivos à estrutura concorrencial dos mercados em que se inserem.

Submetido pelo Plenário dessa Casa à apreciação, em caráter terminativo, desta Comissão em 16

de março de 2005, não foi, o presente Projeto, objeto de emendas.

II – Análise

Passamos à abordagem do PLS nº 75, de 2005, sob os parâmetros de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito.

Sob o enfoque da constitucionalidade formal, o projeto não apresenta vícios, porquanto observadas as regras pertinentes à: **a)** competência do ente federativo, dado que cabe à União legislar concorrentemente sobre direito econômico (art. 24, inc. I, da Constituição) e ‘produção e consumo’ (art. 24, inc. V, da Constituição), temas que abarcam a hipótese sob exame; e **b)** iniciativa da pessoa, atribuída a qualquer membro do Senado Federal poder para iniciar projeto de lei ordinária (art. 61 da Constituição), inclusive sob o tema em análise, eis que não inserido dentre aqueles de iniciativa privativa do Presidente da República ou de outros titulares previstos no texto constitucional (reserva temática de iniciativa).

Sob o enfoque da constitucionalidade material, o projeto não apresenta vícios, porque a eliminação da possibilidade de aprovação compulsória do ato de concentração econômica por decurso de prazo não constitui, por si, restrição à tutela da livre iniciativa ou da concorrência praticável.

A juridicidade do projeto sob estudo deve observar os aspectos de inovação, efetividade, espécie normativa adequada, coercitividade e generalidade. Passemos à análise de cada dimensão proposta.

A inovação, a efetividade e a coercitividade constituem consequências evidentes do projeto, porquanto a solução adotada impede a aprovação compulsória do ato de concentração econômica por decurso do prazo legal estipulado para sua análise. A deliberação em apreço está encartada na espécie normativa adequada, já que as restrições à liberdade de exercício de atividade econômica devem estar previstas em lei ordinária, como preceitua o parágrafo único do art. 170 da Constituição. A generalidade também se evidencia, porquanto a regra será aplicável, indistintamente, a todas as uniões empresariais sujeitas à apreciação do Cade.

Não há no projeto, em conclusão, vício de juridicidade.

O projeto observa as regras de técnica legislativa, em especial a que impossibilita a inclusão de matéria diversa ao tema.

Acerca do mérito, deve-se observar que o projeto visa a eliminar a possibilidade de aprovação compulsória do ato de concentração por decurso de prazo.

O texto em vigor (§ 7º ao art. 54 da Lei nº 8.884, de 1994) determina a aprovação compulsória da operação, sempre que o Cade deixar de se manifestar sobre o ato de concentração no prazo de sessenta dias.

Essa regra, ao acolher a aprovação automática por decurso de prazo, coloca à disposição das autoridades antitruste pernicioso instrumento de triagem processual, o qual estimula o Cade a descumprir o seu dever legal de analisar e julgar cada ato de concentração apresentado nos termos da Lei, e, se utilizado, poderá não raro levar à aprovação de atos de concentração econômica visivelmente lesivos à estrutura concorrencial dos mercados que abarcam.

Deve-se observar, ademais, como estatui o parágrafo único do art. 1º da Lei Antitruste (Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994), ser a coletividade a titular dos bens jurídicos tutelados nessa Lei, tais como a liberdade de iniciativa econômica, a livre concorrência, a função social da propriedade, a defesa dos consumidores e a repressão ao abuso do poder econômico.

Nesse contexto, deve-se concluir pelo mérito da medida aqui proposta, a fim de impor ao Cade o dever de perquirir, em cada acordo de união econômica apresentado, se há, ou não, eliminação de parte substancial da concorrência existente no mercado relevante afetado.

III – Voto

Em consonância com as justificativas apresentadas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 75, de 2005.

Sala da Comissão

PARECER Nº 1.267, DE 2007

Da Comissão de Educação, Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 330, de 2006, que altera a Lei nº 9.394, de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica e Projeto de Lei do Senado nº 343, de 2006, de autoria do Senador Roberto Saturnino e outros Senhores Senadores que altera a Lei nº 9.394, de 1996, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica.

Relatora: Senadora **Marisa Serrano**

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 330, de 2006, de iniciativa da Senadora Roseana Sarney, dis-

põe sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica.

Para tanto, o projeto altera o art. 26, § 2º, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) –, incluindo a música como conteúdo obrigatório do ensino da arte, a ser ministrado por professores com formação específica na área musical (art.1º).

De acordo com o art. 2º da proposição, os sistemas de ensino terão três anos letivos para se adaptarem à mudança.

Pelo art. 3º, a Lei em que o projeto se transformar entrará em vigor na data de sua publicação.

Entre os argumentos apresentados para justificar a iniciativa, a autora ressalta a restrição que o ensino da música tem sofrido nos sistemas de ensino, os quais têm dado prioridade às artes visuais e à contratação dos generalistas professores de educação artística. Com isso, a música tem sido relegada a plano secundário, a despeito da estreita e intensa relação dos discentes com esse segmento artístico no dia-a-dia.

Não foram apresentadas emendas ao projeto no prazo regimental.

Por fim, cumpre registrar que, a requerimento do Senador Cristovam Buarque, a matéria tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 343, de 2006, de teor idêntico ao do PLS nº 330/2006. Aquele foi subscrito pelo Senador Roberto Saturnino e protocolado em data mais recente.

II – Análise

Nos termos do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a matéria objeto dos Projetos de Lei do Senado de nºs 330 e 343, de 2006, situa-se entre aquelas sujeitas à apreciação da Comissão de Educação.

A propósito, vale salientar, conforme destacado no relatório, que as proposições apresentam o mesmo conteúdo, tendo o PLS nº 330/2006 precedência para efeito de tramitação conjunta, nos termos do art. 260, II, **b**, do Risf.

Ressalve-se ainda, que essa idéia é fruto de inúmeros encontros, reuniões e audiências públicas realizadas pela Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social com a participação conjunta de toda a área musical brasileira.

No que se refere ao mérito das proposições, impõe-se apontar a importância da música na formação humana geral e, em particular, na formação de nossa identidade de brasileiros.

Os desvirtuamentos detectados no ensino da arte são motivados, via de regra, pela escassez de recursos. Entretanto, nota-se, também, acomodação

dos sistemas de ensino, que têm optado por contratar profissionais com formação genérica em artes, mormente professores de educação artística, mais propensos a valorizar as artes plásticas e cênicas, em detrimento da música, que está muito mais presente em nosso cotidiano.

Com efeito, a proposição se apresenta oportuna para corrigir a distorção, sem implicar prejuízo para as demais artes. Cuida-se de dar a cada uma o seu devido lugar, respeitadas, quando possível, as preferências e aptidões do alunado.

Ademais, os projetos deixam aos sistemas de ensino a decisão de como ministrar o ensino musical. Seja como conteúdo transversal, seja sob o formato de disciplina isolada, o importante é o oferecimento aos alunos de efetivo acesso ao estudo da música.

Por tudo isso, inexistindo nos projetos quaisquer vícios quanto aos aspectos de constitucionalidade e juridicidade, resta apontar a inadequação da redação de ambos aos ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, para o que é apresentada emenda destinada ao aprimoramento da técnica legislativa empregada na elaboração das matérias.

Por fim, tendo em conta as disposições do Risf no que tange à precedência da proposição mais antiga sobre a mais nova, nos casos de tramitação conjunta, cumpre argüir a oportunidade do PLS nº 343, de 2006, razão pela qual somos pelo seu arquivamento.

III – Voto

Diante do exposto, o voto é pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 343, de 2006, e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 330, de 2006, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 1 – CE

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 330, de 2006, a seguinte redação:

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica.

Sala da Comissão, 4 de dezembro de 2007.

, Presidente

, Relatora

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AOS PLS Nº 330/06 E PLS Nº 343/06
NA REUNIÃO DE 04/12/07 OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

hinh (Sen. Cristovam Buarque)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)

FLÁVIO ARNS	1- PATRÍCIA SABOYA GOMES
AUGUSTO BOTELHO	2- JOÃO PEDRO
FÁTIMA CLEIDE	3- ALOÍZIO MERCADANTE
PAULO PAIM	4- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
IDELI SALVATTI	5- FRANCISCO DORNELLES
INÁCIO ARRUDA	6- MARCELO CRIVELLA
RENATO CASAGRANDE	7- MAGNO MALTA
SÉRGIO ZAMBIASI	8- JOÃO VICENTE CLAUDINO
JOÃO RIBEIRO	9- SIBÁ MACHADO

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- ROMERO JUCÁ
GILVAM BORGES	2- LEOMAR QUINTANILHA
MÃO SANTA	3- PEDRO SIMON
VALDIR RAUPP	4- VALTER PEREIRA
PAULO DUQUE	5- JARBAS VASCONCELOS
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	6- (VAGO)
GERSON CAMATA	7- NEUTO DE CONTO

BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)

EDISON LOBÃO	1- ADELMIR SANTANA
HERÁCLITO FORTES	2- DEMÓSTENES TORRES
MARIA DO CARMO ALVES	3- JONAS PINHEIRO
MARCO MACIEL	4- JOSÉ AGRIPINO
RAIMUNDO COLOMBO	5- KÁTIA ABREU
ROSALBA CIARLINI	6- ROMEU TUMA
MARCONI PERILLO	7- CÍCERO LUCENA
MARISA SERRANO	8- EDUARDO AZEREDO
RELATOR:	9- SÉRGIO GUERRA
PAPALÉO PAES	10- LÚCIA VÂNIA
FLEXA RIBEIRO	

PDT

CRISTOVAM BUARQUE	1- JEFFERSON PÉRES
-------------------	--------------------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PLS 320/06

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FLAVIO ARNS					PATRICIA SABOYA GOMES				
AUGUSTO BOTELHO	X				JOÃO PEDRO				
FÁTIMA CLEIDE					ALOÍZIO MERCADANTE				
PAULO PAIM	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X			
IDELI SALVATTI	X				FRANCISCO DORNELLES				
INÁCIO ARRUDA	X				MARCELO CRIVELLA	X			
RENATO CASAGRANDE	X				MAGNO MALTA				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				JOÃO VICENTE CLAUDINO				
JOÃO RIBEIRO					SIBÁ MACHADO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO					ROMERO JUCA				
GILVAM BORGES					LEOMAR QUINTANILHA				
MÃO SANTA	X				PEDRO SIMON	X			
VALDIR RAUPP	X				VALTER PEREIRA	X			
PAULO DUQUE					JARBAS VASCONCELOS				
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X				(VAGO)				
GERSON CAMATA	X				NEUTO DE CONTO	X			
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDISON LOBÃO					ADELMIR SANTANA				
HERÁCLITO FORTES					DEMÓSTENES TORRES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				JONAS PINHEIRO				
MARCO MACIEL					JOSÉ AGRIPINO				
RAIMUNDO COLOMBO					KÁTIA ABREU				
ROSALBA CIARLINI					ROMEU TUMA	X			
MARCONI PERILLO					CÍCERO LUCENA	X			
MARISA SERRANO	X				EDUARDO AZEREDO	X			
PAPALÉO PAES					SÉRGIO GUERRA				
FLEXA RIBEIRO	X				LÚCIA VANIA	X			
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE					JEFFERSON PERES				

TOTAL: 22 SIM: 21 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 01

W. B. A.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE
Presidente da Comissão de Educação

SALA DAS REUNIÕES, EM 04/12/2007

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PLS 33006 EMENDA Nº 01 - CE.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FLAVIO ARNS					PATRICIA SABOYA GOMES				
AUGUSTO BOTELHO	X				JOÃO PEDRO				
FÁTIMA CLEIDE					ALOIZIO MERCADANTE				
PAULO PAIM	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X			
IDELI SALVATTI	X				FRANCISCO DORNELLES				
INÁCIO ARRUDA					MARCELO CRIVELLA	X			
RENATO CASAGRANDE	X				MAGNO MALTA				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				JOÃO VICENTE CLAUDINO				
JOÃO RIBEIRO					SIBA MACHADO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO					ROMERO JUCA				
GILVAM BORGES					LEOMAR QUINTANILHA				
MÃO SANTA	X				PEDRO SIMON	X			
VALDIR RAUPP	X				VALTER PEREIRA	X			
PAULO DUQUE					JARBAS VASCONCELOS				
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X				(VAGO)				
GERSON CAMATA	X				NEUTO DE CONTO	X			
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDISON LOBÃO					ADELMIR SANTANA				
HERÁCLITO FORTES					DEMÓSTENES TORRES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				JONAS PINHEIRO				
MARCO MACIEL					JOSÉ AGRIPINO				
RAIMUNDO COLOMBO					KÁTIA ABREU				
ROSALBA CIARLINI					ROMEU TUMA	X			
MARCONI PERILLO					CÍCERO LUCENA	X			
MARISA SERRANO					EDUARDO AZEREDO	X			
PAPALÉO PAES					SÉRGIO GUERRA				
FLEXA RIBEIRO	X				LÚCIA VÂNIA	X			
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE					JEFFERSON PERES				

TOTAL: 21 SIM: 20 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 01



SALA DAS REUNIÕES, EM 04/12/2007

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE
Presidente da Comissão de Educação

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

DECLARAÇÃO DE PREJUDICIALIDADE DA MATÉRIA
LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PLS 343/06

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FLAVIO ARNS					PATRICIA SABOYA GOMES				
AUGUSTO BOTELHO	X				JOÃO PEDRO				
FATIMA CLEIDE					ALOIZIO MERCADANTE				
PAULO PAIM	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X			
IDELI SALVATTI	X				FRANCISCO DORNELLES				
INÁCIO ARRUDA					MARCELO CRIVELLA	X			
RENATO CASAGRANDE	X				MAGNO MALTA				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				JOÃO VICENTE CLAUDINO				
JOAO RIBEIRO					SIBA MACHADO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO					ROMERO JUCÁ				
GILVAM BORGES					LEOMAR QUINTANILHA				
MÃO SANTA	X				PEDRO SIMON	X			
VALDIR RAUPP	X				VALTER PEREIRA	X			
PAULO DUQUE					JARBAS VASCONCELOS				
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X				JOAQUIM RORIZ				
GERSON CAMATA	X				NEUTO DE CONTO	X			
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDISON LOBAO					ADELMIR SANTANA				
HERÁCLITO FORTES					DEMÓSTENES TORRES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				JONAS PINHEIRO				
MARCO MACIEL					JOSE AGRIPINO				
RAIMUNDO COLOMBO					KATIA ABREU				
ROSALBA CIARLINI					ROMEU TUMA	X			
MARCONI PERILLO					CÍCERO LUCENA	X			
MARISA SERRANO	X				EDUARDO AZEREDO	X			
PAPALEO PAES					SÉRGIO GUERRA				
FLEXA RIBEIRO	X				LÚCIA VANIA	X			
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE					JEFFERSON PÉRES				

TOTAL: 22 SIM: 21 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 01 *W. C.*

* OBSERVAÇÃO: APROVADO O PARECER PELA PREJUDICIALIDADE DO PROJETO.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE
Presidente da Comissão de Educação

SALA DAS REUNIÕES, EM 04/12/2007

TEXTO FINAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 330, DE 2006

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 2º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido dos seguintes incisos I e II:

“Art. 26.

§ 2º

I – A música deverá ser conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular de que trata o § 2º.

II – O ensino da música será ministrado por professores com formação específica na área.

.....”(NR)

Art. 2º Os sistemas de ensino terão três anos letivos para se adaptarem às exigências estabelecidas no art. 1º.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 4 de dezembro de 2007. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente – Senadora **Marisa Serrano**, Relatora.

Of. nº CE/169/2007

Brasília, 4 de dezembro de 2007

A Sua Excelência o Senhor
Senador Tião Viana
Vice-Presidente, no exercício da presidência,
do Senado Federal
Nesta

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, em reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 330, de 2006, de autoria de Sua Excelência a Senhora Senadora Roseana Sarney que, “Altera a Lei nº 9.394, de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica”, com a emenda oferecida e pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 343, de 2006, de autoria de Suas Excelên-

cias os Senhores Senadores Roberto Saturnino, Sérgio Zambiasi, Cristovam Buarque, Romeu Tuma e Juvêncio da Fonseca que, “Altera a Lei nº 9.394, de 1996, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica”, que tramita em conjunto.

Atenciosamente, Senador **Cristovam Buarque**,
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

DOCUMENTO ANEXADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO:

38ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2006.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT – RJ): Declaro aberta a 38ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, e a 9ª Reunião Ordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, realizando-se hoje, 22 de novembro de 2006.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior. Se todos os Srs. Senadores estão de acordo, fica dispensada.

A reunião de hoje tem por objeto realizar uma Audiência Pública a respeito do tema da inclusão da música como disciplina obrigatória no currículo escolar. E os convidados já estão presentes, e eu peço à Secretaria que os encaminhe à Mesa. São os Srs. Murilo Hingel, ex-Ministro da Educação e Conselheiro

do Conselho Nacional de Educação do MEC. A Prof^a Liane Hentschke da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o Prof. Sérgio Luiz Ferreira de Figueiredo da Universidade de Santa Catarina, Federal de Santa Catarina, Turíbio Santos, nosso músico conhecido e Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e João Guilherme Ripper que é compositor e Diretor da Sala Cecília Meireles, do Rio de Janeiro.

Estando os presentes... Bom, trata-se de um tema que há tempos é discutido, recorrentemente nesta Comissão, e lembrado por um ou outro depoente que por aqui passa, é um tema antigo na discussão dos currículos escolares brasileiros, que é a inclusão da música no currículo escolar. A música já fez parte do currículo no meu tempo de colégio, a música fazia parte.

Agora, é claro que hoje não é necessariamente a mesma forma de ensino musical que estaria se pretendendo recolocar, mas precisamente sobre este tema, isto é, sobre a importância, a necessidade mesmo da música fazer parte do currículo, e a forma pela qual ela deveria ser apresentada aos nossos estudantes, e que estará hoje em discussão aqui nesta Audiência Pública.

E eu vou logo passar a palavra ao primeiro expositor, que é a Prof^a. Liana Hentschke, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Eu vou pedir aos expositores que dentro das suas possibilidades, se limitem ao uso de 15 minutos. Naturalmente, se houver alguma necessidade de uma certa elasticidade, isso faz parte da praxe, da condução dos trabalhos. Com a palavra a Prof^a Liane.

SRA. LIANE HENTSCHEKE – Ex^{mo} Sr. Roberto Saturnino, Presidente da Subcomissão de Educação e Cultura; Ex^{mo} Sr. Murilo Hingel, representante do Ministério da Educação; Ex^{mo} Sr. Júlio Ricardo Linhares, Secretário da Comissão de Educação e Cultura; Ex^{mos} Srs. Senadores, ilustríssimos colegas de Mesa e de área aqui presentes.

É com imensa satisfação que retorno ao Senado, depois de 11 anos. Em 1995, por ocasião das últimas Audiências Públicas para decidir sobre a nova LDB, um grupo de educadores musicais e de educadores de outras artes, estavam aqui reivindicando a inclusão do ensino de artes como disciplina obrigatória no currículo escolar, uma vez que havia sido proposta a extinção completa da obrigatoriedade de qualquer modalidade artística.

A manutenção de ensino de artes como obrigatória no currículo escolar foi sem dúvida um ganho significativo para a qualidade da educação das nossas crianças e adolescentes.

Passaram-se 11 anos e hoje estamos aqui para solicitar aos senhores a redação de um Projeto de Lei

que contemple a obrigatoriedade do ensino de música nas escolas, corrigindo, portanto, a redação da LDB, cujo texto é ambíguo e tem gerado múltiplas interpretações. Passo aqui a elencar alguns problemas enfrentados nos últimos anos.

Nos últimos 35 anos, temos presenciado um quase total abandono do ensino de música nas escolas. Isso porque, em 71, a educação artística passa a ser obrigatória no ensino básico. Um professor polivalente que deveria ter conhecimento de todas as artes: Música, artes visuais e teatro. Nas universidades, criam-se os cursos de Licenciatura em Educação Artística.

Após 24 anos, um quadro desolador, mostrado através de pesquisas, quis que o professor por possuir formação polivalente não se sentia em condições de trabalhar com música nas escolas.

1996, surge então a nova LDB, que elimina o nome educação artística e coloca ensino de artes. A partir daí, surgem outras interpretações. A minha participação na Comissão de Especialistas em Artes e Música no MEC na SESU entre 95 e 2000, mostrou entre outras coisas, a desarticulação existente na época entre as políticas para os diversos níveis de ensino.

Na SESU estávamos discutindo currículos para as licenciaturas específicas em cada uma das linguagens artísticas. Na Secretaria de Ensino fundamental, criavam-se parâmetros curriculares para o ensino das artes de certa forma prevendo o profissional para desenvolver o trabalho de todas.

Situação atual: Hoje nós temos a universidade formando licenciados em áreas específicas, e Estados e Municípios criando concursos para admitir professores polivalentes, isso sem contar que muitas escolas se utilizam de qualquer professor, de história, de geografia, para cantar com as crianças.

Outro problema sério sobre o qual eu tenho sido sistematicamente questionada quando da participação em fóruns internacionais em relação ao acesso restrito e elitista de indivíduos que buscam uma formação superior em música.

A falta de acesso à formação musical de crianças e jovens, de famílias de baixa renda, é uma realidade gritante nesse País. Como a disciplina música não é obrigatória e, portanto, não oferecida na grande maioria das escolas, o aspirante a uma carreira musical precisa ter freqüentado escolas particulares durante a sua formação pré-universitária. Como consequência, temos poucos alunos oriundos de família de baixa renda na música erudita, por exemplo. Porque os espaços públicos para aprendizagem musical são muito restritos.

Apesar de existirem muitas ONG no Brasil, e o meu colega Turíbio vai certamente discorrer sobre essa temática, estamos muito distantes de oportunizar

a uma parcela mínima de crianças e jovens o acesso ao ensino musical.

O papel da educação musical nas escolas é o de expandir o universo musical dos alunos, oferecendo a eles o acesso à diversidade de práticas e de manifestações musicais locais, regionais e multiculturais. E a oportunidade, se desejarem, de seguir a carreira profissional em música no ensino superior.

Os estudos na área de psicologia na música mostram que o ensino de música favorece o desenvolvimento de ferramentas básicas de aprendizagem, do desenvolvimento intelectual, psicomotor, emocional, e, sobretudo, da criatividade.

Já os estudos no campo da sociologia da música, mostram que o envolvimento com música auxilia no processo de integração cultural e social, e com isso, na mediação de uma cultura para a paz.

É inegável que o espaço de educação musical é um espaço de formação de valores pessoais, sociais e de cidadania, podendo assim ser importante no desenvolvimento da tolerância e da compreensão de diferentes matizes culturais.

Infelizmente, a educação musical no Brasil ainda é associada com conservatórios, com professores particulares, algo enfadonho de pouco impacto social. No entanto, como Presidente da *International Society for Music Education*, ISME, maior sociedade internacional de educação musical do mundo com sócios em mais de 80 países, eu tenho presenciado a expansão de sistemas de educação musical escolares mesmo em países com restrições religiosas.

A Associação Americana de Educação Musical possui 104 mil sócios, e mobiliza uma indústria musical de bilhões de dólares anuais. A sociedade chinesa possui 350 mil sócios, todos esses membros da sociedade que eu presido.

Todas essas convicções que há anos me acompanham e que norteiam a minha atuação profissional, estavam presentes nas falas de Ministros de Estado da Educação e Cultura e intelectuais oriundos de 93 países que participaram da I Conferência de Educação em Artes da Unesco que aconteceu em março passado, em Lisboa. A conferência mundial ela foi promovida pela Unesco com o apoio então das três sociedades internacionais de música, artes visuais e teatro.

Foram quatro dias de intensos debates, e mostras de programas de todas as linguagens artísticas desenvolvidos nas escolas em projetos comunitários ao redor do mundo. Os participantes, na sua totalidade, foram muito enfáticos ao defender o ensino das artes como forma de desenvolver a criatividade e conseqüentemente promover o desenvolvimento sustentável das economias emergentes.

Todos nós aqui presentes, uma platéia privilegiada, sabemos que nós vivemos na sociedade do conhecimento, onde o grande capital das nações está centrado no capital humano, na capacidade de produzir e comercializar o conhecimento.

As escolas, por enquanto, se constituem em espaços sociais institucionalizados, destinados ao ensino formal de crianças e adolescentes, e esta tem a obrigação de oportunizar a todos os seus alunos o desenvolvimento de suas capacidades cognitivas, sociais e afetivas.

Queremos que as nossas crianças e jovens façam opções musicais conscientes, para que possam agir e interagir no seu meio social de forma crítica sem serem manipulados pelo gosto musical alheio.

Concluindo, eu gostaria de dizer que incluir a obrigatoriedade de uma área de conhecimento presente na essência humana, significa antes de tudo trabalhar com cidadania, com inclusão social, com acesso igualitário aos bens culturais nacionais e internacionais. Significa aprender a respeitar e promover para além fronteira a diversidade musical brasileira e fazer dela, quem sabe, uma **commodity** para ser exportada de forma sistemática.

Como Presidente da ISME, eu não gostaria de concluir o meu mandato em 2010 tendo atuado como mediadora política em mais de 80 países, sem ver o meu próprio País atento para uma questão educacional tão importante como essa.

Nós todos contamos com o apoio de vocês no sentido de promover uma redação do Projeto de Lei que contempla a obrigatoriedade de ensino de música nas escolas. Muito obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Agradecendo a Prof^a Liane pela sua exposição, a professora, além de professora da Universidade Federal do Rio Grande, é Presidente da Sociedade Internacional de Educação Musical. Uma pessoa, por conseguinte, altamente credenciada para dizer tudo que nos disse.

Passo a palavra então ao segundo expositor, que é o Prof. Sérgio Luiz Ferreira de Figueiredo, da Universidade Federal de Santa Catarina. Aliás, é do Estado de Santa Catarina...

SR. SÉRGIO LUIZ FERREIRA DE FIGUEIREDO – Senador Roberto Saturnino, Secretário Júlio Linhares, demais colegas dessa Mesa, Srs. Parlamentares, é com muita satisfação que eu venho a essa audiência representando a ABEM, a Associação Brasileira de Educação Musical, que nesse ano de 2006 completou 15 anos de atuação, e que tem debatido incansavelmente a educação musical brasileira.

Dessa forma, é muito importante, muito satisfatório verificar que essa questão que vem sendo debatida tantos anos pelos profissionais da educação musical, chega ao Senado Federal para que novos encaminhamentos possam ser feitos em nome, então, da formação musical do cidadão brasileiro.

Então, nessa breve intervenção eu pretendo focalizar algumas questões breves da Legislação Educacional Brasileira vigente, que afeta diretamente o ensino de música no Brasil.

Começando pela LDB, pela Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional de 1996, então se estabeleceu uma grande expectativa com relação ao ensino de música, já que o art. 26 dessa lei estabelece que o ensino de arte é obrigatório em todos os níveis da educação básica. Então, essa obrigatoriedade do ensino de arte, é sem dúvida, um avanço no sentido de que é possível realizar esse ensino e ele é obrigatório na educação infantil, no ensino fundamental e também no ensino médio.

Os parâmetros curriculares nacionais, que foram produzidos posteriormente, trouxeram alguns esclarecimentos com relação àquilo que a LDB propôs como ensino de arte. Então, arte, nos parâmetros curriculares nacionais, é entendida como a divisão em quatro linguagens: As artes visuais, a dança, a música e o teatro.

Portanto, a música está contemplada de uma certa maneira nessa orientação legal. E essa divisão dos conteúdos dentro dos parâmetros curriculares é uma divisão muito clara, e que demonstra e que afirma a especificidade de cada linguagem artística que deveria ser aplicada na escola.

Dentro dos parâmetros curriculares, diversas informações e reflexões sobre o ensino de arte no passado também estão ali apresentadas. A disciplina da educação artística, que já foi mencionada pela Prof^a. Liane, estabelecida em 1971, acabou tornando – isso nas palavras do próprio PCN – o ensino superficial, e acabou se tornando irrelevante e pouco contribuiu para o desenvolvimento das várias artes no currículo escolar.

Citando literalmente um parágrafo dos parâmetros, então... Abre aspas: “A partir destas constatações que a experiência do passado não foi uma experiência positiva para as diferentes linguagens artísticas, procurou-se formular princípios que orientem os professores na sua reflexão sobre a natureza do conhecimento artístico”. Em outro momento do mesmo texto do PCN, há a seguinte indicação. Abre aspas: “Cabe à equipe de educadores responsável pelo projeto curricular da escola trabalhar com os professores de artes visuais, dança, música ou teatro”.

Então, esses dois momentos do PCN, só para citar dois deles, já demonstram com muita clareza a

necessidade ou a obrigatoriedade de profissionais específicos para esse trabalho com cada uma das linguagens artísticas. Então, muitos exemplos poderiam ainda ser extraídos desse documento para que então a presença das diferentes linguagens artísticas na escola pudessem realmente acontecer. Mas não há clareza suficiente para um documento que procura, entre aspas, “formular princípios que orientem os professores”.

Nesse sentido, é possível perceber a possibilidade da aula de música, mas não há explicações claras para que isso aconteça de fato em todos os sistemas educacionais. Então, esses dois documentos citados, a LDB e os parâmetros curriculares distinguem claramente uma nova etapa e uma nova forma de entender o ensino de arte na escola, revogando de certa maneira a prática anteriormente utilizada da educação artística, que tinha em sua concepção a idéia da polivalência para o ensino de artes, também já mencionado pela Prof^a Liane.

No entanto, a polivalência continua presente em diversos sistemas educacionais brasileiros, perpetuando um modelo criticado pelos próprios parâmetros curriculares nacionais, quando afirmam que o resultado da prática da polivalência foi, abre aspas, “a diminuição qualitativa dos saberes referentes às especificidades de cada uma das formas de arte”. Fecha aspas.

Então, se um documento orientador como os parâmetros curriculares nacionais, que foi produzido pelo Ministério da Educação, assumem que o modelo anterior era inadequado, pode se deduzir que o que se propõe não é a continuação daquele modelo vigente. Então, a polivalência não deveria mais estar em discussão. Mas, no entanto, ela está ainda muito presente ainda na realidade brasileira.

Então, uma breve síntese até aqui. A LDB fala da obrigatoriedade da arte. Os PCNs dizem que arte, quer dizer, artes visuais, dança música e teatro. Portanto, a música está contemplada. Os PCNs criticam o modelo anterior da polivalência, e deduz-se então que a polivalência não deveria mais ser aplicada nas escolas, se o que se pretende é uma educação de qualidade, já que o modelo da polivalência trouxe superficialidade e irrelevância para todas as áreas.

Seguindo nessa mesma linha de raciocínio, é importante apresentar também algumas questões referentes às diretrizes curriculares nacionais no que tange a formação dos professores. O Ministério da Educação organizou um grande processo de elaboração e publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais para todos os cursos superiores brasileiros, incluindo todos os cursos de arte.

Então, durante vários anos os profissionais das artes discutiram em diversos fóruns a necessidade de se estabelecer uma formação específica em cada linguagem artística em cursos de licenciatura, já que os cursos de educação artística não conseguiram preparar um profissional múltiplo, capaz de atuar em várias linguagens artísticas com competência.

Dessa forma, e como resultado do processo de vários anos de avaliações, debates e reflexões, as diretrizes curriculares nacionais são atualmente dirigidas para cada modalidade artística, encerrando definitivamente a idéia da polivalência para o ensino das artes na escola. Não há diretrizes curriculares para a educação artística. Não há diretrizes curriculares para formar professor polivalente de artes. Então, não há mais porque existir essa prática nos sistemas educacionais.

Então, retomando aquela síntese apresentada, pode-se acrescentar mais este ponto. Então, a LDB obriga o ensino da arte, os PCNs definem o que é arte, os PCNs criticam a polivalência e as diretrizes curriculares encerram a discussão desta prática polivalente, pois estabelecem que os cursos de licenciatura não preparam mais um profissional para atuar de maneira múltipla.

Dessa forma, só poderá ensinar música na escola quem tem formação musical adequada adquirido em curso de licenciatura específico na área de música.

Então, assim se fecha um círculo que demonstra a necessidade de professores específicos para cada linguagem artística na escola. A Legislação vigente apresenta potencialmente essa possibilidade carecendo de maiores esclarecimentos e aperfeiçoamentos para que todas essas orientações possam surtir efeitos de fato na prática escolar.

Enquanto falta clareza nas orientações, o que acontece? Em pontos isolados do território nacional, nós poderemos encontrar exemplos positivos do ensino de cada um das linguagens artísticas, mas felizmente isso não é uma regra nacional. Isso são alguns poucos exemplos. De um modo geral, essa prática não está satisfatória nos sistemas educacionais.

Tantos anos de ausência da música na escola contribuem de forma decisiva para a manutenção dessa situação. Ou seja, não há um espaço digno para a presença da educação musical escolar.

Exportamos música. A música brasileira é considerada uma das melhores músicas do mundo. No entanto, tornou-se natural não ter música no currículo, já que gerações de brasileiros têm sido privados da experiência musical na escola.

Parafraseando o texto dos próprios parâmetros curriculares, quem não tem música na escola tem uma experiência de aprendizagem limitada. E o que

se pretende é oferecer às crianças e jovens do Brasil uma educação com conteúdo humanístico, estético e artístico capaz de contribuir para uma educação com mais qualidade.

Com essas considerações, é fundamental que sejam revistas as questões de orientação educacional com relação à música.

O fato da Legislação e outros documentos educacionais indicarem potencialmente a presença da música no currículo não tem sido suficiente para garantir que todo cidadão brasileiro vivencie a música em seu processo educativo. Entende-se que as mudanças podem levar tempo, mas a clareza na Legislação será certamente um indicador para que o ensino de música esteja presente na educação musical, na educação brasileira.

Então, é preciso, para encerrar, que se estabeleça de forma inequívoca, digna e legal o espaço da música na formação dos cidadãos brasileiros. Para isso, medidas urgentes são necessárias para que se inicie um processo de integração da música ao currículo escolar de todos os sistemas educacionais brasileiros. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SA-TURNINO (PT-RJ) – Obrigado ao Prof. Ferreira de Figueiredo, que falou também em nome da Associação Brasileira de Educação Musical.

Antes de passar a palavra ao terceiro expositor, que vai ser o Turíbio Santos, eu quero registrar a presença que muito nos honra de Felipe Radicetti, compositor e coordenador do Grupo de Articulação Parlamentar Pró-Música. Cristina Saraiva, compositora e professora de história e coordenadora do Grupo de Articulação Parlamentar Pró-Música. Prof^a. Magali Kleber, professora adjunta do Departamento de Música da Universidade Estadual de Londrina. Prof^a. Maria Isabel Montandon, professora do Departamento de Música da UnB, Prof^a. Cristina Grossi, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Educação Musical, pela qual acabou de falar o Prof. Ferreira de Figueiredo. Prof. José Mauro Ribeiro, Presidente da Federação dos Arte-Educadores do Brasil, e a Sr^a Grace Elizabeth, Coordenadora-Geral de Promoção do IPHAN.

Muito bem, agradecendo a presença dessas pessoas, que enriquecem a nossa audiência, eu vou passar a palavra agora ao terceiro expositor, que vai ser o Turíbio Santos, um músico, um dos mestres da música brasileira, reconhecido como tal, e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Com a palavra, Turíbio Santos.

SR. TURÍBIO SANTOS – Bom dia. É uma honra estar aqui. Quero saudar o Presidente da Comissão de Educação, Senador Saturnino Braga, o representante

do Ministro, Prof. Murilo Hingel, o Secretário Júlio Linhares, e vou começar a falar... É quase inevitável no assunto educação musical, de Heitor Villa-Lobos.

O maior Projeto de Educação Musical no Brasil foi criado e administrado por Heitor Villa-Lobos entre 1930 e 1945. Chamava-se Sema. Tinha essas iniciais, SEMA, Superintendência de Educação Musical e Artística. Segundo o seu biógrafo, o Embaixador Vasco Mariz, Villa-Lobos sempre foi apaixonado pela infância. Para ele, a melhor maneira de reeducar o espírito era aproximar-se das crianças, conviver com elas. O que ele fez a vida toda, por sinal. Eu mesmo me considero fruto desse Projeto do Villa-Lobos, do Projeto do Sema, assim como a maior parte de intérpretes e músicos na faixa de 60 a 65 anos.

Como Villa-Lobos concentrava o seu Projeto Musical nas professoras e professores de canto orfeônico, eles repercutiam com grande êxito as idéias musicais dele para o mundo infanto-juvenil. Todos nós já acompanhamos a documentação sobre as manifestações cívicas realizadas por Heitor Villa-Lobos durante o Governo de Getúlio Vargas. Aqui temos uma demonstração, aqui na foto. Mas se colocarmos o foco desse acompanhamento na preparação e treino dos professores poderá entender melhor a enorme quantidade de compositores e intérpretes, resultado do ensino musical do nosso maior compositor. Esse ensino musical trouxe à tona do inconsciente brasileiro a nossa extraordinária riqueza musical, disseminada por todo o País.

O famoso guia prático de Villa-Lobos recolheu, harmonizou e organizou o cancionário folclórico e popular de todo o Brasil. Uma obra didática, mas preservadora da memória musical, que catapultou para gerações subseqüentes um repertório dinâmico, motivador, inspirado e cheio de poesia, e que realmente sacudiu a infância e a juventude de toda a minha geração.

Em todos os movimentos musicais, o esforço didático de Villa-Lobos se fez sentir, desde a bossa nova à tropicália, de Tom Jobim a Caetano Veloso, dos choros aos sambas, de Jacó do Bandolim a Paulinho da Viola. Se considerarmos o benefício cultural extraordinário para a população brasileira, não podemos excluir o movimento econômico fabuloso que gera a nossa música.

Dentro e fora do País, popular, clássica, religiosa, folclórica, ela nos guia sempre como manifestação essencial da alma brasileira. Do poder extraordinário do ensino musical na transformação e educação de crianças, eu tive duas experiências muito felizes, e diria mesmo extraordinária. A primeira foi junto à comunidade da favela D^a Marta, no Rio de Janeiro, iniciada em 1986 pelo Museu Villa-Lobos, e apoiada pela Academia Brasileira de Música pela LBA e pela SEBIA(F).

A segunda experiência, continuação de certa forma do mesmo Projeto, começou a partir de 1999 tendo sido financiada pela Família Moreira Salles e vários padrinhos beneficentes. Chama-se os “Villa Lobinhos”. O parêntese aqui, a idéia foi do banqueiro Walter Moreira Salles que não adotou nenhum favorecimento fiscal. Todos esses padrinhos e a própria família perdiam dinheiro, mas ele queria dar um exemplo para a elite brasileira.

Em ambos os projetos, tivemos um público que variava entre sete e dezessete anos, de baixa renda, e sequioso pela aprendizagem musical. Os alunos mais aplicados e que se transformariam em profissionais modificaram as condições econômicas de suas respectivas famílias, e passaram a ser eles mesmos vetores desse tipo de transformação. A mãe não admitia que o filho estudasse música, porque ele ajudava a vender bala no sinal. Na medida em que ela foi percebendo que aquele aprendizado de música favorecia a família, inclusive economicamente, a família toda adotou o mesmo instrumento, que era a flauta doce. Isso era um exemplo para justificar essa transformação. É como se fosse uma pedra que você joga dentro de um lago, e aqueles círculos vão atingir lugares que você nem imagina. É isso que a educação musical promove, principalmente nas faixas carentes, nas faixas de baixa renda. Esse mesmo efeito vem sendo sentido por uma atividade do Museu Villa-Lobos, iniciada em 1985, e chamada mini-concertos didáticos. Abraçada pelos funcionários do museu, ela se dirige preferencialmente a crianças da rede pública e privada e já conta com o elenco de 60 jovens músicos que se apresentam para pequenos públicos de 25 a 35 crianças, passando informação musical e artística sobre a música, seus instrumentos e sua história.

Mais uma vez, sentimos nessas crianças, são cerca de oito mil por ano, a busca por uma sinalização forte do nosso País e da nossa cultura.

Recentemente ampliamos essa experiência preparando os professores de educação artística para atividades mais específicas dentro do ensino musical no Estado do Rio de Janeiro, com o apoio da Secretaria de Educação do Estado. Ora, nós usamos a experiência do próprio Villa-Lobos, com o seu sistema de manossolfa, o seu sistema de ensino aos professores, e a repercussão que vai muito além da nossa imaginação. E descobrimos o óbvio: Os professores também estão sedentos de ensino musical, e ansiosos para poderem participar com a máxima eficiência na formação de nossas crianças e de nosso futuro.

Villa-Lobos dizia que a música é feito um ser humano. A cabeça é a melodia, o corpo é a harmonia, e os membros o ritmo. Eu tive a chance e a oportunidade

de escutar essas belas palavras ditas pelo próprio Villa-Lobos. Mas eu acho que nós, todos juntos, precisamos dizer que a educação musical é a consciência desse ser humano e a materialização de um sentimento de brasilidade que precisa pairar sobre o nosso futuro.

Portanto, visando dar continuidade à fantástica visão didática de Villa-Lobos, precisamos a garantia legal do ensino de música nas escolas de educação básica com realização de concursos para os professores, e cursos para o seu aperfeiçoamento constante. Estaremos, então, interpretando a obra mais bonita do nosso maior compositor. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Obrigado dizemos nós, Turíbio Santos, pela sua exposição, que trouxe à nossa lembrança e a nossa consideração essas figuras extraordinárias da nossa história. Villa-Lobos é conhecido como um dos maiores e muitos dizem que o maior de nossos compositores. Mas costuma-se esquecer que ele foi talvez o maior... E aí eu acho que seguramente, o maior divulgador da música, o maior educador musical brasileiro, promovendo aqueles espetáculos fantásticos no estádio São Januário, com coro de crianças de todas as escolas do Rio de Janeiro. Um momento extraordinário da cultura brasileira e da formação cultural do povo brasileiro coordenado, liderado por essa figura extraordinária que foi Villa-Lobos. Claro que teve o apoio de Capanema, que era o grande Ministro da Educação, e do próprio Presidente Getúlio Vargas, que era um homem que tinha sensibilidade para a importância desses fatos. E outro exemplo admirável também do banqueiro Walter Moreira Salles, um financista, um homem que foi Ministro da Fazenda, que foi Embaixador do Brasil em Washington, mas que também tinha a sensibilidade para a importância do desenvolvimento cultural de nosso povo, e que, como disse Turíbio, ele promoveu um programa de educação musical para as crianças, os “Villa Lobinhos”, com recursos que não tinham incentivos fiscais, não. Saía do bolso dele e ele arrecadava de outros amigos para financiar esse movimento.

Então, esses exemplos são edificantes e são muito importantes no momento em que nós estamos aqui discutindo a questão da inclusão da música no currículo. E eu antes de dar a palavra ao próximo, eu quero registrar também a presença além daqueles que eu já citei, de Beatriz Sales, que é Chefe do Departamento de Música da UnB, e de Cláudio Coin(F) que é o espala(F) da nossa orquestra sinfônica, representando a Secretaria de Educação do Distrito Federal.

Agradeço a presença de ambos, e passo a palavra então ao quarto dos nossos expositores, que é

Murilo Hingel. Foi Ministro da Educação e hoje é Conselheiro do Conselho Nacional de Educação. Com a palavra o Dr. Murilo.

SR. MURILO HINGEL – Bom dia a todos. Eu cumprimento o Senador Saturnino Braga, que é o autor do Requerimento que propiciou esta Audiência Pública, cumprimento os meus companheiros convidados, gostaria de fazer um cumprimento especial ao Ministro Cristovam Buarque, a quem devo em grande parte a minha nomeação para o Conselho Nacional de Educação, quem sabe, abrindo um importante precedente, porque ex-Ministros em um Conselho Nacional de Educação, evidentemente, têm uma grande contribuição a oferecer.

Eu não preparei nenhum texto, porque eu fui comunicado na tarde de ontem que deveria estar aqui presente como membro do Conselho Nacional de Educação, representando o Sr. Ministro da Educação, Fernando Haddad. Mas, afinal, esta determinação de última hora ela se tornou muito importante, porque eu integro a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, e faço parte da Comissão que exatamente nesse momento, está examinando a revisão e atualização das diretrizes curriculares para a educação básica. Não poderia haver um momento mais propício para que eu pudesse ouvir os convidados, três dos quais foram brilhantes na sua defesa da música nos currículos de educação básica. E certamente eu vou poder levar aos meus companheiros de Comissão, aos meus companheiros de Câmara de Educação Básica tudo aquilo que eu estou ouvindo aqui nesta Audiência Pública.

Queria também dizer que é a primeira vez que retorno ao Senado Federal depois de 12 anos, porque em 1993 e 94, eu estive muitas vezes no Senado Federal, exatamente na Comissão de Educação, discutindo com os Srs. Senadores sobre o Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que havia nascido do Poder Legislativo. Que chegou a ser aprovado, esse Projeto de Lei, pela Câmara dos Deputados. Chegou a ser aprovado pela Comissão de Educação do Senado e de repente eu não sei dizer por que, talvez aí os historiadores possam buscar melhores informações, esse Projeto saiu de circulação depois de ter sido debatido por toda a sociedade brasileira em numerosos simpósios, conferências e encontros, e foi substituído por uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, que tem virtudes, mas que precisa ser revisada e atualizada, porque dez anos depois ela se mostra inadequada à realidade da educação no Brasil.

Penso que se tornaria desnecessário dizer que eu comungo com as idéias dos que me antecederam. Assim como com as idéias do Senador Saturnino Bra-

ga ao propor essa Audiência Pública. Realmente, não há que discutir sobre a importância da educação musical na formação do cidadão, que afinal de contas, é o grande objetivo da educação em qualquer nível, em qualquer modalidade, em qualquer etapa, em qualquer situação.

Portanto, nisso nós estamos plenamente de acordo. Também quero dizer que nas oportunidades em que pude exercer um trabalho nessa direção, eu aproveitei essas oportunidades.

No Governo Federal nós tivemos ocasião de desenvolver o Programa Nacional de Atenção Integral às Crianças e aos Adolescentes, o PRONAICA, que construiu por todo o Brasil cerca de 450 centros de atenção integral à criança e o adolescente, e essas unidades educacionais era unidades de ensino em dois turnos. Por conseguinte, criavam as condições para o trabalho com a música e assim também com os esportes, o lazer, o teatro, o cinema, e tudo mais, porque eram unidades de tempo integral. Eu insisto nesse dado porque eu acho que aí é que nós vamos encontrar alguns problemas para superar. E eu acho que eles são superáveis.

Além disso, naquela ocasião nós apoiamos financeiramente um programa muito interessante, e eu me lembrei dele por uma das fotografias aqui, umas transparências apresentadas pelo nosso músico Turibio Santos, o Projeto Curumim. O Projeto Curumim era um Projeto complementar à escola, que oferecia ao aluno recuperação de estudos, e oferecia, além disso, esporte, música, teatro, dança e lazer. Desenvolveu-se especialmente no Estado de Minas Gerais, e continua existindo. Infelizmente não teve prosseguimento como uma ação governamental de política pública voltada para a educação. Embora o Projeto tivesse nascido na Secretaria de Esportes do Estado de Minas Gerais. E como Secretário de Educação do Estado de Minas Gerais, de 1999 a 2002, eu tive o prazer de desenvolver algo que me parece privilégio do Estado de Minas Gerais. O Estado tem na sua rede educacional, 11 conservatórios estaduais de música. Repito: Na sua rede educacional. São unidades que integram a Secretaria de Educação. E a essas unidades nós demos muito apoio construindo prédios próprios, equipando-as, e tornando-as, trabalhando em coordenação, um resultado bastante expressivo. Lembro que nos conservatórios estaduais de música de Minas Gerais, associa-se a educação básica, ensino fundamental e ensino médio, portanto a educação regular com a educação musical. E na verdade, os conservatórios também trabalham com o tempo integral, porque os alunos vão em um turno diferente daquele em que as aulas são oferecidas para receber a educação musical.

Bem, falamos agora do nosso apoio, do nosso interesse. Agora, como fazer? E aí, sem dúvida nenhuma, que nós temos o nó a ser desatado. O que temos no Brasil? Nós temos na educação básica, e vamos nos voltar particularmente para o ensino fundamental, que é o único ensino obrigatório nos termos constitucionais, talvez fosse o momento de rever a Constituição e tornar obrigatório também a educação infantil e o ensino médio, mas o único obrigatório é o ensino fundamental. E imensa maioria de escolas brasileiras de ensino fundamental elas trabalham em tempo parcial. Na verdade, elas cumprem 200 dias letivos, que é o mínimo exigido, nem todas atingem a essa quantidade de dias letivos, com quatro horas de atividades escolares por dia. Isto é, 800 horas anuais. E nem todas as escolas cumprem essa carga horária. Haja vista que municípios de São Paulo que ainda tem muitas escolas diurnas que funcionam em três turnos. É claro que aí não é possível chegar às 800 horas de atividade escolar. Ora, se nós temos assim 20 horas de trabalho escolar por semana, quatro horas diárias de segunda a sexta-feira, porque nenhuma escola trabalha aos sábados a não ser em situações excepcionais, a carga horária a que o aluno está obrigado, ela é mínima. Na verdade, uma das menores do mundo. E nessa carga horária, nós queremos que o aluno aprenda português, matemática, história, geografia, ciências, sem contar o tempo destinado à educação básica, e eventualmente ao ensino religioso de oferta obrigatória, mas de matrícula facultativa.

Os sistemas de avaliação do ensino fundamental têm mostrado os resultados lamentáveis, conhecidos nacionalmente e internacionalmente. Que alunos que estão no quarto ano do ensino fundamental, na verdade, não sabem ler e escrever, e muitos dos que estão no oitavo ano do ensino fundamental são analfabetos funcionais.

Então, como tornar obrigatória a disciplina música? Não estou nem falando na educação infantil e do ensino médio. Estou falando do ensino fundamental. O que obrigaria a reduzir a carga horária de alguns dos outros conteúdos. Mas haveria uma outra alternativa? Eu acho que há outra alternativa. A primeira delas é claro, nós temos que trabalhar para termos um ensino fundamental de tempo integral. Isso não há dúvida nenhuma. Isso tem que ser prioridade das políticas públicas de educação do Brasil. Porque é isso que vai tornar possível enriquecer o currículo e oferecer muito mais. Mas enquanto nós temos quatro horas diárias de atividade escolar, o que fazer? A mim me parece, e eu trocava essa idéia com os outros convidados, um dos quais o João Guilherme Ripper, que ainda vai se manifestar, eu dizia que talvez uma forma fosse a

de tornar obrigatória na educação básica a educação musical. Admitindo, porém, para a educação musical o agrupamento de alunos não por ano ou por série, mas segundo o seu interesse, a sua vocação, segundo a sua manifestação como, aliás, se recomenda para o ensino de línguas estrangeiras, como, aliás, se recomenda para a dança, para o teatro. Que os alunos vão ser agrupados não por estarem no segundo ano do ensino fundamental ou no sétimo ano do ensino fundamental. Mas por terem um mesmo nível de desenvolvimento, um mesmo nível de interesse.

Então, as escolas teriam que ter um professor de música. E esse professor teria que ter uma formação muito apropriada, não apenas para atender aos alunos vocacionados, mas também para despertar nos demais alunos o gosto pela música nas suas mais variadas manifestações, pois a música é um instrumento de valorização da nossa nacionalidade. Falou-se aqui em Heitor Villa-Lobos. O que mais poderia valorizar a nossa nacionalidade do que a música de Heitor Villa-Lobos? E o que mais pode despertar admiração pelo Brasil do que a música popular brasileira, os nossos grandes compositores?

Então, a escola teria que ter professor de educação musical, de música. Os alunos seriam enturmados e matriculados de acordo com o seu interesse, vocação e aptidão e de acordo com capacidade do professor de levantar a sua vontade de aprender música nas suas variadas manifestações.

Fica aí, portanto, uma sugestão. É claro que ao levar a Câmara de Educação Básica o que eu estou ouvindo ou o que eu estou dizendo aqui nesta audiência pública, certamente eu poderei defender uma posição como esta. Como esta é possível defender. Agora, ficará difícil defender a introdução da música como disciplina no currículo obrigatório da educação básica, particularmente do ensino fundamental. Muito obrigado.

(palmas.)

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SARTURNINO (PT-RJ) – Obrigado demais nós ao aproveitar Murilo Hingel, que já se mostrou um aliado importante, na medida que como membro da Câmara de Educação Básica do Conselho, ele levará os pontos de vista aqui expressos, e que coincidem com os deles também para que seja modificado, enfim, a Legislação com a introdução do ensino de música.

Aproveito para fazer um comentário, antes de passar a palavra ao último expositor aqui, esta defesa que nós fazemos já era feita há 2500 anos por Platão. Na República, Platão aconselhava... E ele dava conselho sobre todas as atividades do ser humano, ideais para a constituição de uma República ideal, mas

a educação das crianças tinha que passar pela música. Não só pela matemática, que naquele tempo era aritmética e geometria, pela fala e pela escrita, pela retórica e pela música. Que dizia ele, que a música é importantíssima para a formação da inteligência, do sistema nervoso que efetivamente é hoje se constata isso. Naquele tempo era uma intuição de Platão, uma observação, e naturalmente a ginástica, o atletismo, que era a complementação do corpo às virtudes do espírito que eram formadas na infância.

Então, agradecendo muito ao Prof. Murilo Hingel, que também fez a referência a Villa-Lobos, que é uma marca extraordinária do Brasil, e eu vou aproveitar também para passar uma informação que eu escutei na Confederação do Comércio no Rio de Janeiro, há pouco tempo atrás. A Confederação do Comércio fez uma pesquisa para aconselhar aos exportadores brasileiros a levar junto com seus produtos uma tática de **marketing** que tornasse os produtos brasileiros simpáticos à receptividade no mundo. E fiz uma pesquisa sobre qual a face dos brasileiros mais simpática aos povos do mundo inteiro. E claro que essa pesquisa foi feita na Europa e nos Estados Unidos. E surpreendentemente todo mundo esperava que fosse o futebol. E surpreendentemente foi a música.

Quer dizer, então a Confederação passou a aconselhar aos exportadores brasileiros que fizessem o **merchandising** do seu produto junto com alguma coisa que levasse à música brasileira, porque a música era a mais bem recebida de todas as atividades desenvolvidas no Brasil de nossos dias. A música realmente... A Prof. Liane fez uma referência à capacidade da música, a capacidade de desenvolver a sociabilidade, a confraternização, e evidentemente a paz.

Eu também quero lembrar um episódio, um episódio histórico que até faz parte de um filme que está sendo esses dias lançado no Rio de Janeiro, um filme que se passa na I Grande Guerra Mundial, de 14 a 18, aquela guerra que era uma guerra de fronteiras onde os inimigos ficavam de uma distância que não era muito grande, entrincheirados, e o que pusesse a cabeça fora da trincheira era fuzilado, metralhado, então, ficava aqueles impasses. Era uma guerra que acabou não... Levou muito tempo num impasse de trincheiras, e na noite de Natal de 1917, um soldado alemão, da sua trincheira, começou a cantar "*Stille Nacht*". Noite feliz, noite silenciosa. *Stille Nacht*... Eu me emociono até lembrando desse episódio. E imediatamente os franceses e os ingleses do outro lado começaram a cantarem juntos. E levantaram-se das trincheiras. E os soldados saíram de suas trincheiras e foram confraternizar. Abraçaram-se, desejaram Feliz Natal, e voltaram para as suas trincheiras e con-

tinuaram à guerra. Mas a música teve esse condão, esse enfeitiçamento de levar o sentimento da paz, da fraternidade, da humanização do ser humano. Isso é um episódio absolutamente único, talvez, na história de todo mundo, mas que tem essa importância e que mostra o que a música é capaz de fazer nas almas ou na vibração das almas dos seres humanos.

Bem, eu já falei demais, vou passar aqui a palavra ao último expositor. João Guilherme, compositor e Diretor da Sala Cecília Meireles, a grande sala musical da minha cidade do Rio de Janeiro. Com a palavra o professor.

SR. JOÃO GUILHERME RIPPER – Muito obrigado, Ex^{mo} Sr. Senador Roberto Saturnino, Presidente da Subcomissão, Ex^{mo} Sr. Murilo Hingel, representante do Ministro da Educação, Júlio Linhares, Secretário da Comissão de Educação do Senado, senadores aqui presentes, demais membros que compõem essa Mesa, senhoras e senhores.

Nos últimos sete anos tive a oportunidade de dirigir duas instituições que atuam nas áreas de educação e produção musical. Primeiro, a Escola de Música da UFRJ, que dirigi de 99 a 2003, depois a Sala Cecília Meireles, que é uma das principais salas de concertos do País, e que dirijo desde 2004. Em ambas as situações pude perceber que a falta de ensino musical nas escolas afeta tanto aqueles que desejam ingressar na profissão como os seus futuros ouvintes. A música de concerto é tida como elitista e inacessível, quando, na verdade, falta na maior parte dos casos conhecimento básico para apreciá-la.

Atualmente pode-se considerar que a educação musical de crianças e jovens está restrita a meritórios programas sociais e educativos, alguns dos quais com excelentes resultados, como acabaram de mostrar Turíbio Santos. Algumas das imagens que vocês viram foram de um concerto recentemente realizado na Sala Cecília Meireles com excelente afluência de público, e o resultado emocionante desse trabalho feito pelo Museu Villa-Lobos, dirigido pelo Turíbio.

A educação musical, entretanto, deveria ter uma existência muito mais abrangente em nossa sociedade, porque a música é a própria essência da nossa civilização. A educação musical não visa à formação de profissionais, apenas, mas de um público capaz de usufruir o imenso patrimônio que foi construído em sua maior parte no decorrer dos últimos quatro séculos, e que se constitui uma das maiores provas do gênio humano.

Aaron Copland, compositor americano do Século XX, fala em livro “Música e Imaginação”, de ouvintes talentosos. Ouvintes talentosos são pessoas que são capazes de abordar gradativamente um repertório

musical cada vez mais amplo e explorar relações sonoras cada vez mais complexas. Em minha opinião, esses ouvintes são co-responsáveis pela evolução da arte musical juntamente com os compositores e intérpretes que revolucionaram a arte da música. Não há como separar as inovações de Arnold Schönberg da rica vida musical vienense do início do Século XX, onde cada residência abrigava um piano, onde a música fazia parte da formação de todo jovem.

No Brasil, como bem colocou o Turíbio, o impacto do canto orfeônico de Villa-Lobos e do Sema na formação musical de toda uma geração, proporcionou uma grande efervescência nos anos 50, 60 e 70, inclusive com a intensa participação do público em festivais de música contemporânea, como as bienais de Música Brasileira Contemporânea e os festivais de música nova de Santos, em São Paulo.

A iniciativa de Villa-Lobos ainda se reflete hoje nas cabeleiras grisalhas que freqüentam as salas de concerto. Mas quem irá substituí-las?

Eu passo a relacionar pontualmente as minhas principais observações quanto às consequências da supressão da disciplina educação musical do ensino fundamental, conforme pude perceber no exercício das direções da Sala Cecília Meireles e da Escola de Música da UFRJ. Elas representam dois lados da situação: A formação musical do ouvinte e a formação musical encaminhada à profissão. Então, eu começo pela Escola de Música da UFRJ. São observações de caráter pessoal num universo restrito, mas que podem ser até um determinado ponto, generalizadas. Existiu no decorrer da minha vida de estudante até a minha vida profissional uma redução da procura pela carreira de músico. Ela passou a ser menos procurada, sobretudo nas áreas de composição e regência. Existiu também uma mudança do perfil sócio-econômico dos alunos. Antigamente nós tínhamos uma clientela na escola de música muito mais ampla. Ela era formada por estudantes da classe média e estudantes de baixa renda que vinham através das bandas do interior e que vinham também de igrejas evangélicas.

Hoje em dia nós notamos também uma pouca preparação cultural e humanística dos alunos. O que eu reputo também à falta de educação musical no ensino básico. Existiu também uma mudança da origem geográfica dos alunos. Hoje em dia existe muito pouca procura pela carreira musical de estudantes da classe média. Existe muito mais de estudantes que moram na periferia e que são egressos desses movimentos sociais educativos e também de igrejas evangélicas que vão procurar a formação superior na escola de música.

Eu acho que existe também uma ausência de escuta crítica ou seletiva, sobretudo, em relação à música

comercial. Hoje em dia nós somos bombardeados por uma música comercial de baixa qualidade e que o aluno ou o jovem, em geral, ele é pouco crítico, ele é pouco seletivo em relação a isso. Eu também reputo isso à ausência da educação musical no ensino básico.

Existe também uma procura do músico por trabalhos mal remunerados, ainda na fase de formação. Isso nós notamos pela ausência do músico nos concertos. O músico em formação não assiste a concertos. Não assiste a concertos por dois motivos: Primeiro, porque ele mora longe. Ele tem dificuldade de transporte, o transporte acaba sendo oneroso para ele virá assistir concertos na Sala Cecília Meireles no Teatro Municipal, e o outro motivo é que ele, para poder ganhar alguma coisa, ainda em fase de formação, ele começa a frequentar orquestras jovens, que tem uma pequena bolsa. Então, como tem uma pequena bolsa, ele frequenta três. Ele toca em três ou quatro orquestras jovens. Então, ele não pode participar de palestras, não pode participar de concertos, **máster class**, e ele também mal participa da orquestra universitária, que é uma orquestra mais de formação. Na Sala Cecília Meireles eu notei o outro lado da moeda. A redução da fluência de público jovem aos concertos. Nós temos na Sala Cecília Meireles uma política de ingressos a um real para estudantes das escolas de música. São fileiras específicas. Eu não consigo, na maior parte dos casos, encher essas fileiras. Os alunos não comparecem aos concertos. Fiz uma enquete, uma pequena pesquisa. A resposta é... Está no quadro anterior. Eu não posso vir porque eu tenho a orquestra tal, tal e tal que eu tenho ensaio. Então, as terças, quintas e sábados ele toca na orquestra X, Nas segundas, quartas e sextas na orquestra Y. Ele ainda tem que dar conta dos trabalhos escolares... Então, ele não pode comparecer ao concerto. O aluno de música não vai ao concerto. Por conta disso, a ineficiência da política de ingressos populares para estudante de música, não tem sido, e é uma autocrítica que nós fazemos, não tem sido eficiente essa política. Falta de acesso à música. Isso, em geral, não só com alunos de música, mas falta de acesso do jovem aos concertos. E o concerto é um bem cultural. Justificativa da apresentação musical. Quer dizer, o que é que acontece? Nós só conseguimos ter apresentação musical quando ele é vinculado a uma ação social e educativa. E a ausência, mais uma vez, da escuta crítica em relação à música comercial.

O objetivo da educação musical é contribuir para a capacitação do indivíduo com vistas ao pleno exercício da cidadania. Acredito que dentre as definições de cidadania, algumas delas contemplem o pleno acesso aos bens gerados pela indústria cultural. E aqui eu faço uma distinção entre cultura e entretenimento. Indústria

cultural, bens de qualidade. Não adianta uma política de ingressos a preços populares quando não há público que possa usufruir.

A educação musical não cria apenas pessoas capazes de assistir a um concerto ou uma ópera, mas também beneficia o aprendizado em outras áreas, como a matemática. Afinal, música é a proporção matemática traduzida em ritmo e som, Teremos também ouvintes mais críticos e seletivos que identificam na indústria de entretenimento produtos de melhor qualidade.

Como mencionou o Prof. Sérgio Figueiredo, os cursos de licenciatura e educação artística estão felizmente sendo substituídos por aqueles de licenciatura em música. Universidades no Brasil seguem esse caminho, estão preparadas para atender à demanda das escolas em busca de professores qualificados. Acredito que com a participação de profissionais formados especificamente para esse fim, conseguiremos oferecer uma educação musical de qualidade.

Usando aqui uma imagem do Senador Roberto Saturnino, eu acho que é hora de nós sairmos das nossas trincheiras, e sairmos cantando em prol da educação musical desse País. Será uma verdadeira revolução na vida cultural do Brasil. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT – RJ): Obrigado, João Guilherme Ripper, pela sua exposição. Desnecessário ressaltar a alta qualificação e a riqueza das exposições aqui trazidas.

Eu vou passar então a palavra aos Senadores que quiserem... Já tem aqui dois Senadores inscritos. Vou apenas pedir licença para registrar a presença do Maestro Emilio de César, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Regentes, Coro e Orquestras. Obrigado pela presença aqui, muito prestígio, e a palavra então vou passar ao Senador Cristovam Buarque, ex-Ministro da Educação, e ex-candidato à Presidência da República, com uma belíssima campanha desenvolvida em torno da questão da educação, enfim, uma pessoa que sempre tem muito a nos dizer.

Com a palavra... Ah, um momento. Eu peço, porque o Secretário me avisa e eu me esqueci de fazer uma referência ao Prof. Murilo Hingel referiu-se à importância do ensino em tempo integral, ensino básico em tempo integral. Esta Comissão do Senado, há uma semana ou duas semanas atrás aprovou um Projeto instituindo a educação básica em tempo integral.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT – RJ): E o Relator desse Projeto foi exatamente o Senador Cristovam Buarque, a quem passo a palavra.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF): E fazendo justiça ao autor, foi o Senador Marcos Guerra.

Bem, Sr. Presidente, em primeiro lugar eu queria lhe agradecer por essa manhã aqui, esse trabalho tão inosso do Congresso a gente ter uma manhã para ouvir músicos, professores de música defenderem a música é algo fundamental. Eu não consegui pensar aqui Júlio o argumento deveria fazer uma sobre poesia. Precisamos encontrar um pretexto para fazer isso. Ao mesmo tempo, eu fico feliz de ver o ânimo como vocês vêm aqui defender algo fundamental.

Era o próprio Einstein que dizia que a imaginação é mais importante que o conhecimento. Não há imaginação sem música. Música e literatura são as duas pernas da imaginação. E não adianta querer ter uma boa educação sem dar imaginação às nossas crianças. Sem falar do prazer estético, sem falar da beleza, sem falar do usufruir da música. Então, é óbvio que música tem que estar como uma disciplina obrigatória na educação. Não é possível não estar. Português tem que estar, matemática tem que estar, música tem que estar. O que a gente tem que discutir é por que não está e como fazer para que venha. Três coisas eu acho que fizeram com que não tenha. Uma é que a gente abandonou a educação. O segundo é que a gente seguiu a educação, e o terceiro é que a gente mercantilizou a educação.

Eu vou começar pelo último. A Professora Liane fez uma bela defesa. Mas inclusive usou um argumento que parece de nós políticos. Quando a gente quer conseguir, usa os argumentos dos outros, quando a senhora disse que a música pode vir a ser uma boa *commodity* para a exportação. Ao mesmo tempo eu lhe felicito por ter tido essa argúcia retórica, eu fico triste que a gente, para defender a música, precisa dizer que ela é uma *commodity*. Daqui a pouco vai ter gente justificando as igrejas que criam, porque a gente vai poder exportar religiões. Aí Deus virou uma *commodity*. E não está longe de ser usado como justificativa disso. Então, nós mercantilizamos. E de fato, a música não é, no processo educacional, um instrumento que ajude a dar emprego para criança. Claro que muitos vão ter talento, mas para todos é importante. As pessoas não percebem isso. As pessoas acham que um curso de digitação é mais importante que um curso de tocar piano. Os teclados... Um é mais utilitário do que o outro. E a gente tem que perder isso. Porque em longo prazo, é burrice não ensinar música. Mesmo do ponto de vista utilitário. Aquele que aprende música, ele desenvolve melhor a sua aptidão nas outras áreas. Muitos acham que dificilmente Einstein teria formado a Teoria da

Relatividade se ele não tocasse violino, mesmo que sem ser um grande músico, obviamente. Grandes músicos são raros, como grandes jogadores são raros, de futebol. Mas todos jogam futebol, e é importante.

Então, primeira coisa é essa, trazer a idéia de que educação é mais do que uma profissão. Então, você aprende música não para ser um profissional de música, mas para ser um bom profissional em qualquer área e para ser um bom cidadão e para usufruir do mundo. Segunda é a segmentação, a gente tem que voltar à idéia de que cultura e educação têm que estar juntos. Juntas. Não é possível a gente achar que cultura é uma coisa e educação é outra. Mas hoje se passa essa idéia. Não há como ter uma boa educação sem ter cultura lá dentro da escola. E também não há como ter o desenvolvimento cultural pleno, salvo alguns gênios sem a gente poder fazer com que a educação seja um setor fundamental.

E aí vem a outra coisa, o abandono. A educação já teve canto orfeônico. Eu tive canto orfeônico. Porque era para poucos. E como a educação era para poucos, a gente dava importância a ela. Era para a elite, para a aristocracia. Os poucos que conseguiam vagas nas universidades públicas, raríssimas, mas eram boas. O Colégio Dom Pedro II sempre foi uma excelência. Mas Dom Pedro fez aquele colégio para os pouquinhos dos filhos dos seus amigos, dos filhos da Corte. [soa a campainha] Quando ela ficou para todos, imediatamente nós abandonamos. Entregamos ao Município. O Município, sim, é que tem que gerenciar. Mas não é quem tem que ter a responsabilidade. Primeiro porque as nossas cidades são muito desiguais. E uma criança não tem culpa de nascer numa cidade ou na outra. Hoje no Brasil o futuro de uma criança depende de uma cidade dela. Então, tem que nacionalizar a educação. Era Getúlio que a gente falava. Hoje se a gente for comentar sobre educação, a gente vai comentar do Governador, e não do Presidente. O Presidente tem nada a ver com a educação hoje no Brasil. A não ser as universidades, que são federais, e as escolas técnicas. Tem, nacionalizar a educação. Deixando a gerência para o Prefeito.

Aliás, aí eu sou radical. Eu defendo até que a gerência pode ser dos pais e dos professores. Não precisa nem ser do Estado. Agora, o padrão é nacional. Os recursos são nacionais. Não pode ser só locais. E aí fazer integrá-lo à escola. Não há dúvida, não há como ensinar. Não só música, as outras coisas todas necessárias sem ser integral. A classe média resolveu o seu problema. O menino sai às quatro lá da escola, aí põe no carro, e leva para estudar música não sei aonde, balé não sei aonde, inglês não sei aonde, francês, ginástica, judô... Então, inventaram a escola em horário

integral partida. Espalhada. Termina-se gastando um dinheirão de transporte. Criando neuroses, raiva dos meninos de se locomoverem tanto quando podia ser na própria escola.

E aí eu quero concluir dizendo: O caminho da gente, a meu ver, para forçar o ensino médio e fundamental em horário integral, para ter música, é criar a demanda. O que é necessidade não se realiza. O que é demanda se realiza. Enquanto não é obrigatório o ensino médio, os Governadores ficam na deles. Não é obrigatório, não fazem. E os pais não procuram. Quando for obrigatório, os pais vão procurar. No começo, alguns. Ai será obrigado a fazer. Uma criança numa calçada de uma escola necessita dentro da escola a demanda. Quando você põe uma criança que está na calçada dentro da escola, não tem cadeira para ela, não tem professor para ela, não tem merenda para ela... Mas vai aparecer. Porque ela passa a demandar. Só que no Brasil demandam aos poucos. Os outros necessitam. Tem que transformar a necessidade em demanda. Como? Fazendo leis que obriguem o Estado a dar aquilo que as pessoas necessitam e não tem a demanda. Ou porque não tem o dinheiro, como resolve privadamente a classe média alta, ou porque não tem uma lei que lhe garanta.

Então, vamos aprovar, sim, essa lei, antes mesmo de haver horário integral. Porque ela é um instrumento para viabilizar o horário integral. E outras leis desse tipo.

Então, Senador Saturnino, meu amigo, eu lhe agradeço essa manhã. Foi uma bela manhã, e vamos fazer com que ela seja conseqüente. Que ela não seja só como ir ao concerto, e sair deslumbrado, que já é uma grande justificativa, mas vamos fazer com que ela tenha utilidade.

Eu já saio deslumbrado. Mas não me contento com o deslumbramento. Eu quero ter uma transformação do mundo a partir disso aqui. Vamos levar rapidamente o Projeto obrigando o ensino de música. E aí que se consiga dar o tempo necessário. No começo até vão tirar uma disciplina e pôr música. Ta bom. Não faz mal, no começo. [palmas] Mas aí as pessoas não vão querer isso. Aí, aqueles que ficarem sem uma disciplina, vão lutar para que essa disciplina não desapareça. E aí a gente termina fazendo o que os outros países já fizeram, que é ter horário integral para todas as crianças desse País com música e outros instrumentos e outros valores e outros conteúdos fundamentais na formação de um cidadão e de uma pessoa.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT – RJ): Muito obrigado, Senador Cristovam. Antes de passar a palavra ao próximo Senador,

que é o Geraldo Mesquita, eu vou propor a Comissão, aos Senadores da Comissão que a Comissão tome o encargo e a responsabilidade de produzir um Projeto de Lei que naturalmente consulte os expositores que aqui estiveram sobre a forma, mas um Projeto de Lei nesse sentido. E peço... Apelo ao Senador Cristovam que seja, enfim, o coordenador desta iniciativa da Comissão, de produzir um Projeto desta natureza.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF)

– Está aceito. Na próxima reunião o senhor vai ter esse Projeto.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Com a palavra então o Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR

(PMDB – AC) – Acho até, Senador Saturnino, que a elaboração do Projeto, Senador Cristovam, deve merecer posteriormente uma nova reunião com esse grupo que está aqui, para que a gente discuta o Projeto coletivamente.

Eu não sei... Olha a grande coincidência. Hoje a gente está aqui reunida com pessoas importantes no mundo da música, no mundo da arte, da cultura do nosso País. E hoje, Senador Buarque, se comemora, salvo engano, o dia universo da música. Eu não sei se o Júlio fez isso de propósito, de marcar a audiência hoje. Talvez tenha sido porque ele é vivo que é danado.

[risos]

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR

(PMDB – AC) – Mas uma grande coincidência, e uma coincidência feliz. Aqui no Senado, Prof^a Liane, aqui no Senado nos momentos solenes, se fazem acompanhar da presença do nosso coral. Desse momento aqui. Acho que foi uma falha nossa, viu Júlio? Falha sua. Agora lhe atribuí o mérito, vou lhe atribuir uma falha. O coral do Senado deveria ter sido convidado para participar dessa audiência. Porque acho que é um momento de fundamental importância para a música, para o Senado Federal. Então, na próxima audiência, Senador Buarque, o Júlio já fica intimado a convocar o... E convidar os integrantes do coral do Senado para participar dessa nossa audiência aqui.

Senador Saturnino disse que eu falo muito, eu vou tentar reduzir aqui a...Veja com muita atenção, eu ouvi a exposição de cada um dos senhores e da senhora. Tive... Essa audiência me deu a grata satisfação de sem demérito aos demais, mas rever o Turíbio. O Turíbio não tem a obrigação nenhuma de lembrar de mim, mas eu tenho o dever cívico, inclusive, de lembrar do Turíbio sempre, em todos os instantes, até quando eu ouço os discos dele. Porque acerca de 30 anos atrás, eu levei o Turíbio lá na minha terra, no Acre, não sei se

ele está lembrado... [risos] Através da Funarte, Lembra Turíbio? Ele foi lá e extasiou os acreanos, deu lá alguns concertos. O Turíbio, como muitos músicos brasileiros, hoje ele cumpre um papel importante. É professor de uma universidade, mas é daquelas pessoas que devia viver numa campânula de vidro. Entendeu, Turíbio? A imagem que eu tenho das pessoas como você, de muitos e muitos músicos, alguns inclusive anônimos que a gente tem por esse País afora. Vocês deveriam estar numa posição em que todo dia a gente reverenciasse pelo que vocês nos dão, pelo que vocês... Pela massagem que vocês promovem nos nossos corações. Eu fiquei empolgado agora com a elaboração desse Projeto. Antes da fala do Senador Buarque, e aqui... Olha o meu atrevimento, eu vou discordar do Senador Buarque. Eu achei fantástica a idéia do **commodity**. [risos] Eu achei. Sabe por que, Senador Buarque? Eu não vejo incompatibilidade nenhuma, na prática da música, na cultura, e a gente ganhar uma grana com isso. Não vejo nenhuma incompatibilidade. Achei ótima a idéia da **commodity**. E antes do Senador Buarque falar, eu estava aqui colocando no papel, se eu fosse elaborar um Projeto dessa natureza, eu faria [soa a campainha] segundo quatro pontos fundamentais aqui. O Projeto teria a chamada principal de introduzir a música na grade curricular do ensino público do nosso País no prazo de... Um prazo que nós estipularíamos para cumprirmos três outras obrigações.

A primeira: Uma preocupação da Profª Liane, formação de professores com capacidade específica. Nada de multidisciplinariedade. A segunda, já foi lembrado aqui que semana passada nós aprovamos um Projeto de autoria ou da relatoria do Senador Marcos Guerra para que as escolas de ensino fundamental adotem o período integral. Acho fantástico isso. Então, isso faria parte também. Seria uma condição para que essa introdução da música na grade curricular fosse objeto da preocupação desse Projeto. E a terceira condição é que... Aí eu concordo com o meu professor, Senador Cristovam Buarque, Que a música fosse adotada como uma disciplina básica e não complementar. Eu devo dizer, inclusive, para ilustrar o que eu estou falando, eu estudei... Aqui em Brasília, por exemplo, na década de 60, meu pai era Deputado Federal e eu tive que morar aqui um período. Estudei, fui aluno da Prof. Neuza França, a quem eu rendo homenagem, professora de música, na época que eu estudava no ginásio. Foi uma pessoa muito importante, e eu estudava música. Tínhamos coral, tínhamos atividade de toda sorte na área da música. Estudávamos as matérias que são consideradas importantes: Matemática, física... Física, eu não me lembro de absolutamente nada de física. Nunca me serviu para nada, na verdade. Pode ter ser-

vido para algumas pessoas, mas para mim nunca serviu para coisíssima nenhuma. Mas a música, o pouco que eu tive contato com a música, me proporcionou aqui... Desculpem a falta de modéstia, me proporcionou grandes amizades, me proporcionou... Eu desafio aqui quem me diga que os momentos de maior deleite na vida não tenham sido passados sob o som de alguma música. Desafio aqui quem me diga isso. Os meus também foram. E música me impregnou. Faz parte da minha razão de ser, inclusive. Sem brincadeira. Eu me atrevi, inclusive, a... Sou compositor de banheiro... [risos] A física nunca me proporcionou absolutamente nada. Mas a música me proporcionou.

Portanto, a minha defesa para que a música seja considerada uma disciplina básica. De formação básica. E como diz o Prof. Buarque, se a gente tiver que tirar uma outra matéria, uma outra disciplina da grade, que a gente tire. Isso aí não me causa nenhuma espécie. Portanto, está aqui o esqueleto daquilo que seria um Projeto, se eu fosse apresentá-lo. Agora, eu me submeto à coordenação do Prof. Buarque e vou sugerir aqui que alguma coisa nesse sentido seja adotada.

Portanto, o Projeto... Digamos, a introdução da música na grade curricular num determinado prazo, Senador Buarque, porque é como diz o Prof. Murilo: Não adianta a gente instituir sem ter as condições básicas para tal. Então, formação de professor com capacidade específica, um grande programa de formação de professor; Adotar o período integral, pelo menos nas escolas de ensino fundamental; e considerar a música como paulina básica do currículo escolar. Está aqui o esqueleto do Projeto, e eu quero dizer para vocês que eu estou muito feliz hoje aqui de ter tido a oportunidade de ouvi-los. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Obrigado, Senador Geraldo Mesquita. Eu vou concordar inteiramente com V. Ex^a de que a música é mais importante na formação do ser humano do que a física. [risos] Mas vou lembrar também que Arquimedes estava numa banheira, tomando banho, quando teve a intuição da Lei da Hidrostática, e foi um grande avanço na física naquele tempo. [risos]

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – [pronunciamento fora do microfone]... O Senador Botelho que ele provavelmente deveria estar ouvindo uma música.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Provavelmente. Seria isso mesmo. Bem, já que não há mais Senador inscrito, eu vou passar a palavra a cada um dos expositores para fa-

zerem as suas considerações finais. A começar pela Prof^a Liane Hentschke.

SRA. LIANE HENTSCHE – Muito obrigada, Srs. Senadores. Realmente é um prazer tê-los ouvido, e esses relatos e... Professor Cristovam realmente minha admiração é de longa data pelo seu trabalho.

Eu realmente hoje com a experiência profissional não só no Brasil, como a internacional, como eu disse, nós temos 80 Países membros, eu tenho trabalhado com a indústria internacional diretamente envolvida com a educação musical, e tenho sido um dos fatores que tem motivado muitos Países pela defesa da educação musical.

Nos Estados Unidos, quem vai ao Senado não são educadores musicais, é a indústria, porque eles têm um cálculo muito claro que se houver música na escola, qual é o índice de emprego, de geração de emprego, de consumo de instrumento, etc. Na China a mesma coisa. Na China é obrigatório o ensino musical desde o início.

Então, eu não vejo em primeiro lugar como um demérito, digamos assim, inicialmente. E também não vejo como excludentes os argumentos da educação musical com uma base filosófica, estética e humanista, e uma parte, digamos, comercial. Eu acho que aí está um potencial que o Brasil pode explorar. E tanto quando... Daí eu falo da minha presença, negociando com grandes empresas de instrumentos americanas, com premiações para a criação de premiações internacionais, e eu ouço o relato deles dizendo que eles não têm interesse nenhum na América Latina, que o foco deles no mercado está na Ásia e na Europa.

Então, é lamentável ter ouvido isso de muitas fontes. Nós não temos tido a competência de mostrar do que nós somos capazes. De produzir, de exportar e de mostrar ao mundo. Então, esse é o relato que eu trago, nessa minha experiência oito anos já nesse cenário internacional, e muitos anos aqui no Ministério, e há mais de 15 anos advogando a causa da educação musical.

Eu tenho a vocês agradecer muito. Peço muitíssimo, que quando for o momento da redação de qualquer documento, que sejam consultados os profissionais da área. Não necessariamente os mesmos. Nós temos excelentes profissionais no Brasil, nas universidades, (soa a campainha) que sejam realmente então consultados esses profissionais.

Agradeço imensamente a você, ao Ministro, ao Senador Roberto Saturnino por essa oportunidade ímpar de nós estarmos aqui falando sobre educação musical. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – A palavra agora ao Prof. Sérgio Figueiredo.

SR. SÉRGIO LUIZ FERREIRA DE FIGUEIREDO:
Quero dizer que eu saio dessa audiência extremamente feliz de ver que essa causa já foi abraçada. Ela foi iniciada, tem um longo processo, tem uma história até a chegada nesse momento, e a gente tinha uma expectativa muito grande que esse resultado acontecesse, e ele está aqui configurado na palavra dos Senadores, e esse Projeto vai acontecer.

Então, também coloco à disposição a experiência da Associação Brasileira de Educação Musical, que há 15 anos tem batalhado pela presença da música na escola. Então já temos alguns materiais acumulados e temos uma experiência que gostaríamos muitíssimo de dividir e de poder contribuir para que esse processo se torne um fato, e que ele saia mesmo do papel e chegue na escola no tempo que for possível, no tempo que for previsto como um tempo adequado para a implantação da música na escola. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Muito obrigado ao professor, e passo a palavra agora ao Turíbio Santos.

SR. TURÍBIO SANTOS – Também quero agradecer a todos. Foi uma manhã muito emocionante. Aprendi muitíssimo não só aqui no Plenário como lá dentro com o Prof. Murilo Hingel, que deu uma verdadeira aula sobre os problemas da música no Brasil. E fiquei muito emocionado com a sua lembrança. Isso de vez em quando me acontece. 30 anos atrás, 40 anos atrás. Até 40 anos atrás. Mas aí fica meio apavorado. Caramba! Já estou ficando bem velhinho. [risos]

Em suma, eu acho que esse Projeto vai para frente. Pelo entusiasmo que eu vejo, principalmente dos Senadores, porque o entusiasmo do lado de cá, nós sabemos que ele é muito forte. Mas ver refletido do lado daí eu acho uma vitória essa manhã. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Agora o Dr. Murilo Hingel.

SR. MURILO HINGEL – Eu quero repetir, como outros que me antecederam, que essa manhã já agora começando à tarde, foi para mim de grande satisfação. Satisfação pessoal porque eu sou um admirador da música. E certamente devo muito à música. No meu discernimento, na minha apreciação, até na minha visão de mundo. Então, eu me sinto em casa. E a minha alegria ainda se amplia porque eu vou poder levar a Câmara de Educação Básica à Comissão Especial que está tratando das diretrizes curriculares para a educação básica, tudo o que eu ouvi aqui da parte dos Senadores e da parte dos convidados.

O estabelecimento de diretrizes curriculares é uma atribuição do Conselho Nacional de Educação. Nada impede que o Poder Legislativo do Brasil aprove uma lei que se colocará acima da competência do Conselho Nacional de Educação dizendo alguma coisa sobre música e educação musical, como já se fez anteriormente para outros aspectos que introduziram mudanças na LDB por força de leis aprovadas pelo Congresso Nacional.

Certamente isso para o Senador Mesquita, apenas a título de contribuição, é que nós não trabalhamos sobre grade curricular. Nós trabalhamos sobre diretrizes curriculares. Porque, na verdade, a grade curricular, ela vai se concretizar a nível de escola. Mas é claro que se música é um conteúdo obrigatório, a grade curricular lá embaixo terá de contemplar um tempo especial para a música. [soa a campainha] Muito obrigado a todos pelo que eu aprendi aqui nessa manhã.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Obrigado, Dr. Murilo. E agora João Guilherme Ripper.

SR. JOÃO GUILHERME RIPPER – Eu faço minhas as palavras dos membros dessa Mesa. Realmente foi uma manhã muito especial, e eu creio que posso dizer histórica para a música desse País.

Eu gostaria de congratular o Felipe Radicetti e a Cristina Saraiva por terem feito essa articulação desse movimento que já há algum tempo acontece no meio musical com essa Casa. Eu gostaria de agradecer muito a acolhida de todos nós pelos Srs. Senadores, e eu acho que os elementos para o sucesso dessa empreitada estão aqui. Estão presentes.

Nós já temos a aprovação do horário integral, que é muito oportuno. Uma série de coincidências que a gente vê que o sucesso está aqui porque existe uma série de coincidência. A aprovação do horário integral, a primeira delas. As Universidades Federais estão hoje capacitadas para atender a demanda na formação de profissionais especificamente nessa área. Na escola de música da UFRJ, eu transformei um curso que era genérico, educação artística, em um curso especificamente em formação de professores de música. Porque é uma demanda crescente.

E, portanto, nós contamos com os Srs. Senadores para que nós possamos realmente chegar ao fim, ao bom termo nessa batalha. E não bastasse tudo isso, como bem lembrou o Senador Geraldo Mesquita, hoje é dia de Santa Cecília. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Muito obrigado. Bem, vamos chegando ao fim, e desnecessário repetir o que todos

já disseram. Foi uma manhã realmente extraordinária e muito especial desta Comissão, e da própria Casa, Senado Federal, e para o mundo da música brasileira de um modo geral. Quero dizer apenas que o nosso Secretário Júlio Linhares aceita a crítica da falta do coro. Entretanto, ele diz que há músicos tocando lá no salão principal do Senado, e, enfim, ele não descuidou tão completamente assim (risos) da preocupação do Senador Mesquita.

Aqui me chegou às mãos uma manifestação do Núcleo Independente dos Músicos, cumprimentando a Comissão de Educação e Cultura do Senado pela aprovação do Projeto do Tempo Integral para o Ensino Básico, com assinatura de Alexandre Negriske(F), Cristina Saraiva, Dalmo Mota, Felipe Radicetti, Fernanda Abreu, Francis Hime e Ivan Lins.

Agora, tive conhecimento de que o Felipe Radicetti tem um outro manifesto ainda mais amplo que ele... Pediria então que ele nos trouxesse este outro...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – O Felipe Radicetti nos traz um manifesto já com mil assinaturas, e diz ele que essas mil já estão se acrescentando para mil e cem, mil e duzentos... Enfim, do mundo da música e do mundo da cultura de um modo geral, exatamente um manifesto pela implantação do ensino da música nas escolas brasileiras.

De modo que é mais uma manifestação de grande importância para nós Senadores sobre esse tema que foi objeto da nossa Audiência Pública de hoje.

Quero então manifestar também o meu regozijo, agradecer a presença de todos e especialmente dos expositores, e declarar encerrada a Sessão.

[palmas]

Sessão encerrada às 12h43

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OF. Nº 259/2007/CAE

Brasília, 4 de dezembro de 2007

A Sua Excelência o Senhor
Senador Tião Viana
Presidente Interino do Senado Federal

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em reunião realizada

nesta data, o Projeto de Lei do Senado nº 75, de 2005, que “altera a redação dos §§ 7º e 8º do art. 54 da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, que transforma o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, em Autarquia, dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica e dá outras providências”, com as Emendas nºs 1 e 2-CAE.

Respeitosamente, Senador **Aloizio Mercadante**,
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

Of. nº 169/CE /2007

Brasília, 4 de dezembro 2007

A Sua Excelência o Senhor
Senador Tião Viana
Vice-Presidente, no exercício da presidência,
do Senado Federal
Nesta

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, em reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 330, de 2006, de autoria de Sua Excelência a Senhora Senadora Roseana Sarney que, “Altera a Lei nº 9.394, de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica”, com a emenda oferecida e pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 343, de 2006, de autoria de Suas Excelências os Senhores Senadores Roberto Saturnino, Sérgio Zambiasi, Cristovam Buarque, Romeu Tuma e Juvêncio da Fonseca que, “Altera a Lei nº 9.394, de 1996, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica”, que tramita em conjunto.

Atenciosamente, Senador **Cristovam Buarque**,
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com referência aos expedientes lidos, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, por um décimo da composição da Casa, para que os **Projetos de Lei do Senado nºs 75, de 2005; e 330 e 343, de 2006**, sejam apreciados pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 822/2007-GPGJ

São Luís (MA), 31 de outubro de 2007

Assunto: Processo Administrativo nº 4656AD/2006

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando Vossa Excelência, encaminho a anexa cópia dos autos à epígrafe, com cópia do Parecer dado por esta Procuradoria Geral de Justiça, atendendo solicitação do O SF nº 1.780/2006 Brasília, 19 de setembro de 2006.

Cordialmente, – **Francisco das Chagas Barros de Sousa**, Procurador-Geral de Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Expediente lido, juntado ao processado do Requerimento nº 13, de 2003-CN (CPMI da Terra), vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa expediente que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 96/GM – MDIC

Brasília, 6 de dezembro de 2007.

Senhor Presidente-Interino,

Cumprimentando-o, dirijo-me a Vossa Excelência para, em atenção ao Ofício SF nº 1.635/2006, de 11-9-2006, encaminhar, anexado ao presente, cópia do Despacho, por meio do qual autorizei prorrogação do prazo, por mais 120 dias, para realização das medidas decorrentes das conclusões e recomendações efetivadas pela CPMI dos Correios, tendo em vista que as cópias relativas aos documentos a serem analisados, pelo Departamento de Operações de Comércio Exterior (DECEX), órgão fracionário da Secretaria de Comércio Exterior, totalizam 18.913 papéis, e que, até a presente data, o Decex analisou 6.341 cópias do material.

Atenciosamente, **Miguel Jorge**, Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Processo nº 52.020.002.972/2006-06

Referente: Ofício SF nº 1.635/2006, do Senhor Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, encaminhando o Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Despacho

Ao Secretário de Comércio Exterior,

1. Defiro o pedido de prorrogação de prazo anteriormente estipulado pelo Despacho do Senhor Ministro de Estado, de 5 de junho de 2007, anexo a este Pro-

cesso, e em atendimento ao Memorando nº 898/Secex, de 23 de outubro de 2007, com base nos argumentos da Nota Técnica Decex-2007/701, de 16 de outubro de 2007, prorrogando o prazo final por mais 120 dias, em razão de o Departamento de Operações de Comércio Exterior, da Secretaria de Comércio Exterior ter retirado do Arquivo do Senado Federal as cópias, em 16 de maio de 2007, no total de 18.813 papéis.

Brasília, 6 de dezembro de 2007.

Atenciosamente, **Miguel Jorge**, Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Expediente lido, juntado ao processado do Requerimento nº 3, de 2005-CN (CPMI dos Correios), vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa expediente que passo a ler.

É lido o seguinte:

OFÍCIO PGR/GAB/Nº 1.453

Brasília, 8 de novembro de 2007

Senhor Presidente,

Cumprindo o disposto no parágrafo 4º do artigo 8º da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993 encaminho a Vossa Excelência cópia do Ofício nº 60/2006-PP, de 24 março de 2006, expedido pelo Procurador da República Peterson de Paula Pereira no Procedimento Administrativo MPF/PGR nº 1.00.000.005535/2005-34.

Atenciosamente, **Antonio Fernando Barros e Silva de Souza**, Procurador-Geral da República.

Ofício nº 60/2006-PP

Brasília, 24 de março de 2006

REF.: Representação nº 1.00.000.005535/2005-34

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo, encaminho a Vossa Excelência, para seu conhecimento e adoção das providências que entender pertinentes, cópia da Recomendação nº 1/06-PP-PRDF, por meio da qual o Ministério Público Federal recomenda à União o efetivo cumprimento do que determina o artigo 50, § 2º da Constituição Federal.

Atenciosamente, **Peterson de Paula Pereira**, Procurador da República.

Recomendação nº 001/06-PP-PRDF

Ref.: Representação-MPF/PRDF

nº 1.00.000.005535/2005-34

Recomendação

O Ministério Público Federal, no exercício das suas funções institucionais de que trata os artigos 127 e 129, inciso II, da Constituição Federal, o artigo

5º, inciso I, alíneas **e** e **h**, e artigo 6º, inciso XX da Lei Complementar nº 75/1993 (Lei Orgânica do Ministério Público da União), e considerando os termos da Representação em referência, na qual o Deputado Federal Rodrigo Maia comunica a possível prática de crime de responsabilidade e de atos de improbidade administrativa praticado por Ministro de Estado tendo em vista a resposta ao pedido de informações da Mesa da Câmara dos Deputados transcorrer período exacerbadamente superior a 30 (trinta) dias;

Considerando que a teor do artigo 50, § 2º da Constituição Federal as Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informação a Ministros de Estado ou a quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República;

Considerando, ainda na forma do artigo 50, § 2º da Constituição, que o não atendimento, no prazo de 30 (trinta) dias, ou a recusa do pedido de informações constitui crime de responsabilidade;

Considerando que o pedido de informações pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal constitui-se em mais uma das formas pela qual o Poder Legislativo controla o Poder Executivo;

Considerando que a finalidade do poder convocatório do Congresso Nacional é ampliar o poder investigatório e fiscalizatório do Poder Legislativo;

Considerando que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (CF, art. 37);

Considerando que na forma do artigo 11, incisos II, IV e VI da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8429/1992), constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, especialmente: retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício; negar publicidade aos atos oficiais e deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo.

Finalmente, Considerando que compete ao Ministério Público Federal expedir recomendação visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como ao respeito aos bens e direitos cuja defesa esteja no âmbito das suas atribuições, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis (LC nº 75/93, art. 6º, XX); Resolve,

Recomendar

À União, representada por seu Procurador-Geral da União, Senhor Moacir Antônio Machado da Silva, o seguinte:

• O EFETIVO CUMPRIMENTO PELOS MINISTROS DE ESTADO, BEM COMO POR QUALQUER TITULAR DE ÓRGÃOS DIRETAMENTE SUBORDINADOS À PRESIDÊNCIA Da República ao que determinou o § 2º do artigo 50 da constituição federal – “A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada. § 2º as Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado ou a qualquer das pessoas referidas no **caput** deste artigo, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.”

• O encaminhamento de cópias da presente Recomendação aos Ministros de Estado do Governo Federal e aos órgãos diretamente subordinados à Presidência da República, também para o efetivo conhecimento e cumprimento;

• Por fim, o encaminhamento de cópias da presente Recomendação aos Excelentíssimos Senhores Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados para que remetam cópias desta Recomendação a todos os parlamentares daquelas Casas Legislativas, devendo estes, no caso de descumprimento do artigo 50, § 2º da Constituição Federal, comunicar ao Ministério Público Federal para a adoção das providências cabíveis.

Fica estabelecido o prazo de 05 (cinco) dias, a contar do seu recebimento, para o cumprimento da presente recomendação.

Junte-se.

Publique-se

Intime-se

Cumpra-se.

Brasília, 17 de fevereiro de 2006. – **Peterson de Paula Ferreira**, Procurador da República – **Carlos Henrique Martins Lima**, Procurador da República.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Sobre a mesa expediente que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OFÍCIO Nº 268/2007 – MPF/PR/PB-WMC

João Pessoa/PB, 30 de outubro de 2007.

Ref.: Procedimento Administrativo
nº 1.24.000.000.434/2006-16

Excelentíssimo Senador,

Cumprimentando-o, de acordo com a determinação contida no art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 10.001/2000, venho, por meio do presente expediente, comunicar a Vossa Excelência que o procedimento administrativo em epígrafe, instaurado no âmbito desta Procuradoria da República com o intuito de investigar as irregularidades apontadas pela CPMI das Ambulâncias, encontra-se em fase de análise, aguardando resposta a ofício encaminhado ao Denasus.

Atenciosamente, **Werton Magalhães Costa**, Procurador da República.

Aviso nº 1.707-Seses-TCU-Plenário

Brasília-DF, 21 de novembro de 2007

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, em atenção ao Relatório Final da CPMI das Ambulâncias/CN, encaminhado a este Tribunal pelo Ofício nº 466, de 14-12-2006, cópia do acórdão proferido nos autos do processo nº TC 011.638/2006-8, tendo apensado o processo nº TC 029.462/2006-2, pelo Plenário desta Corte na Sessão Ordinária de 21-11-2007, bem como do Relatório e do Voto que fundamentaram aquela deliberação.

Respeitosamente, **Walton Alencar Rodrigues**, Presidente.

ACÓRDÃO Nº 2.451/2007 – TCU – PLENÁRIO

1. Processo nºs TC-011.638/2006-8 (c/ 1 volume)
Apenso: TC-029.462/2006-2 (c/ 3 anexos)

2. Grupo I – Classe de Assunto II: Solicitação do Congresso Nacional.

3. Interessadas: Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados e Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – CPMI “Ambulâncias”.

4. Órgão: Ministério da Saúde.

5. Relator: Ministro Marcos Vinícius Vilaça.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Segecex.

8. Advogado constituído nos autos: não consta.

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos esta solicitação da Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados acerca de irregularidades em licitações destinadas à aquisição de unidades móveis de saúde.

Acordam os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente solicitação, por preencher os requisitos de admissibilidade do art. 232, inc. III, do Regimento Interno/TCU;

9.2. determinar ao Ministério da Saúde e à Controladoria Geral da União – CGU que enviem ao TCU os relatórios elaborados por suas equipes nas fiscalizações de convênios relativos à aquisição de unidades móveis de saúde – UMS, relacionados com a denominada “Operação Sanguessuga”, em formato adequado às necessidades de processamento automático, atendendo requisitos mínimos de qualidade e apresentando os seguintes documentos:

9.2.1. Índice – deverá capear o relatório e indicar a localização dos elementos essenciais do processo – no formato do Anexo I, às fls. 206 e 207 dos autos;

9.2.2. Extrato – no formato do Anexo II, às fls. 208 a 211, complementado com o Anexo III, às fls. 212 a 231 dos autos;

9.2.3. Relatório de Auditoria elaborado pelas equipes;

9.2.4. Documentos anexos ao relatório, coletados pelas equipes nos trabalhos em campo.

9.3. determinar à Secretaria Geral de Controle Externo – Segecex, no uso das competências previstas no art. 32 da Resolução TCU nº 199, de 28-12-2006, que estabeleça, em conjunto com a CGU e com o Denasus, cronograma de remessa dos relatórios de auditoria e requisitos mínimos de qualidade, de acordo com os Anexos I, II e III, às fls. 206 a 231 dos autos, de tal forma a compatibilizar a celeridade dos trabalhos com a capacidade dos órgãos de controle envolvidos;

9.4. autorizar a Segecex, relativamente à atuação e instrução dos processos a serem encaminhados pelo Denasus e pela CGU, a:

9.4.1. atuar cada relatório como Representação, nos termos do art. 237, incisos II e III, do Regimento Interno;

9.4.2. elaborar padrões sistematizados de análise a serem utilizados pelas secretarias de controle externo na instrução das representações, ficando estas secretarias autorizadas a:

9.4.2.1. converter diretamente em tomada de contas especial, em caráter excepcional, os processos em que se tiver apurado a existência de débito, ficando autorizada a citação e eventual audiência dos responsáveis em cada processo;

9.4.2.2. promover audiência dos responsáveis nos processos em que se tiver apurado a ocorrência de irregularidade grave sem débito;

9.4.2.3. promover comunicações processuais e a concessão de vista e cópia aos responsáveis e interessados que preencherem os requisitos normativos;

9.4.2.4. levantar o sobrestamento dos processos que tratam de aquisição de unidades móveis de saúde já autuados, mas não julgados, os quais foram sobresta-

dos por meio de Comunicação em Sessão Ordinária do Plenário, registrada na Ata nº 29, de 19-7-2006, desde que tratem de convênios contemplados na fiscalização empreendida pelo Denasus/CGU, após a autuação dos respectivos relatórios pela unidade técnica competente, apensando-os ao processo a ser instruído;

9.4.3. definir a melhor estratégia de distribuição dos relatórios entre as secretarias de controle externo, independente da distribuição da clientela, e providenciar os meios necessários ao apoio administrativo e técnico às unidades que ficarão incumbidas da instrução dos processos a serem encaminhados, de forma a garantir a tempestividade na análise e a homogeneidade das propostas;

9.4.4. determinar às unidades básicas – Segedam e Segepres – que providenciem o suporte necessário à Segecex, dentro de suas competências, na disponibilização dos meios indispensáveis ao tratamento dos processos que serão autuados segundo as orientações deste Acórdão;

9.4.5. determinar à 4ª Secretaria de Controle Externo que, com o intuito de proceder ao tratamento da responsabilização dos agentes do Ministério da Saúde, bem como da responsabilização das empresas que participaram dos certames advindos dos convênios, sejam juntados ao TC 018.701/2004-9, referente à auditoria realizada pela 4ª Secex no Ministério da Saúde:

9.4.5.1. o relatório de auditoria realizada pela CGU no Ministério da Saúde para apurar as falhas e fragilidades que permitiram a ocorrência sistemática de fraudes nos convênios para aquisição de UMS;

9.4.5.2. as constatações relacionadas à atuação irregular do órgão concedente – FNS/MS e à responsabilização das empresas que, embora não tenham saído vencedoras nos certames derivados dos convênios, de alguma forma tenham participação em procedimento de fraude da licitação;

9.4.6. considerar válida a metodologia de cálculo desenvolvida pela Controladoria Geral da União – CGU – “Metodologia (Memória de Cálculo) utilizada no Desenvolvimento do Sistema de Cálculo de Prejuízo das Unidades Móveis de Saúde” (Anexo VI, às fls. 277 a 293 dos autos), para fins de quantificação dos débitos verificados nos relatórios e posterior citação dos responsáveis;

9.4.7. encaminhar cópia do presente Acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, à Presidência do Congresso Nacional, à Presidência da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, ao Ministério da Saúde, ao Departamento Nacional de Auditoria do SUS e à Controladoria-Geral da União;

9.4.8. arquivar o processo.

10. Ata nº 49/2007 – Plenário (Sessão Ordinária)

11. Data da Sessão: 21-11-2007 – Ordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-245-49/07-P

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Marcos Vinícios Vilaça (Relator), Valmir Campelo, Guilherme Palmeira, Ubiratan Aguiar, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Auditores presentes: Augusto Sherman Calvanti e Marcos Bemquerer Costa.

Assinou o original

Walton Alencar Rodrigues, Presidente.

Assinou o original

Marcos Vinícios Vilaça, Relator.

Fui presente:

Assinou o original

Lucas Rocha Furtado, Procurador-Geral.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– O Expediente lidos, juntados ao processado do Requerimento nº 77, de 2006-CN (CPMI das Ambulâncias), vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Sobre a mesa, Proposta de Emenda à Constituição que passo a ler.

É lida a seguinte:

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 102, DE 2007**

Acrescenta § 2º do art. 52 da Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do Art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O Art. 52 da Constituição passa a vigorar, transformado seu parágrafo único em § 1º, acrescido do seguinte § 2º:

“Art. 52.

§ 1º

§ 2º As operações de natureza financeira a que se refere o inciso V aplicam-se tanto à contratação de créditos como à remissão de débitos, operação na qual os entes federados são, respectivamente, devedores e credores. (NR)

Art. 2º Esta emenda constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A necessidade da anuência da Câmara alta para que a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal possam contratar empréstimos externos é

obrigação estrita do Senado Federal, e já possui ampla consolidação em nosso espectro normativo constitucional.

Com efeito, os limites para o endividamento externo, assim como sua real necessidade, fazem parte de um conjunto de regras e procedimentos que, com o correto rigor, evita a irresponsabilidade da gestão financeira pública e – o que para nós é traumático – o endividamento sem critério. Quiçá, como diria o saudoso Senador Lauro Campos, desnecessário, e com isso, dando margem a corrupção e a desvios de dinheiros públicos, o que é sempre intolerável.

Dessa forma, com a sabedoria do constituinte originário, associada à eficiência do Legislador ordinário, dispomos de um notável instrumental jurídico – normas constitucionais, leis complementares, leis ordinárias, resoluções do Senado Federal e diversos outros expedientes normativos menores – que, unidos a um controle difuso em vários órgãos e a uma gestão transparente, nos fornece a segurança que uma economia de Estado deve ter para a contratação de empréstimos internacionais.

Porém, de outra parte, todo esse aparato regulador não se aplica – pelo menos não tem sido usual o entendimento para essa aplicação – quando nossos administradores públicos ou Chefes de Estado resolvem, per se, anistiar, perdoar, renegociar ou, até mesmo, doar nossos recursos ou bens públicos para nações ou instituições internacionais com quem nós temos contrato.



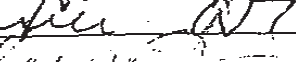
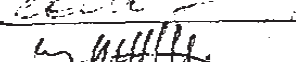




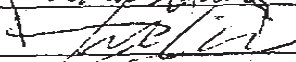
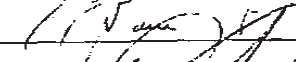






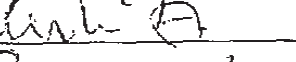
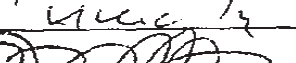


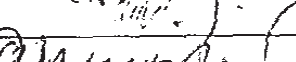

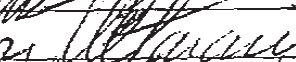


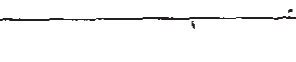
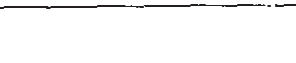

Isso, sem entrar no mérito, com certeza indubitável, de que concessões podem ser feitas a irmãos nossos de outros países que amargam a tragédia cotidiana da fome e da miséria normalmente aliada a sociedades completamente desmembradas, com total ou quase total ausência da entidade chamada Estado Nacional.

Sem discutir a justeza e o caráter humanitário destas ações de perdão, queremos, apenas, invocar o princípio da simetria no tratamento destas operações, e restituir a expressão democrática da sociedade, que tem o dever e o direito de decidir soberanamente sobre o que lhe pertence e seu possível desprendimento.

Quero esclarecer que de forma alguma é objetivo desta proposição amesquinhar o nosso trato com outras nações menos agraciadas. O povo brasileiro, que também amarga grandes penúrias têm a índole da gratidão e da solidariedade, e, com certeza, saberá, através de seus representantes Senadores, escolher os melhores caminhos para as dificuldades de nossos povos irmãos.

Sala das Sessões, 14 de novembro de 2007.
– Senador **Pedro Simin**.

ASSINATURAS DOS SENHORES SENADORES

01 Assinatura:		Nome:	<u>Eduardo Lins</u>
02 Assinatura:		Nome:	<u>Maria Jo Côrte Alves</u>
03 Assinatura:		Nome:	<u>Álvaro Siqueira</u>
04 Assinatura:		Nome:	<u>Mauro Couto</u>
05 Assinatura:		Nome:	<u>Demosthenes Torres</u>
06 Assinatura:		Nome:	<u>Rogério Paes</u>
07 Assinatura:		Nome:	<u>Lima Brito</u>
08 Assinatura:		Nome:	<u>CARIBALDI ALVES FILHO</u>
09 Assinatura:		Nome:	<u>Eliseu Resende</u>
10 Assinatura:		Nome:	<u>PINHEIRO</u>
11 Assinatura:		Nome:	<u>Nêto De Canto</u>
12 Assinatura:		Nome:	<u>JOÃO DUARTE</u>
13 Assinatura:		Nome:	<u>JOE AGUIAR</u>
14 Assinatura:		Nome:	<u>JOMAR VIEIRA</u>
15 Assinatura:		Nome:	<u>DONALDO</u>
16 Assinatura:		Nome:	<u>GERALDO MESSIAS</u>
17 Assinatura:		Nome:	<u>Fátima Cleide</u>
18 Assinatura:		Nome:	<u>DUQUE</u>
19 Assinatura:		Nome:	<u>PAULO RICCI</u>
20 Assinatura:		Nome:	<u>GUSTAVO</u>
21 Assinatura:		Nome:	<u>AUGUSTO BOTELHO</u>
22 Assinatura:		Nome:	<u>SERPES</u>
23 Assinatura:		Nome:	<u>GERALDO MESSIAS</u>
24 Assinatura:		Nome:	<u>E. Pedro</u>
25 Assinatura:		Nome:	<u>N. C. Costa</u>
26 Assinatura:		Nome:	<u>J. C. Costa</u>
27 Assinatura:		Nome:	<u>JOSE MARINHA</u>
28 Assinatura:		Nome:	<u>EDUARDO SUPRICI</u>
29 Assinatura:		Nome:	
30 Assinatura:		Nome:	
31 Assinatura:		Nome:	
32 Assinatura:		Nome:	
33 Assinatura:		Nome:	

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

I – processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 23, de 2-9-1999

II – processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

III – aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de:

a) Magistrados, nos casos estabelecidos nesta Constituição;

b) Ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo Presidente da República;

c) Governador de Território;

d) Presidente e diretores do banco central;

e) Procurador-Geral da República;

f) Titulares de outros cargos que a lei determinar;

IV – aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente;

V – autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios;

VI – fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

VII – dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público federal;

VIII – dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno;

IX – estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

X – suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal;

XI – aprovar, por maioria absoluta e por voto secreto, a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República antes do término de seu mandato;

XII – elaborar seu regimento interno;

XIII – dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XIV – eleger membros do Conselho da República, nos termos do art. 89, VII.

XV – avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003)

Parágrafo único. Nos casos previstos nos incisos I e II, funcionará como Presidente o do Supremo Tribunal Federal, limitando-se a condenação, que somente será proferida por dois terços dos votos do Senado Federal, à perda do cargo, com inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública, sem prejuízo das demais sanções judiciais cabíveis.

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– A Proposta de Emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes dos art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Há oradores inscritos.

Passamos a palavra ao nobre Senador Sérgio Zambiasi, Líder do PTB.

V. Ex^a dispõe de vinte minutos, com a tolerância que esta Mesa terá, para que V. Ex^a conclua seu pronunciamento.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, colega, conterrâneo e amigo Senador Paulo Paim, que preside a sessão desta sexta-feira, 14 de dezembro.

Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna para celebrar um ano de

Parlamento do Mercosul. Exatamente no dia 14 de dezembro do ano passado, tivemos o privilégio de constituir aqui, neste plenário, com a presença do Presidente Lula e de representantes de todos os países membros do Mercosul, o Parlamento do Mercosul, instalado posteriormente em Montevideu, que é sua sede permanente.

Esse é um fato que deve ser lembrado, porque, por meio do Parlamento, constituímos a cidadania mercosulina e sul-americana, que tanto temos defendido aqui. Sabemos que é um processo ainda incipiente, lento, gradual, que, porém, vai se afirmando, assim como aconteceu com a União Européia e também com o Parlamento Europeu.

Foi justamente nesse dia 14 de dezembro, em 2006, que a nova instituição, o Parlamento do Mercosul, foi constituído em sessão solene, aqui, como falei, no plenário desta Casa, com a participação especial e significativa do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Aquele momento marcou a conclusão de um longo processo de construção dessa instância legislativa regional, que contou com o esforço coletivo de autoridades, de parlamentares e de técnicos. Com o Parlamento do Mercosul, aprofundamos o marco institucional da integração no Bloco.

Hoje, tenho orgulho de ter participado daquele momento e, também, posteriormente, do primeiro ano de vida do Parlamento do Mercosul. Ainda jovem, dando seus primeiros passos, a instituição vem correspondendo às expectativas de todos.

Nesse tempo, realizamos oito sessões plenárias, que adotaram importantes decisões do interesse comum da região. Aprovamos o regimento interno e instalamos as comissões permanentes, dando vitalidade para o novo organismo democrático.

Agora, já sob a liderança do Senador Geraldo Mesquita Júnior, Presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, e do Deputado Dr. Rosinha, 1º Vice-Presidente pelo Brasil da Mesa Diretora da instituição, constituímos, seguramente, a bancada mais presente e atuante em todas as sessões do Parlamento do Mercosul, em Montevideu.

Imbuídos de um sentimento coletivo de integração além das diferenças políticas e ideológicas, buscamos apontar caminhos concretos, para tratar dos diversos temas que mobilizam a região, como o acesso à educação, a integração energética e o desenvolvimento econômico e social equilibrado entre os países.

Nesse período, também enfrentamos diversas situações políticas relacionadas com os países-membros, em processo de adesão ou associados ao Mer-

cosul, que intensificaram a reflexão sobre os caminhos da integração em nosso continente.

O mais recente, que exigiu e continua exigindo mais atenção, é o que envolve a Venezuela e todo o debate em torno da aprovação do protocolo de adesão daquele país ao Mercosul e, em consequência, da integração definitiva de seus parlamentares ao Parlamento do Bloco.

Desde o início dos debates, defendi a adesão da Venezuela ao Bloco, por considerar fundamental levarmos o Mercosul ao norte, ampliando sua força territorial, econômica e social. A Venezuela é o terceiro Produto Interno Bruto (PIB) da América do Sul, estratégica, portanto, em termos energéticos e importante parceira comercial do Brasil.

Antepondo-se, de certa forma, a esses atributos, convivemos, nesses últimos meses, especialmente no último ano, com a figura do Presidente Hugo Chávez, que, por postura e declarações, levaram diversos setores sociais, econômicos e políticos a questionar a presença da Venezuela no Mercosul.

Ao longo dos debates, argumentamos que, mais do que um eventual Presidente e suas posições ou declarações pessoais, o processo de integração envolve nações e povos. Os presidentes passam; às vezes, até permanecem mais do que se pode imaginar, mas vão embora. A nação fica. Os povos estão aí e, seguramente, sabem reagir a gestos que, muitas vezes, nos levam a reflexões, exatamente por comportamentos fora do contexto. Mas acreditamos na força e no vigor da democracia sul-americana, jovem ainda, mas que começa a dar sinais muito fortes e muito vigorosos. A prova está exatamente no recente plebiscito realizado na Venezuela, com seu resultado que contrariou todas as expectativas locais, regionais, internacionais, derrotando-se o próprio Presidente Hugo Chávez na tentativa de aprovar uma nova Constituição, com a qual o povo venezuelano não concordou. Isso corrobora, realmente, a veracidade dessa idéia e o novo sentimento de democracia com o qual estamos vivendo.

Nunca é demais lembrar a história da construção da União Européia, que nasceu dos escombros da Segunda Guerra, fruto de acordos entre países que se enfrentaram de forma sangrenta nos campos de batalha, e que, ao longo das décadas seguintes, uniu países com culturas, regimes políticos, interesses econômicos e credos religiosos diversos, além de realidades internas convulsionadas, em muitos casos com a presença ativa de grupos radicais.

Assim, é fundamental que os demais países da região contribuam positivamente, de forma integrada e colaborativa, para aprofundar o processo de demo-

cratização, não apenas na Venezuela, mas em todo o continente sul-americano.

A Bolívia também merece de nós toda a atenção. É membro associado, porém ainda não manifestou interesse em se fazer membro pleno, como é o caso do Paraguai, do Uruguai, do Brasil e da Argentina e, agora, da Venezuela, que está em processo de adesão.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Sérgio Zambiasi, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Senador Mão Santa, ouço V. Ex^a.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Vamos entender as coisas: hoje, é tido como maior administrador do mundo o Sr. Jack Welch, que tem um livro na área da Administração. Ele foi quem soergueu a General Motors (GM). Bill Clinton, quando ia jogar golfe, convidava Jack Welch – aquele jogo é demorado, não é da nossa cultura –, para ficar conversando e aprendendo. Senador Paulo Paim, ele deixa claro, nos seus livros, que mais inteligente do que inventar e imaginar – isto é só para os iluminados, como Einstein – é copiar, é imitar. Então, temos de copiar o modelo que soergueu a Europa, que estava decadente. Depois da guerra, foi um descalabro, e eles fizeram essa União Européia, com as idéias, com os costumes, com a cultura, soerguendo a Europa. Então, temos de unificar. É aquele sonho de Bolívar. Quanto à Venezuela – este Brasil é grande –, o nosso Estado de Roraima vive em função daquele país. Eles vão lá buscar cultura, civilização, pela proximidade geográfica. Lá vão buscar até petróleo, bem mais barato do que o nosso. Há intercâmbio cultural. E mais: estive lá, representando este País, e fui convencido por um membro da Embaixada – eu queria ir a Bahamas, no fim de semana – de que deveria ir para Isla Marguarita. E tive uma surpresa quanto ao número de brasileiros que trabalhavam no hotel: o *maître*, o taxista. O Brasil está colado ali. Temos de pensar, sobretudo, no nosso Estado de Roraima, que fica longe daqui. Vi uma grande quantidade de estudantes brasileiros em Caracas, pela proximidade. Um quadro vale por dez mil palavras: a cidade de Corrente, que fica no sul do Piauí, é mais próxima de Brasília do que de Teresina; então, há uma grande quantidade de sulistas do Piauí em Brasília, que vêm até para fazer um tratamento médico. É a mesma coisa que vejo com relação à necessidade dessa aproximação. Mas tenho a certeza de que ninguém é melhor do que V. Ex^a para nos representar lá no Uruguai. Esta nossa civilização, ao longo da história, é hispano-portuguesa. Eles brigaram. Até aquela cidade defronte de Buenos Aires, Colônia, fundada por um carioca, era de Portugal, e, depois, a Espanha a tomou. Então, eles

dominaram essa cultura hispano-portuguesa. Está aí um fato que nem V. Ex^a nem ninguém pode tirar: foi uma pena Jânio Quadros renunciar! Ele teve a visão de juntar o espanhol e o português. Esta é uma realidade: o portunhol. É uma realidade. A língua se torna obsoleta. Cadê o latim? É o italiano, é o povo. E o que há de povo, garçom, motorista, simplificando as duas línguas! Então, V. Ex^a tem esta missão: acelerar essa unificação. Como disse Jack Welch, não é feio imitar, não. Está aí a unidade européia. Meus parabéns! E me convide para suas viagens!

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Obrigado, Senador Mão Santa.

Na realidade, é bonito ouvir um depoimento tão rico e tão profundo de uma pessoa que lê muito, que se informa muito, como o Senador Mão Santa, e que conhece tanto a questão não apenas sul-americana, mas também a questão européia e que entende as razões da integração.

Penso que temos de, definitivamente, entendermos que a América do Sul pode realmente fazer o processo de enfrentamento com os demais blocos, transformando-se num grande bloco social, humano, econômico.

Efetivamente, temos relações de fronteira muito fortes. É o caso do Rio Grande do Sul, com uma longa fronteira com o Uruguai e com a Argentina. Lá o portunhol é a língua mais falada. As famílias já estão integradas, já convivem entre si. Lá já existe o papel de fronteiro, da carteira de fronteiro com seus direitos, mas ainda falta integrar e internalizar muitas normas, para que efetivamente consigamos oferecer à população a percepção da integração. Economicamente, essa integração já existe. A prova está na presença do Presidente Lula na Venezuela desde ontem, estreitando os laços econômicos, comerciais e de amizade, até num momento complexo, exatamente nesses dias em que as fraturas ficam mais expostas, em função do plebiscito venezuelano, em que o povo da Venezuela disse um “não” contundente a uma perspectiva de perpetuação do poder. Isso, obviamente, consolida a visão de democracia no mundo. E houve a própria sensatez do Presidente Chávez, que acolheu a decisão popular. Isso nos dá a certeza de que a democracia começa a ficar mais sólida.

Há preocupações, sim, com alguns países. A Bolívia é uma preocupação, seguramente. Hoje mesmo, o exército boliviano está em prontidão, mas esperamos que as questões internas sejam resolvidas, e o Brasil, especialmente, tem uma enorme responsabilidade na manutenção da paz, do equilíbrio, da estabilidade no nosso continente. O Brasil, talvez, seja o mais res-

ponsável de todos, exatamente porque já fez todas as guerras que tinha de fazer.

Portanto, com todas essas experiências que remontam aos séculos XIX e XX, temos a convicção de que o Brasil saberá produzir o papel que lhe cabe na história, para que saiba bem conduzir os destinos da América do Sul.

Nós, ainda hoje, na maioria dos países do nosso continente, pagamos o preço das ditaduras, dos bipartidarismos oligárquicos e de um sofrido e, por vezes, conturbado aprendizado popular do exercício da democracia.

Nesse sentido, entendo que devemos ter uma posição ampla, com visão estratégica de futuro com relação a qualquer processo de adesão, seja da Venezuela, da Bolívia ou de qualquer outro país sul-americano, independentemente da sua condição social, econômica ou política, exatamente como fez a União Européia.

Realmente, Senador Mão Santa, temos nos inspirado muito na União Européia, que nasceu dos escombros da Segunda Guerra Mundial, entre países que combateram entre si e que entenderam que somente sua união, seu trabalho conjunto poderia resgatar a auto-estima e o crescimento econômico e social naquele continente. Hoje, vemos a pujança da Europa, exatamente por essa visão de futuro, instalando, hoje, a moeda única, o Euro, a moeda mais forte do globo terrestre.

E, aqui, já se começa a discutir embrionariamente a possibilidade de uma moeda única no Mercosul, a moeda do Mercosul, que facilitará, inclusive, as relações.

Mas temos muito, muito a fazer ainda. Ainda há muitas burocracias de fronteiras. Há ainda muitas situações a serem resolvidas, como a presença de populações ilegais nos países. Precisamos encontrar uma forma de acolher e respeitar essas populações e de dar-lhes a dignidade da cidadania mercosulina e da cidadania sul-americana. Enquanto isso não acontecer, a esses pobres, que tentam uma expectativa nova num dos nossos países sul-americanos, resta, muitas vezes, ainda a escravidão, a submissão ao trabalho escravo.

Um ambiente coletivo, um espaço comum, que permite críticas, cobranças e compromissos, é a melhor maneira de contribuir para o processo de integração regional e também para a afirmação da democracia no conjunto do continente.

O mundo atual, que deixou de ser bipolar, Presidente Garibaldi Alves, cada vez mais caminha para o fortalecimento de economias regionais, o que, antes

de reduzir, amplia o poder e a soberania de cada um dos países no processo de globalização em curso.

A América do Sul é uma das regiões com maior potencial nesse novo universo geopolítico, com reservas energéticas, de água potável, de terras agricultáveis, com uma força de trabalho sempre disposta a superar as fronteiras tecnológicas.

Por isso, o Parlamento do Mercosul, Presidente Garibaldi, que, hoje, 14 de dezembro, completa um ano da sua constituição, neste mesmo plenário, é a caixa de ressonância da sociedade mercosulina e tem o papel histórico de dar voz e vez a esses anseios, transformando em projetos, em recomendações e, em breve – acredito, espero –, em leis as demandas dos povos da região.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Sérgio Zambiasi, o Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria, primeiro, apresentar um lamento, trago aqui essas palavras: V. Ex^a foi o melhor vizinho que eu tive em 65 anos, e todos são bons lá da Parnaíba, o meu amigo Virgílio e tal, eu tenho um irmão, todos são bons, mas você encantou; trago aqui a lamentação da Adalgisa, da Daniela, do meu neto e da dona Francisca – V. Ex^a infelizmente vai ter de ocupar a casa presidencial.

Mas eu queria devolver o livro *Espírito das Leis*. Eu quero tranquilizar V. Ex^a. V. Ex^a é interessante, começou atravessando o mar vermelho e atravessou bem. Deus lhe ajudou, porque entrou logo na tormenta e saiu-se bem. Todo o País vibrou.

Quero dizer que ouço muito a voz do povo. Então, deu fome, eu tive saudades do Suassuna, porque ele arrumava comida para nós, vocês se lembram? Mas nós começamos aqui ao meio-dia, com homenagem à Marinha, e meia-noite estávamos com fome; quando terminou, uma hora, fomos para o Beirute e lá estava fechando. Mas eu senti o povo, aqueles frequentadores e tudo, vibrando pelo comportamento do Senado. E depois fomos para outro restaurante, o único que estava aberto, e eu senti o povo identificado; tive orgulho de colocar o emblema do Senado.

Este Senado, V. Ex^a já identificou com o povo. Hoje nós podemos falar como Cícero – “o Senado e o povo de Roma” –, o Senado sob o comando de Garibaldi e o povo do Brasil.

Mas eu queria devolver este livro; e o meu comportamento... Eu sou eu mesmo e não posso mudar. Então, de vez em quando, eu li já o professor Celso Barros, que foi meu primeiro secretário de governo, um homem muito culto, intelectual.

Outro dia, fiquei orgulhoso: a OAB homenageou dois advogados do Brasil, e entre eles estava lá o Professor Celso Barros, com 80 anos. Então, ele foi meu secretário de governo. Interessante que nunca fiz discurso lido. Ele me ensinou até a soletrar. É daqueles que a gente tem... é o meu Richelieu. Então, ele falava nisso, e eu andei lendo rapidamente. E aí reli, mas V. Ex^a está bem assessorado. Deus lhe colocou aí a Dr^a Cláudia Lyra, esse seu anjo da guarda, mulher extraordinária, e esse Zé Roberto. Olha, não tinha o Carreiro aí? E a gente: “Carreiro, como é?”. Foi como sair o Pelé e entrar o Amarildo, e nós ganhamos a Copa: V. Ex^a. Esse Zé Roberto é um rapaz de profunda intelectualidade. Eu gritei, e, quando ele veio, já estava era com o livro, e eu passei. Então tenho de devolver a ele, porque foi ele que pediu. Então, V. Ex^a é muito ocupado, mas, se tiver um tempinho... Ou, então, converse muito com esse Zé Roberto, porque ele é um... Então são essas palavras.

E, às vezes, quando diz: “Sai do Regimento”, eu digo que quem criou essa democracia foi o Montesquieu, e, depois que criou, ele escreveu isso que é complicado mesmo: *O Espírito das Leis*. Então, entenda: qualquer erro é porque tenho essa idéia.

E vou simplificar, porque aprendi lá com esse jurista do Piauí e com outro, Vicente Leal. O que é o espírito da lei? Por exemplo, tatu. É uma confusão no Piauí: mata tatu, come tatu, Niède Guidon não deixa. Uma vez, eu fui acusado: fui inaugurar o Açude Petrónio Portella, e, naquela confusão, o Governador come. Quando eu vi, serviram tatu. Eu estava no processo. Eu digo: Rapaz, eu sou o Governador; não sou cozinheiro, não. Comi e estava era bom. Aí disseram que eu tinha comido tatu, uma confusão e não sei o quê, uma confusão, para V. Ex^{as} verem como esse mundo está político.

O santo Mário Covas, quando morreu, tinha 54 processos. Hoje, política é uma brincadeira. Olha, Garibaldi, a minha salvação é que tem um Paes Landim que vive na Justiça – é professor de Direito, ensinou e é bem relacionado. Sei que eu comi e gostei; se era tatu, comi. Ô bicho bom! Mas chame o Paes Landim, que é da Justiça, porque ele estava e comeu mais do

que eu. Mas é isso aí. Ouvi Vicente Leal, do Piauí, numa ocasião, dizer: “Se eu sair com V. Ex^a e formos comemorar a sua posse, o seu êxito, aqui em Brasília, e comermos tatu, merecemos ser punidos, mas, lá no meu Piauí, no semi-árido, que não chove, na seca, se um pai de família matar um tatu para dar para um filho de comer, juiz nenhum poderá condená-lo”. É o espírito da lei.

Então, quando, às vezes, ocupo a Presidência, não há o Regimento, não. É porque me inspiro muito em Montesquieu. Se V. Ex^a tiver um tempinho, leia-o; se não tiver, o Zé Roberto já sabe todinho. Zé Roberto, devolvo aqui o seu livro e muito agradecido.

E também ninguém pode tirar o Zezinho. Não vá querer tirá-lo daqui e levá-lo para a residência presidencial, não, porque ele nos serve muito bem.

É só isso o que desejo: muitas felicidades, e que Deus o proteja! Todos estamos orgulhosos do nosso Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Mão Santa, lembrando-o de que essa separação dos vizinhos só acontecerá por um ano.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Fora do microfone.) – Mas V. Ex^a é danado. Daqui a pouco, V. Ex^a ganha duas ou três vezes.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É proibida a reeleição, Mão Santa.

Tenho a honra de anunciar a palavra ao Senador Paulo Paim e de convocar o Senador Mão Santa para assumir a Presidência, porque terei de cumprir uma obrigação externa, um dever de comparecer a um compromisso externo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sr. Presidente, quero revelar o meu primeiro arrependimento pela sua eleição. V. Ex^a antes tinha mais tempo e convivia mais conosco, do baixo clero. Essa sua nova função vai tirar-nos o privilégio dessa convivência mais intensa. Tudo bem. É bom para o Senado e para o Brasil. Eu pago o sacrifício. De qualquer maneira, lamento.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Heráclito Fortes, mas espero não ficar assim tão distante.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Com a palavra o Senador do Rio Grande do Sul,

Paulo Paim. Por designação do Sr. Presidente, a quem estou substituindo.

Senador Heráclito Fortes, quando o Sr. Presidente não puder ir para o exterior, lembro que me convide para representá-lo.

Com a palavra o Senador Paim pelo tempo que achar conveniente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, primeiro, a alegria de falar sob a sua Presidência. V. Ex^a sabe da amizade que tenho pelo ex-Governador do Piauí e, hoje, Senador da República, Senador Mão Santa. Eu acho que um dos poucos momentos, ao longo desses cinco anos, em que nós votamos de modo diferente foi na questão da CPMF. Sei que V. Ex^a tem respeito pela minha posição, como eu tenho pela sua. Faço esse registro. Percebam, Senador Mão Santa e Senador Heráclito Fortes...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Mas, Senador Paulo Paim, dentro do espírito da lei, quero lhe dizer que já houve isso: com os aposentados. E V. Ex^a, inspirado por Deus, promoveu uma PEC paralela que minimizou o sofrimento do povo do Brasil. Eu espero que o Divino Espírito Santo o ilumine para fazer uma lei boa e justa para a saúde do nosso Brasil.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, hoje, com o Piauí me prestigiando neste pronunciamento, quero também dizer do carinho que tenho pelo Senador Heráclito Fortes, inclusive pelo debate qualificado e belíssimo que aqui fizemos. Ele lembrou, inclusive, o meu primeiro voto na questão da CPMF, dando-me oportunidade para que eu lembrasse os outros quatro votos que fiz e que, naquele momento, estávamos, mais uma vez, em posições diferentes, mas tenho certeza de que todos estávamos com o mesmo objetivo: o bom debate, querendo construir o melhor para o País. Nessa ótica, Senador Mão Santa – e eu falava ontem com V. Ex^a, que lembrava a frase que disse aqui agora –, V. Ex^a me dizia: “Paim, lembre-se da Previdência, da PEC paralela que nós construímos”. Nós a construímos juntos, e eu tive a alegria de ser um dos participantes. Ali buscamos uma saída que, sem sombra de dúvida, em todos eventos dos quais participo hoje, os trabalhadores do Brasil reconhecem a importância da PEC paralela, que é lei.

Aí vem a história da CPMF. Senador Mão Santa, V. Ex^a me disse: “Lembre a PEC paralela, Paim”. Estou animado, Senador Mão Santa. Tenho conversado aqui com muitos Senadores, de todos os partidos – Democratas, o PSDB, o PTB, o próprio PR –, e percebo que há uma vontade do Senado da República em construir

uma alternativa que garanta principalmente investimentos na saúde. Por isso, Senador Mão Santa, acho que a idéia da PEC paralela é positiva. Se viermos aqui com uma PEC paralela que garanta 100% da CPMF para a saúde, efetivamente documentada, que garanta que a validade será de um ano e que, nesse um ano, faremos a reforma tributária, Senador Mesquita Júnior... V. Ex^a insistiu muito na idéia de que a aprovássemos desde que, ao fim de um ano, tivéssemos um plebiscito para ver se o povo quer ou não a CPMF, uma redução de forma tal que, no fim de quatro anos, se chegasse a 0,30%; que os 20% da DRU não mais incidissem sobre a educação; que aqueles que ganham até R\$2.800,00 não pagassem a CPMF.

Falei ontem, fui o primeiro a falar, talvez, nesta tribuna, e já mostrava a minha animação na busca de um entendimento. Ninguém aqui está sendo vencedor ou vencido, como eu dizia ontem. Que a gente possa, não neste ano, mas no início do ano que vem, fazer esse debate na busca de um grande entendimento. Acho que é possível. Acho que deveria iniciar, inclusive, no Senado esse debate e, depois, naturalmente, nós iríamos remetê-lo para a Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, Senador Mão Santa, eu tenho certeza de que, se caminharmos por essa via, haveremos de construir um grande entendimento. Dizia ontem e digo hoje – em seguida passo a palavra a V. Ex^a, Senador Heráclito Fortes – que sou contra a visão de que o parlamentar que votou contra ou que votou a favor tem de ser satanizado, tem de ser discriminado. É um equívoco, é um equívoco, repito. Falei isto ontem aqui, fui um dos primeiros a falar, e repito: o momento é de bom senso e de muita conversa na busca de uma alternativa que seja melhor para o País.

Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Concorde plenamente com V. Ex^a. Ninguém mais do que V. Ex^a sabe que o que faltou ao Governo foi humildade e, acima de tudo, diálogo, e não foi por falta de aviso. O Governo não usou as pessoas de credibilidade nesta Casa para ajudá-lo, como V. Ex^a. V. Ex^a não foi acionado pelo Governo. O Senador Delcídio foi chamado aqui na hora da bacia das almas. O Governo precisa se lembrar de que administrar não é corriola. Essa história de corriola é para outros tempos, é para a época de sindicato, quando você saía no intervalo, ia tomar uma pinga, falava mal da vida alheia, voltava e tudo bem. Governar é diferente. O desequilíbrio das forças do Governo aqui dentro começou exatamente por arrogância, por prepotência e por pouco caso. Senador Paim, é muito simples, é só promover um diálogo institucional partido a partido. Vamos ser justos: o que o

Governo quis não foram os votos, mas dividir a Oposição, humilhar a Oposição, achincalhar a Oposição. O Governo, no primeiro mandato, acabou com a Câmara e agora volta as armas contra o Senado, numa tentativa de enfraquecer a democracia no Brasil. Não sei com que objetivo faz isso. Estamos, agora mesmo, vivendo um drama com o qual sei que V. Ex^a não concorda. Mais três cubanos fugiram e não querem retornar a Cuba, e o Governo coloca a Polícia Federal, a serviço não sei de quem, à procura dos cubanos que legalmente estão no Brasil e não querem voltar a um país que internacionalmente é reconhecido como uma ditadura, e faz isso para atender a caprichos de um assessor do Presidente Lula que se diz o condutor da política de integração da América Central, a política bolivariana ou sei lá que nome ele lhe dá. V. Ex^a tem absoluta razão. O Governo não procurou os descontentes da base aliada para saber o motivo de seu descontentamento e, quando procurou a Oposição, foi para desmoralizá-la, foi para dividi-la: conversavam de um jeito com os Governadores e de outro com os Senadores. Eu quero crer que seja mentira, não quero acreditar nisto, mas pensemos no encontro secreto que dizem que o Presidente Lula teve com o Senador Marconi Perillo. Que coisa mais sem futuro! Será que eles achavam que iam dobrar uma decisão que já tinha sido tomada em nível partidário? Quando provoquei aquele debate com V. Ex^a, Senador Paulo Paim, foi exatamente para dizer que essa é uma questão que podia ser defendida das duas formas, mas houve radicalismo. Nós travamos um debate sem radicalismo, mostrando exatamente que não havia necessidade das agressões que se cometeram aqui, nem das chantagens. Sinceramente, continuo pensando que a derrota foi pedagógica para o Governo. Espero que aprendam a lição. Obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Heráclito Fortes, eu sou testemunha de sua boa vontade inclusive antes da votação. V. Ex^a dizia: “De bom senso seria vocês conseguirem, fazendo um acordo com a Oposição, deixar essa matéria não para daqui a dez, doze horas. Joguem para a semana que vem”. V. Ex^a me disse: “Se for acordado, se vocês fizerem uma proposta concreta e for feito um acordo...”. Já se votou emenda constitucional aqui em uma noite, não é Senador Geraldo Mesquita Júnior? Sou testemunha disso.

Conversei muito também com o Senador Mão Santa, que insistia comigo: “Paim, só uma PEC paralela. Eu quero ver no papel aqui. Então, poderemos retomar essa conversa”.

Sinto essa boa vontade por parte de todos os Senadores. Senador Geraldo Mesquita Júnior, permi-

ta-me dizer: V. Ex^a veio à tribuna e abriu seu voto. E eu me lembro de que lhe fiz um aparte, concordando com V. Ex^a. Depois, tive a liberdade de falar pessoalmente com V. Ex^a, que disse: “Paim, reafirmo tudo o que declarei da tribuna. Voto a favor. Só quero que, ao cabo de um ano, faça-se um plebiscito”. V. Ex^a também me dizia: “Dizem que o medo é fazer a emenda aqui, porque volta para a Câmara”. Não tem de ter medo nenhum, porque, tanto lá como aqui, já se votaram os dois turnos de PEC em uma noite. Então, vamos apenas colocar essa emendazinha, dizendo que, daqui a um ano, haveria plebiscito.

No fim, a proposta veio praticamente ao encontro do que V. Ex^a queria, mas na última hora e mais radical que a de V. Ex^a, que pedia, daqui a um ano, um plebiscito. A proposta que veio dizia que, daqui a um ano, terminaria a CPMF.

Acho que faltou, de fato, mais diálogo entre todos nós. Por isso, vejo-me na obrigação de contribuir, de forma muito humilde, com essas conversas agora, querendo ainda achar uma saída possível e viável. Mas não para este ano, sabemos que o ano terminou. Votaremos a DRU na semana que vem, e terminou o ano, mas podemos construir esse entendimento a partir do ano que vem sob a ótica de ampliar um belíssimo debate sobre a reforma tributária.

Sr. Presidente, Senador Mão Santa, quis apenas fazer um breve comentário sobre a CPMF, mas, se V. Ex^a me permitir, quero falar sobre concursos hoje.

Um dos grandes avanços que conquistamos na Administração Pública deste País com a Constituição de 1988, sem dúvida alguma, foi o advento do inciso II do art. 37 da Carta Magna, que é fundamental. Ele determina:

Art. 37.

.....

II – a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

A instituição da obrigatoriedade da aprovação em concurso público para ocupar cargo ou emprego público representou, assim, um passo importantíssimo no sentido de nos constituirmos em uma democracia na qual o mérito, e não o compadrio ou os favorecimentos de qualquer espécie, fosse a base formadora do corpo

de servidores do Estado brasileiro. Isso é fundamental para valorizar o serviço público brasileiro.

Ora, Sr^{as} e Srs. Senadores, é evidente que o sucesso desse modelo depende, de forma primordial, da idoneidade e da lisura dos processos seletivos para os cargos e empregos públicos. V. Ex^a conhece bem essa área, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Um ambiente livre de fraudes – falarei das fraudes que existem hoje nos concursos públicos – e irregularidades é fundamental para que a profissionalização que se pretendeu com a nova regra chegue a bom termo e renove, efetivamente, a Administração Pública de nosso País.

Infelizmente, porém, a atração exercida sobre a população pelos cargos públicos, motivada por vantagens como a estabilidade e uma aposentadoria integral, só pode ser comparada à atração que esse universo exerce sobre os fraudadores dos concursos, que formam quadrilhas organizadíssimas, Senador Geraldo Mesquita Júnior, com ramificações em vários Estados e com membros infiltrados nas instituições que elaboram as provas, nos cursinhos preparatórios e, infelizmente, até nas forças policiais.

A Operação Galileu, por exemplo, realizada pela Polícia Civil do Distrito Federal – para a qual, aqui, registro a minha homenagem –, em 2005, prendeu 81 pessoas, entre elas, repito, policiais com suspeita de fraudar dez concursos públicos em diversas unidades da Federação.

Ouç o Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Prezado amigo, Senador Paulo Paim, V. Ex^a chama a atenção para um fato que, usualmente, não se dá muita atenção: este gravíssimo problema que há na área de concursos públicos no País. Mas eu dou a mesma importância para as maquinações e os crimes que se cometem na área da licitação pública. Costumamos dar maior importância aos crimes que ocorrem na área da licitação pública, porque, talvez, envolvam obras monumentais com maior volume de recursos. Mas o que está acontecendo na área dos concursos públicos, Senador Paulo Paim, é uma vergonha. V. Ex^a colocou o dedo numa ferida brava, realmente, pois é algo que se está alastrando no País; quadrilhas estão se formando, constituindo-se para operar criminosamente dentro dessa questão dos concursos públicos. Graças a Deus V. Ex^a trouxe esse assunto à baila no plenário do Senado, porque precisamos nos debruçar sobre ele com muita atenção; a mesma atenção que dedicamos à questão da licitação, porque se trata de algo igualmente grave!

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Geraldo Mesquita Júnior, V. Ex^a fala porque conhece bem essa área. E pode me ajudar. V. Ex^a era Advogado-Geral da União?

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Fui Procurador da Fazenda Nacional.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – AC) – Procurador da Fazenda Nacional. Portanto, conhece essa área e, conseqüentemente, dá um testemunho das suas preocupações, inclusive já fez até um alerta, em passado recente, na Comissão de Direitos Humanos.

Mas, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho mais dados aqui que impressionaram: dos 14 servidores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, presos pela Polícia Federal, pelo menos seis confessaram o pagamento de até R\$40 mil para receberem, três dias antes, o gabarito da prova do concurso e o tema da redação. Olhem a injustiça que se faz! E, aí, voltamos para uma questão que preocupa a todos nós, porque não há quem não se preocupe com a questão social. Todos sabemos o esforço que faz um assalariado para trabalhar, freqüentar o cursinho à noite e prestar um concurso, tudo isso sem saber que está tudo carimbado, que está tudo acertado, e que não tem a mínima chance de ser aprovado. E ainda ficam com o dinheiro dele.

Ouç V. Ex^a, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – V. Ex^a e todos nós devemos lembrar que, nesta semana mesmo, foi suspensa a realização de um concurso para Polícia Rodoviária Federal por suspeita de fraude. Se não me engano, foi detectado o foco no Rio de Janeiro, mas sei lá, pode ter acontecido em vários lugares do País. Milhares de candidatos inscritos...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Deslocaram-se de seus Estados de origem.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – (...) se deslocaram de seus Estados, porque normalmente as vagas são aqui no Distrito Federal ou em outros Estados. Ou seja, é uma despesa que as pessoas fazem, milhares de jovens, de pessoas ávidas...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Este é um dos motivos que suscitou este pronunciamento. O aparte de V. Ex^a só enriquece.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Exatamente. Era só para ilustrar o seu pronunciamento e lembrar que – não faz muito tempo, nesta semana – foi suspenso um concurso que envolvia a participação de milhares de jovens brasileiros, ávidos por obterem uma qualificação como essa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Sr. Presidente, mais recentemente, neste ano, tivemos o caso do concurso da Câmara dos Deputados, em que também se verificaram irregularidades na correção de provas discursivas para o cargo de Analista Legislativo. Está lá o impasse criado. E aí, como é que fica? Em setembro, a Câmara Municipal de São Paulo anulou um concurso com mais de 110 mil inscritos para contratar 197 pessoas. Motivo: suspeita de quebra de sigilo do conteúdo das provas. Todos pagaram, todos se deslocaram, todos gastaram e, no fim, ninguém foi aprovado, porque foi notado que também houve malandragem, desvio, prova antecipada.

Ainda mais: nos últimos dias, o que me levou também a este pronunciamento, os jornais noticiaram, quase que simultaneamente, a suspensão de três concursos por suspeita de fraude: o exame da Ordem dos Advogados do Brasil, realizado pela OAB de São Paulo – exatamente, Senador Geraldo Mesquita Júnior –, cujo cancelamento, inédito na história da instituição, prejudicou o início de carreira de 25 mil inscritos. Vinte e cinco mil estudantes dedicaram suas vidas, pois se formaram, pagaram, foram fazer o concurso e souberam que não haveria concurso, porque houve denúncia de malandragem.

O concurso de Agente da Polícia Rodoviária – está aqui o caso que V. Ex^a citou –, com 122 mil inscritos em todo o País, foi adiado para março de 2008. Os candidatos vieram para cá e, só depois, ficaram sabendo que, por suspeita de quebra de sigilo de gabarito da prova, o concurso foi adiado. Por fim, poderia lembrar o concurso do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, que V. Ex^a também citou. Lá, 78 mil inscritos, disputando pouco mais de cem vagas, souberam que o concurso foi cancelado porque o gabarito da prova estava supostamente no mesmo cofre em que estava o gabarito da prova da Polícia Rodoviária Federal. Todos foram suspensos, e as pessoas lá, esperando para fazer a prova.

Senadores e Senadoras, também quero salientar a indignação dos milhares de brasileiros que gastam fortunas na preparação para concursos públicos, com cursinhos preparatórios, compra de livros, apostilas e, como já falamos aqui – e o Senador Geraldo Mesquita Júnior me ajudou nessa análise –, muitas vezes se deslocam milhares e milhares de quilômetros para prestarem o concurso. No entanto, depois disso tudo, os aprovados não são chamados sequer para tomar posse, porque houve suspeita de fraude e o concurso é anulado. E anulado, ninguém mais toma posse.

Sr. Presidente, isso não é sério e não poderia acontecer neste País!

Os editais dos concursos publicam determinada quantidade de vagas e, posteriormente, não as preenchem no período de validade do concurso, abrindo-se aí – esta é outra denúncia que constatamos – um novo processo seletivo para o mesmo cargo, sem convocar os aprovados. Por exemplo, concurso “x”. Fica provado que não houve malandragem, não houve fraude, não houve troca de provas, não houve nada. A pessoa passa direitinho; eram duzentas vagas, mas eles convocam apenas cem, não convocam mais os outros cem, que também tinham direito, e abrem novo concurso. Cria-se, então, uma indústria de receber dinheiro da população. Isso não pode acontecer, Sr. Presidente. Se eram duzentas vagas e passaram trezentos, temos que preencher as duzentas vagas para, só então, abrir novo concurso.

Os candidatos, Sr. Presidente, em razão das vagas oferecidas nos editais, muitas vezes até largam seus atuais empregos para se dedicarem à preparação para o concurso público. Mas, após serem aprovados, não têm nenhuma garantia de serem nomeados. É como se fosse uma brincadeira, uma grande brincadeira que fizeram. O rapaz, a moça, o homem, a mulher, o idoso, enfim, não importa, estudou, passou, tudo direitinho, e depois a vaga desaparece. Há inúmeros casos em que os primeiros colocados não assumem.

Houve uma denúncia, para mim, surpreendente e que me chegou às mãos. A pessoa me contou que tinha sido o terceiro colocado em um concurso com cinco vagas, mas, quando chegou a hora de assumir a vaga, contrataram uma pessoa terceirizada e não o colocaram, porque sabiam que ele estava controlando. E alguém que ficou lá em 8º ou 15º lugar assume.

Há mais uma denúncia aqui: caso semelhante está ocorrendo aqui no DF. Podemos exemplificar o concurso público para agente penitenciário, de 2004, que disponibilizava, Sr. Presidente, aproximadamente sessenta vagas, mas até o presente momento não foram convocados os aprovados naquele concurso. Essa postura do Poder Público, com certeza absoluta, tem que ser revista.

Em razão dessa situação, para não ficar só na denúncia, apresentei, ainda em 2004, Senador Mesquita Júnior – não sei por que a matéria não avança –, uma proposta de emenda à constituição, a PEC 48, de 2004, que obriga o Poder Público a nomear todos os candidatos aprovados dentro do número de vagas fixado em edital. Se o edital diz que são duzentas vagas; não houve – prefiro usar aqui o termo “malandragem” – nenhuma malandragem, não houve nenhum desvio de conduta, como é que se passam dois anos, faz-se novo edital e não se chamam os que

passaram corretamente? Não pode. Essa PEC tinha que ser aprovada.

Senhoras e senhores, combatemos também o leque de possibilidades de fraudes nos concursos públicos.

Sr. Presidente, essas são apenas algumas situações que, de alguma forma, chegaram ao nosso conhecimento. A imprensa também sabe. Não é difícil imaginar que eles representam apenas aquilo que chamamos sempre a ponta do *iceberg*. Abaixo da superfície é possível, e até mesmo provável, que esquemas semelhantes aos demonstrados pela Polícia Federal do DF em 2005 estejam funcionando a todo vapor em todo o País.

Diante desses fatos e dessas reflexões, Sr^{as} e Srs. Senadores, acredito que chegou o momento de nós contribuímos para dar um basta a esta situação.

O flagelo da fraude nos concursos vem se tornando uma ameaça cada vez mais nociva a uma conquista democrática que valoriza o mérito, a competência e o profissionalismo que, paulatinamente, vem aprimorando o serviço público brasileiro.

O que proponho, portanto, ao Palácio do Planalto e aos ministérios e órgãos públicos competentes, Sr. Presidente, é a criação de um órgão federal incumbido de fiscalizar, da primeira à última etapa, todos os concursos públicos realizados neste País.

Só não apresento um projeto de lei porque vão dizer que é vício de iniciativa, mas tomei a liberdade de apresentar uma proposta autorizativa como uma contribuição ao Governo Federal para que crie um órgão para fiscalizar do primeiro ao último momento e que, inclusive, imponha penas duras contra aqueles que, de uma forma ou de outra, enganam o povo brasileiro com a chamada fraude dos concursos públicos.

Proponho ainda que essa instituição, Sr. Presidente, acompanhe não somente o funcionamento das instituições que elaboram as provas, porque o cuidado pelo sigilo das questões tem sido contestado em várias ocasiões, mas que fiscalize efetivamente o processo de correção das provas e os critérios utilizados em cada etapa. Que se investigue a composição das listas de aprovados que, muitas vezes, oferecem os primeiros indícios de que aquele concurso específico foi objeto de irregularidades.

Enfim, proponho que se crie um organismo que acompanhe todas as etapas dos concursos públicos realizados no País, com vistas a coibir a atuação das quadrilhas que se aproveitam justamente da falta de fiscalização rigorosa em muitas das fases do processo seletivo.

Como as leis que determinam a criação de órgãos da Administração Pública, de acordo com o art. 61 da Constituição Federal, são de iniciativa privativa do Presidente da República, apelo à sensibilidade do Executivo para que acate este discurso muito mais que um projeto autorizativo como uma carta de intenção. Embora possa ser ingênua para alguns, para mim ela tem alma, tem coração, porque visa somente a justiça para milhares e milhares de brasileiros que sonham em passar num concurso público.

Sr. Presidente, é dever de todos nós zelar pela lisura do processo seletivo para os cargos e empregos públicos. E é nesse sentido que faço este apelo, pois, além de ser um dever do Estado brasileiro, é condição fundamental para que tenhamos um serviço público de qualidade e à altura do que todos nós desejamos para o nosso País e para toda a nossa gente.

Senador Mão Santa, concluo a minha fala com este pronunciamento só dizendo a V. Ex^a que, ainda ontem, encaminhei à Mesa voto de aplauso ao Prof. Dr. Marcos Ávila. Sei que outros Senadores foram na mesma linha. Contudo, vejo-me na obrigação, porque conheço o Dr. Marcos Ávila, de fazer uma rápida justificativa.

O escritor Jorge Amado descobriu a excelência oftalmológica da capital goiana já no final da vida. Ele estava em Paris. Vítima de cegueira parcial, ele precisou fazer um exame comum e veio da França para o gabinete do Prof. Dr. Marcos Ávila. O médico lhe receitou uma visita a esse centro oftalmológico, e lá ele foi. Ali se tratavam também outros notáveis, como o ex-Presidente da República, hoje Senador, José Sarney, que é também paciente do Dr. Marcos Ávila. O nosso querido arquiteto Oscar Niemeyer, que hoje completa 100 anos, que foi homenageado ontem e hoje, também é paciente do Marcos Ávila. Oscar Niemeyer, Sr. Presidente, que tem um problema com viagens de avião, chega a viajar quase dois mil quilômetros de carro para ser consultado pelo Dr. Marcos Ávila.

Sr. Presidente, eu poderia citar inúmeras pessoas ilustres que são pacientes do Dr. Marcos Ávila; mas quero dar um depoimento, se me permitir, para concluir, Senador Heráclito Fortes. Tive um problema de visão quando eu era Deputado. Do dia para noite, eu acordei sem enxergar nada. O médico-chefe da Câmara dos Deputados me disse: "Paim, pega o carro neste momento, vá para Goiás e procure lá o Dr. Marcos Ávila".

Cheguei lá e, para minha alegria, porque falei de figuras ilustres, eu vi lá mais de trezentas pessoas na fila, pessoas pobres e simples, às quais ele estava dando atendimento gratuito porque não podiam pagar.

Os que podem, pagam e pagam corretamente; os que não podem, são atendidos gratuitamente.

É este o depoimento: quando cheguei lá, eu não enxergava nada; depois do tratamento, recuperei 80% da minha visão. Lembro-me, depois que ele fez com que, praticamente, eu retomasse a visão do meu olho esquerdo, de ter dito para ele: a minha mãe tem um problema semelhante. Ele me disse: “Traga-me os exames dela”. Entreguei os exames para ele, que disse: “Olha, não a traga aqui porque você só vai gastar, e a situação dela não tem volta”. Minha mãe já faleceu, e, de fato, não tinha volta. Apresentei-lhe um problema semelhante, da minha irmã. E ele disse: “Esse caso você não me traz aqui, mas, em Porto Alegre, procure um aluno meu, assim, assim, assim”. Fui lá, e ela recuperou parte da visão, pelo menos, antes de falecer.

Então, faço esta pequena homenagem, descrevendo algumas situações, porque, de fato, o Dr. Marcos Ávila, que recebeu esse prêmio já comentado ontem aqui, merece todo o nosso carinho e nossas consideração, não por atender só Senador, Deputado, escritor, pintor, enfim, mas por atender também gratuitamente aqueles que não podem pagar. E ele tem recuperado a visão de muitos.

Era o que tinha a dizer.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Queremos cumprimentá-lo e, se permite, aplicando o Espírito das Leis, complementar o discurso de V. Ex^a. Fiz nascer uma lei que já foi aprovada aqui e teve repercussão no País todo, para que os concursos públicos fossem realizados em todas as capitais, porque não é justo, de acordo com o aparte que Geraldo Mesquita deu, pinçam-se as mais importantes capitais do Brasil.

Das distantes terras dos Municípios do Acre, das distantes terras de Roraima e do Piauí, é difícil o brasileiro deslocar-se para essas grandes capitais. Além da despesa do transporte, muitas vezes aéreo, há a hospedagem e o estresse da mudança de ambiente. Os concursos deveriam ser feitos nas capitais dos seus Estados, nas unidades universitárias que existem em todos eles, desde que houvesse inscrições em número maior de 200 em cada Estado.

Esse projeto já foi aprovado no Senado e está dormindo na Câmara dos Deputados.

Então, acordo o Presidente: “Acorda, Chinaglia!” Todo o povo – tenho mais de três mil *e-mails* – está congratulando-se com essa idéia, que nasceu desta Casa, que tem os luminares da República, que é o Senado Federal.

O projeto já foi aprovado nesta Casa, tramitou e falta apenas o Presidente Chinaglia aprová-lo, dar grandeza ao Parlamento e votar a matéria. A proximidade corrigirá muito mais essas corrupções que há no concurso público.

Nossos parabéns.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Quero cumprimentá-lo pelo projeto, que é fundamental para que as pessoas não tenham de se deslocar dos Estados de origem. Meus cumprimentos a V. Ex^a. Vamos trabalhar juntos para acelerar a votação naquela Casa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Use sua liderança com o Presidente da Câmara para acordar e trabalhar.

Convido para usar da palavra, de acordo com a ordem de inscrição, o Senador Geraldo Mesquita Júnior, do PMDB do Estado do Acre, um dos Senadores que, sem dúvida, mais se aproximam da vida, da firmeza e do compromisso de Rui Barbosa, diante do seu encantamento pela lei e pela Justiça.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, é muita bondade de V. Ex^a, a quem cumprimento nesta manhã de sexta-feira na Presidência do Senado. Quero saudar os companheiros aqui presentes: o Senador Heráclito, o Senador Paim, os dedicados servidores desta Casa, que nos acompanham sempre, o povo brasileiro e, em especial, o povo acreano. Quero dedicar minha fala, hoje, especialmente ao povo acreano.

Na noite da votação da CPMF, abdiquei da minha fala em proveito do andamento da sessão, que já se estendia por demais, e usei apenas um minuto para reiterar minha disposição de votar contra a prorrogação da CPMF. E eu disse, naquela ocasião, que o fazia de forma responsável, Senador Paim. Tomei essa decisão oficialmente, digamos assim, no dia 3 de dezembro. Vim, aqui, a esta tribuna, explicitar minhas razões – e vou repeti-las aqui – e mantive meu voto, não sem torcer e aguardar que o Governo acolhesse proposta que não só eu fiz, mas que alguns Parlamentares aqui fizeram, no sentido de viabilizar a aprovação da prorrogação daquele tributo.

A proposta que eu fiz, Senador Paim, acaba de lembrar: eu me comprometi aqui em votar a favor da prorrogação da CPMF desde que o Governo, Senador Mão Santa, se compromettesse com a tese da realização de um referendo popular, que ocorreria por ocasião das eleições municipais vindouras, no próximo ano, até por medida de contenção de despesas, porque eu entendia, como continuo entendendo, que a CPMF havia sido instituída, anos atrás, em caráter provisório, como

é do corpo e da essência do tributo, de forma precária, para suprir necessidade emergencial e para que o País se voltasse para a recomposição de condições mínimas para o funcionamento da área de saúde pública. De lá para cá, esse tributo vem sendo prorrogado, na conjugação de esforços do Poder Executivo com o Poder Legislativo, sempre de forma precária, provisória. Entendi, e continuo entendendo, que é chegada a hora, Senador Paim, de transferirmos essa decisão, em caráter definitivo, ao povo brasileiro.

Não agi com intransigência, não agi torcendo para que as coisas dessem errado. Isso é conversa fiada, Senador Paim! Torço, sou um daqueles que, ao seu lado, torcem para que as coisas andem bem no nosso País, para que as soluções surjam para milhões de brasileiros e brasileiras que estão aí, à míngua, à margem de um processo de desenvolvimento. Torço, Senador Paim, com toda a sinceridade, torço, torço para que o Presidente Lula acerte o prumo, acerte o rumo das coisas no nosso País. Os eventuais excessos que ele comete, ou faz, ou diz, relevamos. Ora, se relevamos as bobagens que o Presidente Chávez faz na Venezuela com vista ao processo de integração regional do nosso Continente, por que não fazê-lo com relação ao nosso próprio Presidente, Senador Paim?

Relevamos tudo isso e torcemos para que as coisas no nosso País se encaminhem cada vez mais no sentido de melhorar as condições de vida do povo brasileiro. Mas não podemos compactuar com isso, Senador Paim, sermos, de certa forma, até cúmplices de algo que vem sendo feito de forma amarrotada no nosso País. O gasto público, no Brasil, de fato, é desorganizado, Senador Paim; ele precisa passar por um processo de organização, de eleição de prioridades. A carga tributária do nosso País, Senador Paim, já não é elevada, é excessiva. Quando se diz “excessiva” é porque ela está acima da capacidade e do esforço do povo brasileiro de reunir poupança interna e recursos, para que as demandas sejam atendidas. Quando se diz “excessiva” é porque ela está acima realmente.

Portanto, é uma questão de princípio, é uma questão de se acreditar em alguma coisa. Em que acredito, Senador Paim? Que precisamos conjugar dois esforços: reduzir nossa carga tributária em níveis suportáveis pela população brasileira, mas com o máximo disciplinamento com relação ao gasto público. Precisamos introduzir um terceiro fator: precisamos combater, como se combate, na guerra, o inimigo; precisamos combater o processo de corrupção, que está nas entranhas do nosso País; precisamos combater o desperdício, que é uma cosia brutal. Talvez, cerca de 25% da nossa produção de grãos seja desperdiçada

por falta de condições melhores na infra-estrutura de estradas, de portos etc.

Precisamos dar cabo dessas operações, Senador Paim. Creio que, com isso, o País se torna mais leve, a população se torna mais ativa e possamos abrir a porta de saída. Fala-se tanto na porta de saída do Bolsa-Família, por exemplo. Essa seria uma porta de saída, para que a população migre do Bolsa-Família para um emprego digno, justo.

Portanto, em que pese a firmeza das minhas convicções, não estou barganhando cargo, não estou barganhando absolutamente nada, Senador Paim; em que pese também achar que, em tempos normais, partidos que participam, por exemplo, da coalizão governamental, parlamentar, inclusive; se participam do esforço para a eleição, devem participar também do esforço do planejamento, da participação na execução das tarefas governamentais. Isso é legítimo, é muito justo, não há nada de fisiologismo nisso, mas em tempos normais, numa relação, numa interlocução política elevada, permanente, e não circunstancial, e não emergencial.

Mesmo pensando assim, quando coloquei o pé na discussão da CPMF e quando me recolhi para pensar, para refletir sobre a decisão que deveria tomar, cortei a possibilidade de voltar a tratar desses assuntos de liberação de emendas, de nomeação de cargos, porque creio que não é apropriado. Num momento como aquele, em que estávamos discutindo assunto tão importante, aí, sim, poderia parecer, realmente, fisiologismo, poderia parecer oportunismo. Não o fiz. Cortei. Cortei a relação e a possibilidade de tratar de assuntos dessa natureza naquele momento específico, porque são questões que devem ser tratadas ao longo da interlocução política, ao longo do mandato, ao longo da execução, ao longo do período governamental.

Tomei a minha decisão serenamente; tomei a minha decisão com responsabilidade.

Não tive, repito, a oportunidade de tecer maiores considerações, de justificar mais ainda, porque o povo acreano, o povo brasileiro precisa ouvir a nossa justificativa. É um dever nosso chegar aqui e justificar o nosso voto.

Estou tendo a oportunidade, nesta sexta-feira, de fazê-lo, Senador Paulo Paim, talvez com mais informações, com mais detalhes além daqueles que eu já trouxe aqui, usual e normalmente.

Estou preparado, Senador Paim, para me sentar a uma mesa de negociação, se esse for o desejo do Poder Executivo e desta Casa, e conversar sobre reforma tributária. O Brasil está precisando disso.

O Senador Mão Santa, por diversas vezes, nesta tribuna, declinou o nome dos setenta e tantos tributos que temos no País. É um sistema tributário perverso, Senador Paim, injusto, porque pune a ponta mais fraca. Ele pune a ponta mais fraca.

Naquela noite, circulou muito a conversa de que a CPMF é imposto que penaliza somente as elites, os ricos. Não é, não, Senador Paim. Veja o exemplo do sujeito que vai à birosca para comprar um quilo de café, Senador Paim. Esse quilo de café traz uma cadeia imensa de incidência da CPMF e aquela pessoa acaba, talvez, pagando mais ainda. Isso é conversa fiada.

Empresário e gente rica, neste País, talvez sejam os que menos paguem CPMF. O empresário movimenta conta de pessoa jurídica e, ao comprar algum produto, algum insumo para movimentar a sua indústria, é claro que repassa o valor recolhido para o preço do produto, Senador Paim. Quem não sabe disso? Todos nós sabemos disso.

Então, esse é um argumento falacioso e que não se sustenta. É um argumento que não se sustenta. Todos pagam CPMF e talvez os mais necessitados são os que paguem mais esse tributo.

Estou disposto a sentar-me com quem quer que seja e, principalmente, com pessoas como V. Ex^a, que, não me canso de repetir, é um Senador que, neste Parlamento, defende causas, não coisas.

Existem aqueles que se dedicam à vida pública para lutar por coisas, Senador Paulo Paim, mas V. Ex^a é um Parlamentar que se dedica a lutar por causas. Isso é uma coisa importante e fundamental, que faz a maior diferença.

Sento em companhia de V. Ex^a e de quem o quiser para discutirmos uma reforma tributária que estimule a produção e o emprego, mas não estou disposto, Senador Paulo Paim, a discutir, pontualmente, tributo nesta Casa. E digo de novo – e estamos longe de voltar a discutir o assunto – que tributo solteiro, tributo avulso não estou disposto a validar nesta Casa.

Toda vez que tivermos uma oportunidade de reduzir a carga tributária neste País, deveremos encarar essa tarefa com a maior responsabilidade. Uma reforma tributária eu discuto, mas se retornar a questão pontual, isolada, solteira, avulsa de qualquer tributo, nesta Casa, já declaro meu voto contrário. Eu já estou declarando o meu voto contrário. Estou declarando o meu voto contrário, Senador Paim. E voto naquela circunstância e naquela condição que eu disse da outra vez. Até voto, mas desde que a decisão do Parlamento seja submetida a um referendo popular. Do contrário, estou disposto a discutir apenas uma reforma tributária.

Perdemos todas as oportunidades de discutir uma profunda reforma tributária, Senador Mão Santa.

Sempre estou disposto a sentar-me e a discutir com responsabilidade, mas quanto a tributo solteiro, a tributo avulso, nesta Casa, eu só voto a favor da sua manutenção, da sua criação, se a decisão do Parlamento for submetida a um referendo popular, enquanto não realizarmos a tal da reforma tributária, porque é uma injustiça que cometemos contra a população.

O nível da nossa carga tributária é excessivo, não elevado. Elevado é algo que, talvez, seja até suportável, mas ele está acima do suportável. Então, por princípio, se houver tentativa de se institucionalizar, criar-se, ou prorrogar-se qualquer tributo, aqui, de forma solteira, avulsa, eu voto contra. E votarei a favor mediante a condição de levarmos a questão ao conhecimento do povo brasileiro, como um todo, para que ele decida: “Além dessa carga insuportável, você quer mais esse tributo?” O povo brasileiro que decida.

Tenho agido de forma responsável, Senador Paulo Paim, mas talvez até tenha cometido erros, nesta Casa. Com certeza, cometi vários, mas o meu esforço é no sentido de agir sempre com responsabilidade e de forma serena.

O meu voto não foi um voto de vingança, porque não tenho contra quem me vingar, apesar, Senador Paim, de ser alvo no meu Estado.

Pedi ao Fonseca que me trouxesse as notícias que circulam, hoje, na imprensa do meu Estado. Desculpem-me os companheiros da imprensa da minha terra, mas há muito tempo tenho sido alvo de uma campanha que já chega às raias do desumano. É negócio cruel. Negócio cruel.

Tenho sido alvo de uma campanha difamatória, dia sim e outro dia também. Faço exceções, pois não é toda a imprensa acreana. Lá, há exceções, raras exceções de pessoas que ainda tentam fazer uma imprensa altiva, uma imprensa responsável, uma imprensa, de certa forma, até independente, se isso é possível, mas uma parte considerável da imprensa acreana, Senador Paim, no seu conjunto, constitui-se quase que uma unidade orçamentária governamental. Ela vive, exclusivamente, de recursos públicos que lhe são transferidos de uma forma ou de outra. Por conta disso, como sou *persona non grata* para o atual Governo, para o atual esquema de poder do meu Estado, sou alvo, dia sim e outro dia também, e todos os dias da semana, de um tratamento que não se concede a um animal. Eu sou traidor, sou bandido, sou safado, sou corrupto – esse é o tratamento que me dedica boa parte da imprensa acreana todo dia. Já estou calejado, já estou acostumado.

O que foi publicado, hoje, é uma repetição grosseira do que acontece todo dia: “Geraldinho Mesquita ajuda a subtrair 416 milhões do Acre.”. É uma manchete que induz a população a considerar e ter isso como uma verdade absoluta.

Fico até preocupado. Se eu, realmente, ajudei a subtrair todo esse valor, quero saber, daqui para trás, onde foi colocado todo esse recurso, Senador Paim Já não falo das condições da saúde pública no interior do Estado, que estão além do precário, vamos ficar só na capital mesmo. A gente assiste a uma cena dramática na capital do nosso Estado: velhinhos, Senador Paim, indo para a fila da fundação hospitalar, às 3 horas da manhã, para tentarem marcar uma consulta para daqui a cinco meses, ou para fazerem um exame radiográfico e, ao chegarem lá, o aparelho está quebrado. Então, eu já fico até preocupado: para onde foi essa dinheirama toda, que eu, aqui, como diz a imprensa, estou ajudando a subtrair do meu Estado?

Faço este relato, talvez até dramático, Senador Paim, porque é um negócio muito dolorido para mim, pessoalmente, e para a minha família. É uma campanha solerte; é uma campanha difamatória; é uma campanha pesada. Há jornalistas que não merecem esse título. Repito aqui, para ficar muito claro: tem exceção no meu Estado; há um setor da imprensa que ainda tenta ser responsável, independente, mas, grande parte da imprensa do meu Estado elegeu-me como alvo prioritário de um processo, ou pelo menos de uma tentativa, de desmoralização pública. Todos os dias, Senador Paim, não há um dia que não sai uma nota, uma coluna, um artigo de algum jornalista, desses que não merecem o título de jornalista, escalado para me difamar. Quando não há fato, cria-se fato, inventa-se um fato qualquer.

Quero ler, aqui, para V. Ex^{as}. No dia da votação da CPMF, ligou-me o jornalista Roberto Vaz, titular de um *site* denominado Ac24horas, dizendo-me: “Senador, recebi, aqui, a informação de um parlamentar da base do Governo...” Eu não sei quem é; quer dizer, a coisa sai assim de forma totalmente irresponsável: dizendo que eu estaria condicionando o meu voto, Senador Paulo Paim, favorável à CPMF – V. EX^a é testemunha de que o meu voto já está declarado há muito tempo –, ao fato de o PT não indicar o segundo candidato ao Senado em 2010.

Senador Paulo Paim, não sei nem se vou ser candidato a alguma coisa! Confesso a V. Ex^a que esta minha experiência parlamentar tem sido doída, tem sido traumática, tem sido complicada para mim e para minha família. Muito complicada. Já lhe externei a minha tristeza, o meu pesar por isso tudo estar acontecendo.

Não sei nem se vou ser candidato a nada, Senador Paulo Paim. Imagine se vou estar preocupado se o PT vai indicar um, ou dois, ou dez, ou vinte candidatos ao Senado! Não tenho nada com isso, Senador Paulo Paim. V. Ex^a, que me conhece, sabe que eu não condicionaria um voto a uma situação dessa. O povo acreano sabe disso, mas a tentativa – parece até uma notícia simples, uma notícia boba – é para mostrar: “Olha, está vendo como ele é mesquinho? Está vendo como ele é pequeno? Está vendo como ele se coloca de forma safada, talvez?”. Entendem? Então, é a essa coisa que estou submetido no meu Estado.

Mas, apesar disso, Senador Paulo Paim, vou até onde Deus me permitir levar este mandato; vou levar, porque tenho compromisso com o povo acreano.

Tenho tentado agir aqui procurando ser o mais coerente possível com tudo aquilo que eu pensava, e penso, ao longo do tempo. Os meus compromissos são os mesmos. Mudei de partido? Mudei de partido, mas os meus compromissos são os mesmos, Senador Paulo Paim. Tenho feito um esforço danado aqui para manter os meus compromissos com as minhas idéias, com o que sempre pensei na vida, inclusive trabalhadas e articuladas dentro de um esquema em que estive inserido, é verdade. A Frente Popular do Acre era uma coisa bonita quando surgiu. Fiz parte disso, da sua constituição. Meu pai foi um esteio forte da constituição da Frente Popular. Envolvi-me com essa operação porque julgava que era a oportunidade de mudarmos a face do Acre. E, de repente, vejo tudo aquilo mudar completamente de rumo. Ideais, que diziam respeito à sorte de todo o povo acreano, começaram a migrar para iniciativas que visavam apenas à promoção pessoal de um ou de outro. E saí disso aí. Mas confesso que ali trabalhei, junto com outras pessoas, que continuo achando que estão equivocadas e que poderiam rever tudo isso. Mas trabalhei ali, trabalhei em outras circunstâncias também a possibilidade de mudarmos a face do Acre, de contribuirmos para o desenvolvimento do nosso País de forma democrática, de forma a priorizar os interesses e as aspirações da grande maioria do povo acreano.

Senador Paulo Paim, desculpe-me, concedo-lhe o aparte.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Mesquita Júnior, confesso, de público, que eu não conhecia V. Ex^a. Mas, quando nos encontramos aqui, um diretor do Diap disse-me: “Este é um Senador sério, do qual V. Ex^a pode se aproximar, que, com certeza, será um parceiro seu nas lutas no campo social”. É onde nos identificamos, com certeza. O seu desabafo, da tribuna, neste momento... Quero dizer que sequer con-

sigo imaginar uma imprensa agindo da forma como o senhor está relatando. Confesso que no meu Estado, o Rio Grande do Sul, não tem nenhum político que faça uma denúncia desse porte contra a imprensa gaúcha. Quero, inclusive, neste momento, pelo relato que V. Ex^a dá, com certeza, cumprimentar toda a imprensa do meu Estado, o Rio Grande do Sul. Fiquei perplexo com o seu relato. Todos sabemos o poder que tem a imprensa nacional e, muito mais, a local. Pelo relato que V. Ex^a faz, não é nem uma discordância no debate, no campo das idéias, são ataques pessoais, faltando com a verdade, pelo relato que faz. Posso dar um testemunho, e falo aqui com a maior tranquilidade, Senador Mesquita Júnior: a única coisa que me pediram, nessa questão da CPMF, é que eu falasse com V. Ex^a, porque sabem da amizade que temos. “Eu falo, sim, com o Senador Geraldo Mesquita Júnior.” Quando lhe falei, V. Ex^a sentou-se comigo, por uma ou duas vezes, e disse-me: “Paim, é exatamente aquilo que eu falei da tribuna”. Recebeu-me de forma muito diplomática, com o maior respeito, e disse-me: “Paim, é só botar uma emendazinha aqui, dizendo que essa questão vai passar pelo referendo nas próximas eleições”. Essa foi a única condição que V. Ex^a botou, e argumentou o porquê, não para mim pessoalmente, argumentou da tribuna, e repetiu para mim todos os argumentos. Então, quero dar este testemunho. Lamento, Senador Mesquita Júnior. Fica aqui a minha solidariedade. Entendo o seu desabafo. Eu faria o mesmo desabafo, porque a única coisa que a gente tem, quando percebe, devido a uma situação local, que há uma verdadeira batalha de um exército contra uma pessoa, pelo relato que V. Ex^a dá, é vir à tribuna e falar aqui. Então, minha solidariedade a V. Ex^a. Eu, que estou tão preocupado com esta questão, que é a preocupação de todos nós, a reforma tributária, e falamos também da CPMF, percebo, mais uma vez, a sua conduta e a sua recomendação, eu diria, como uma contribuição. “Querem discutir até mesmo a CPMF, desde que seja no conjunto da reforma tributária, e essa questão, se for provisória – V. Ex^a repetiu o que sempre disse a todos –, desde que passe pelo referendo”. Então, V. Ex^a não deixa nenhuma dúvida: está reafirmando aqui a sua posição. Lamento muito. Fica aqui – e é só o que eu posso fazer – a minha total solidariedade, pela forma que eu aprendi a conhecê-lo e respeitá-lo nesta Casa. Meus cumprimentos!

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Muito obrigado, Senador Paim. É sempre uma honra receber um aparte de V. Ex^a. Um companheiro a quem dou maior valor, valor absoluto, na relação que estabeleci aqui com V. Ex^a.

Senador Heráclito, se deseja o aparte, é com muito prazer que eu o concedo.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Para mim, é um prazer muito grande poder participar, com este meu modesto aparte, do pronunciamento de V. Ex^a. Confesso que fiquei reticente em apartear-lo, porque, sendo V. Ex^a de um Estado onde o PT governa e estando aqui um Senador do PT, fiquei preocupado em criar alguma saia justa. Mas eu já conheço Paulo Paim de diversos carnavais, sabia de antemão que ele não se calaria diante do que V. Ex^a disse aqui. Daí por que eu lamentar o que V. Ex^a acaba de nos mostrar e ver que a revolta do Senador Paulo Paim é uma revolta apartidária, é a revolta de um cidadão que sempre defendeu a liberdade de imprensa e que não permite, até por temperamento, que esse tipo de manobra, que esse tipo de política seja feita. V. Ex^a, nesses quase seis anos de convivência aqui, já mostrou a todos os colegas a conduta, o caráter, e que não é um homem para fazer parte da novela das 8h, ter duas caras, uma aqui outra lá. Não adianta. Preferimos acreditar que V. Ex^a é o Geraldo Mesquita daqui e o de lá, ou seja, um só. Infelizmente, estes fatos acontecem, principalmente nos Estados mais pobres: setores de imprensa serem dominados pelos mais ricos, pelos poderosos. Mas eu saio daqui confortado, principalmente com o depoimento, com a solidariedade que V. Ex^a recebe de Paulo Paim. Sou apenas um besourinho a meter o bedelho nesse mel. Mas faço isso porque aprendi a admirá-lo, e ninguém foi mais limpo, mais correto com o Governo do que V. Ex^a na sua posição. E o Governo, que gosta de se apropriar das idéias alheias, que talvez não queira o plebiscito porque não partiu dos porões do Palácio, podia muito bem resolver a questão: marcar para o início do próximo ano a reforma tributária. Acabou. Já não precisa mais de plebiscito. Faça-se a reforma tributária. Pronto, faremos. Um compromisso para não atrapalhar inclusive as eleições municipais. Faremos durante 90 dias. Só se trataria aqui, Senador Paulo Paim, de reforma tributária. Haveria concordância geral, não há nenhuma dificuldade, é só querer. E querer é poder. Muito obrigado, Senador.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Heráclito.

Vou concluir. Estou abusando do tempo. Desculpe-me o desabafo, Senador Mão Santa, mas este aqui é o meu espaço de falar. Confesso meu desconforto. Tenho um pequeno nicho de espaço para falar em meu Estado, mas é uma coisa que não consegue fazer frente ao volume que sai dessa campanha, so-lerte mesmo, de tentativa de desmoralização pública, Senador Paulo Paim. Em meu Estado, sou alvo de uma

campanha de desmoralização pública diária, permanente, mês a mês, até agora.

Tenho resistido. Certa feita, a coisa tomou uma proporção tão agigantada, que detectei ameaças de... A tentativa é a seguinte, Senador Paulo Paim: “Bota na manchete, bota na imprensa, e o Geraldo que se vire para dizer que não é”, entende? Sem espaço na mídia, sem a menor condição. É uma coisa desigual demais.

No final do ano retrasado, tomei um susto. Chegou ao meu conhecimento, por amigos, que havia a tentativa de se fazerem acusações da maior gravidade contra a minha pessoa, Senador Paulo Paim. Todas absolutamente inexistentes e falsas. Coisa pesada. Vou revelar aqui. Minha família vai ficar contrariada comigo, mas vou revelar. Fui recomendado pelos meus amigos, pela minha família, pelos meus pais, a não revelar nunca esse fato aqui. Vou revelá-lo. Chegou ao meu conhecimento que estava se urdindo, estava se armando a tentativa de me imputar um crime de pedofilia, Senador Paulo Paim. V. Ex^a acredita num negócio desse? Ia sair nos jornais. Uma senhora levaria a filha e tal... E a acusação seria essa. Como é que eu ia desmanchar um rolo desses, Senador Paulo Paim? Quando eu soube disso, reuni minha família: “Olha, a coisa está chegando a um ponto que eu não sei se vou agüentar”. Reuni todos. Tenho uma filha, que é professora da UnB, e perguntei a ela: “Mariana, você imagine, imagine...”. Ela disse: “Não, papai, vá em frente porque a gente lhe conhece, a gente sabe do seu caráter”. Eu disse: “Mariana, você imagine andar no corredor da UnB e, de repente, sair uma manchete de jornal, a pessoa lhe mostrar uma manchete, como é que você vai reagir, minha filha, a um negócio desses?”

Naquele momento, Senador Paulo Paim, quase jogo a toalha. E o objetivo era o de me fazer jogar a toalha. Na época, procurei o Senador Romeu Tuma, que é um homem digno e pode confirmar isso: “Senador, eu sei de onde está partindo, mas não tenho como provar. Gostaria que V. Ex^a acionasse a Polícia Federal, seja quem for, para examinar de onde está saindo isso”. Perguntem ao Senador Romeu Tuma. Pedi que ele entrasse no circuito, investigasse, colocasse a Polícia Federal, porque é um negócio muito cruel, Senador Paulo Paim. Várias acusações que fizeram a mim não têm o menor fundamento. A estratégia é esta: é manchetar, porque depois... Lembro até de uma frase do ex-Presidente Collor, que dizia: “Olha, depois que você tira as penas da galinha...”. Difamação é isto: você tira as penas de uma galinha viva e depois não consegue repor, Senador Paulo Paim. Até porque é desigual essa relação, não consigo o mesmo espaço na mídia para

dizer as verdades. Para grande parte da população, a coisa repetida várias vezes acaba se tornando verdade. É aí que a coisa se complica.

Portanto, estou aqui, e peço desculpas, mais uma vez, pelo desabafo. Esta talvez seja minha única trincheira, e eu a estou usando. Há poucos dias, recebi a ameaça de que existe um dossiê contra mim, que o mundo vai desabar sobre a minha cabeça. Que desabe, Senador Paim! Esse povo pode me quebrar em pedaços, mas não me verga. Esse povo não me verga! Não me verga! Não tenho ódio no coração, não me passa raiva no coração, absolutamente nada. Eu tenho é pena dessa gente que ocupa parte da sua cabeça e do seu coração com algo tão maligno, quando poderia estar trabalhando em prol do desenvolvimento do nosso País e na busca de melhores condições para o nosso povo. E se ocupa de uma coisa dessa.

Senador Mão Santa, só Deus sabe como estou aqui. Mas vou resistir, Senador Paulo Paim, até onde Deus me der forças. Vou resistir. Vou agüentar essa parada, porque, apesar de tudo o que dizem de mim, sou um homem sério, uma pessoa responsável. Não traí ninguém. Mantenho-me fiel aos compromissos que assumi desde que botei o pé na estrada, na vida pública e na vida política. Não traí ninguém. Se alguém traiu a população do Acre, não fui eu, Senador Mão Santa. Não fui eu. A população do Acre sabe e é testemunha disso.

Desse modo, está aqui a minha disposição. Vou anunciar outra coisa, Senador Heráclito Fortes: essa experiência no Acre abriu meus olhos para a questão da TV pública. Em primeiro lugar, penso que é algo desnecessário, além de ser um perigo que uma estrutura de poder tenha à sua disposição espaço de mídia, de produção de informação de forma privilegiada. Isso é um perigo.

Tenho o maior respeito pela jornalista Tereza Cruvinel. Tenho saudade da sua coluna. Ela está muito bem substituída, mas tenho saudade da sua coluna, com aquela escrita caprichada, enxuta, objetiva, com a crítica bem colocada. Tenho saudade. Abro a página, e cadê a coluna da Tereza Cruvinel? Tenho o maior respeito por aquela jornalista. Agora, a Tereza Cruvinel me perdoe, mas já estou aqui declarando meu voto contrário à instituição da TV pública. Agora, hoje, dia 14 de dezembro, estou declarando meu voto contrário, Senador Paulo Paim, porque acho isso um perigo. Acho um perigo, Senador Mão Santa, o Estado se apropriar de uma estrutura de comunicação social que possa eventualmente produzir uma aberração, como essa que está sendo produzida com relação a mim ou a qualquer um, Senador Paulo Paim. Já imagi-

nou alguém, com o máximo poder e com uma estrutura como essa, desancar V. Ex^a? É um poder desigual, é algo desigual, que não podemos admitir que ocorra. O Estado já tem TV Educativa e algumas estruturas que podem ser aproveitadas.

Já estou, aqui, de público, declarando meu voto contrário à medida provisória que institui a TV pública – para não dizerem, depois, lá na frente, “ele está querendo barganhar votos”. Não estou, não. Não quero absolutamente nada. Estou declarando isso, aqui, de forma consciente, porque essa experiência que vivo no Acre me aponta para essa necessidade de rejeitar qualquer tentativa nesse sentido.

Sr. Presidente, Senador Mão Santa, muito obrigado pela sua tolerância. V. Ex^a é o amigo de sempre, o companheiro de sempre. Além dos companheiros que estão aqui no plenário, V. Ex^a é aquele companheiro que nos aconselha, que chega junto. Tenho o maior respeito por V. Ex^a, pela defesa apaixonada que faz do seu Piauí e do povo brasileiro.

Portanto, trouxe, aqui, de forma amargurada, triste, constrangido, essas informações, para que esta Casa tome conhecimento, particularmente o povo da minha terra, que não me ouve com frequência a partir da imprensa do meu Estado, porque, repito, grande parte dela é quase uma unidade orçamentária. Como não sou personalidade grata ali, atualmente há pessoas escaladas, infelizmente – pessoas que nem merecem o título de jornalista –, para me desancar, para tentar me difamar e desmoralizar. Não sei se vão conseguir, mas vou resistir até as últimas, Senador Paulo Paim.

Um último aparte ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Geraldo Mesquita Júnior, permita-me, vou aproveitar o momento, recebi agora um *clipping* do Rio Grande do Sul. Diria que, no Rio Grande do Sul, sinto-me um privilegiado, porque lá 99% da imprensa me dá todo o espaço para que eu coloque minha posição, como aquele que faz o contraditório. Só há um jornalista que me dá uma cutucada toda vez que me pega. Digo que é até bom que haja esse jornalista que toda vez procura... Naquela sessão que durou a noite toda, ele só soube dizer que, há cinco anos, eu tinha votado uma vez contra e quatro a favor e que não entendia bem essa posição. Foi mais ou menos isso o que ele disse. Então, foi até um pequeno elogio. Fico bravo com isso, confesso que fico meio chateado, indignado. Agora, se recebesse o nível de ataques que V. Ex^a recebe, nem sei o que iria fazer. Ele cita V. Ex^a, que é meu amigo, Senador Heráclito Fortes. Fizemos um debate aqui no mais alto nível. O Heráclito me deu a oportunidade de dizer que, por quatro vezes, já votei a favor, inclusive

no Governo Fernando Henrique Cardoso. Ele me deu essa oportunidade, falou gentilmente comigo e permitiu que eu mostrasse que, no Governo Fernando Henrique, ele perdeu uma vez e ganhou na outra...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Um pecador arrependido, portanto.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/ PT – RS) – Então, tenho de dividir com o Heráclito a oportunidade que me deu e o carinho deste diálogo que estamos fazendo aqui agora. Mesmo a esse jornalista, quero render meus elogios, perto do que V. Ex^a está falando, porque, uma vez ou outra, é quem dá uma cutucadinha... Se não, a imprensa gaúcha tem dado oportunidade a todos, ao que fala contra e a favor da CPMF. Fiquei ainda mais solidário a V. Ex^a a partir deste momento.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Muito obrigado.

Encerro, pedindo a Deus que proteja todos nós e o povo brasileiro, e desejando a todos um feliz final de semana.

Muito obrigado, Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Geraldo Mesquita Júnior, foi muito honroso para mim. Às vezes, sou contestado, quando aplico o espírito da lei desta Mesa, e este é o momento. Jamais poderia ter limitado a voz de V. Ex^a, pelo que manda o Regimento, vinte minutos.

Queremos dizer que nos foi honroso, quando o Presidente Garibaldi saiu e pediu, pessoalmente, para que eu presidisse a sessão.

Mas queria dizer, Geraldo Mesquita – e adentrou aqui Pedro Simon, cristão –, que só se atira pedra nas árvores que dão bons frutos. É V. Ex^a. Mas quero conhecer pelos frutos a boa árvore, quero conhecer pessoalmente seu pai. Estão atirando pedra, porque V. Ex^a dá bons frutos, e nos consideramos um deles. Somos frutos da observação do caráter de V. Ex^a, da sua firmeza no Direito. Injustiça? Todos nós... Cristo foi injustiçado. Não sou da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, mas ouvi uma acusação contra V. Ex^a e estava lá, dando um atestado de que V. Ex^a é um dos melhores homens que conheci na minha vida pública. Tive o prazer de percorrer, com minha esposa, as ruas, as casas, os bares, de abraçar o povo e vi que atingir o caráter de V. Ex^a é uma tentativa vã, é como querer jogar pedra na lua. Antes do seu desabafo, para o qual jamais limitaria o tempo, eu já o saudava como um dos que mais se aproximava aos encantos da lei e da justiça pregada e defendida por Rui Barbosa.

Continuando a nossa sessão, é com muita honra que chamo aquele mais extraordinário Líder do Piauí, Heráclito Fortes. Seu voto, enterrando a CPMF, foi um

despertar do Governo, para enterrar a mentira dos problemas de saúde.

Heráclito Fortes iniciou um pronto-socorro necessário a Teresina, em 1989.

E lá está só com promessas de ajuda do Governo Federal. Aliado a esse pronto-socorro, que vai completar 20 anos, uma maturidade que não nasceu ainda, há também o Hospital Universitário, que é mais velho ainda. Foi por isso que eu e Heráclito tentamos acordar o Governo Federal e o Estado, para acabar com as mentiras.

V. Ex^a disporá do tempo que julgar conveniente, para defender o Piauí e o povo do Brasil.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, lembro que, logo que comecei a militar na política do Piauí, a Cohab, Companhia de Habitação do Estado, era uma empresa eminentemente elitista.

As casas construídas eram distribuídas, muitas vezes, não para os que mais precisavam, mas sim para os que tinham alguma coisa a dar em retorno ao governante do dia. Talvez alguns dos conjuntos habitacionais construídos em Teresina de maneira errada tenham sido responsáveis até pelo inchaço da cidade, porque se traziam do interior desempregados que, na perspectiva de conseguir emprego, vinham para a capital e continuavam desempregados, só que sob um teto conseguido através do prestígio político seu e de familiares.

V. Ex^a foi Deputado Estadual e se lembra de que, naquela época, dizia-se, inclusive, que alguns prefeitos de muito prestígio montavam ali sua segunda casa, seu segundo lar, arrumando casas para abrigar suas escapulidas, como se diz no Piauí.

Pois bem! No Governo de V. Ex^a – e quero aqui fazer justiça –, o Deputado Prado Júnior, seu conterrâneo de Parnaíba, mudou e revolucionou a Cohab do Piauí, modificando completamente o conceito, passando a fazer casas para a população carente, inclusive apartamentos em zona nobre de Teresina, aproveitando terrenos do Estado. Foi a bairros, fez conjuntos habitacionais sem recursos – quero fazer justiça, porque, àquela época, o sistema financeiro estava completamente desequilibrado e desmontado –, Deus sabe lá como, e avançou muito.

Eu imaginava que o Partido dos Trabalhadores fosse aproveitar aquele modelo e fazer uma revolução em habitação popular, no Estado do Piauí, já que era uma das grandes promessas feitas à época da campanha.

Ontem fui surpreendido pela matéria do *blog* do jornalista Tomaz Teixeira que outros jornais repercutiram: Perversidade, Governo do PT leiloou carros de pobres no Detran e agora vai tomar apartamentos e casas dos mutuários em atraso com a Engerpi. Fiquei pensando: quem é a Engerpi? É a Cohab, só que com botox, a mesma Cohab. Trocaram de nome e, em vez de colocar ali um ingrediente de atendimento social, colocaram uma forte dose de perversidade.

Veja só, meu caro Mão Santa, de maneira sarcástica, impiedosa, desumana, o Governo ameaça despejar quem está em atraso no dia 7 de janeiro. Ou seja, acabou com o peru de natal, acabou com a tranquilidade dos que estão com débito atrasado, sem levar em conta o estado de desemprego que vive não só o Nordeste, mas também o Piauí, e sem levar em conta os que estão em dificuldades junto à rede bancária, por inadimplência, por conta de quem, Senador Mão Santa? Do governo do Estado. O famoso consignado, aquela antecipação criminoso que foi feita, em que o governo assumiu o compromisso junto à rede bancária de honrar as dívidas contraídas e, agora, gera esse impasse no Estado. Como presente, anuncia para o dia 7 de janeiro – logo 7 de janeiro! –, Senador Geraldo Mesquita, um despejo. Que Natal!

Sabe bem V. Ex^a que uma situação como essa se torna uma calamidade, atinge vizinhos, parentes. É desumano. E veja só, Senador Paulo Paim, vem do Partido dos Trabalhadores.

O justo seria propor um entendimento com uma equipe de assistentes sociais, conversar para saber a origem do débito. Nós que sabemos, de antemão, Senador Mão Santa, que o piauiense não é um devedor prazeroso, não é da sua índole. Nós não temos, Senador Geraldo Mesquita, no Piauí, histórico de falências fraudulentas praticadas por piauienses. Quando ocorrem, podem ir ao cadastro que é gente de fora. Piauiense tem dificuldades, deve, faz composição, paga, é uma tradição reconhecida, inclusive, pelo sistema bancário nacional.

E vem, às vésperas do Natal, o governo do PT, Senador Mão Santa, marcar data, dia 7 de janeiro, um despejo dos que estão em atraso com a Engerpi.

Eu queria lhe propor, Senador Mão Santa, que nós entremos com uma medida cautelar para garantir teto a essa gente.

Aliás, ao ler essa matéria, senti uma falta enorme da Francisca Trindade, que, mais do que ninguém, teve sensibilidade muito aguçada para as questões dos sem-teto em Teresina.

Lembro-me de que eu era prefeito e travei brigas fantásticas com a Trindade, dentro do espírito demo-

crática, para discussão de calçamento de ruas. Assisti discussões fantásticas, Senador Mão Santa, dela e do Acelino Ribeiro. Brigas no meio da rua, todos os dois defendendo um lado, mas todos os dois querendo o bem de Teresina. Veja bem! Em um momento como este se desrespeita a memória desta figura extraordinária que fez da Federação das Associações de Moradores e Conselhos Comunitário (Famcc) uma entidade respeitada em todo o Piauí.

Hoje vemos, nas matérias dos jornais, a Presidente da Engerpi, que é a antiga Cohab, dizer que vai chamar a Famcc e a Famepi (Federação das Associações de Moradores do Estado do Piauí) para negociar, mas que não tem jeito: a partir do dia 7... Ainda diz mais – só para ser bem claro, Senador Mão Santa: Até o dia 4 de janeiro, as pessoas têm prazo para comparecer e demonstrar que tenham interesse de pagar; caso contrário, quem não comparecer, dia 7 de janeiro, deve estar preparado porque nós vamos entrar com ação judicial para retomada do imóvel.

É uma humilhação, é uma pressão desnecessária. Logo agora, no momento de Natal, que as famílias mais carentes juntam uma pequena economia para dar um Natal mais confortável aos seus, soltam uma ameaça dessa natureza? Para quê? Quero crer que o Governador do Estado, que tem viajado muito esses dias – até faço justiça, tratando da questão da CPMF – não tenha tido conhecimento de mais esse ato de leviandade de alguém de sua equipe.

De qualquer maneira, eu quero me solidarizar com os ameaçados e me colocar à disposição para as providências que se fizerem necessárias no campo legal, para ser porta-voz, nesta tribuna e onde acharem conveniente, das reclamações, das angústias de cada um.

Mas, Senador Mão Santa, o Senador Geraldo Mesquita Júnior acabou de falar, aqui, segundo a imprensa, quanto perderá o Acre pela não aprovação da CPMF. Não sei se o Senador Paulo Paim tem os números divulgados, evidentemente, no Rio Grande do Sul, de quanto o Rio Grande do Sul perderá pela não aprovação da CPMF?

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – A informação que recebi é em torno de R\$1,5 bilhão.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – R\$1,5 bilhão.

No Piauí, os números são divergentes: R\$1 bilhão e R\$700 milhões. Senador Mão Santa, se somarmos esses benefícios que o Governo anuncia, vamos ver que tem alguma coisa errada. E não seria preciso arrecadação apenas de R\$40 bilhões, mas de muito mais. É um chute perverso que o Governo está fazendo, para

enganar a população brasileira, até porque, dos aproximadamente R\$40 bilhões arrecadados pela CPMF – um pouco mais, um pouco menos –, pouco mais da metade, e a coisa é discutível, vai para a saúde.

Então, não é com blefe que se trata um assunto sério dessa natureza.

Desde ontem tento lembrar o nome do secretário de saúde do Piauí – rapaz, nem e-mail dele recebi para me ajudar. O secretário de saúde resolveu nos pegar para Cristo. E aí vem um grande impasse: ele diz que a saúde perde R\$120 milhões, e o Governador diz que é quase R\$1 bilhão. Vamos dizer que seja a metade – vá lá –, o que foi feito desse dinheiro no último ano?

Quanto o Piauí recebeu? E quanto aplicou e onde aplicou?

Comprometo-me com esse secretário de votar a favor da próxima proposta que houver de CPMF se ele se comprometer e permitir uma auditoria do tribunal de contas. Mas numa boa. Não é ameaça, numa boa, um gesto de boa vontade. É um acordo que faço com ele, democraticamente. Não é isso? Uma auditoria na sua secretaria sobre os gastos na área.

Não tenho compromisso algum com o erro. Se ele me convencer de que foi um bom secretário, aplicou bem os recursos e de que a responsabilidade de não avançar com a saúde no Piauí é nossa, vamos rever a posição. Ou não vamos, Senador Mão Santa? Não se trata de pedir ao tribunal; estou fazendo uma proposta a ele. E como o Tribunal de Contas não pode auditar recursos estaduais, criar-se-ia um mecanismo também de auditoria. Aí o secretário vê que o que ele está tentando fazer, de nos jogar a culpa ou tentar nos jogar contra a população do Piauí, é um erro, é uma balela.

Hoje em dia, com a comunicação rápida, os fatos saem com muita celeridade, as verdades se sobrepõem e os fatos saem com muita rapidez.

Senador Mão Santa, o secretário deveria ver o Estado do Piauí como se encontra no seu quadro geral. Está recebendo recursos federais por liminares na Justiça. Se a Lei de Responsabilidade Fiscal estivesse sendo cumprida ao pé da letra, o Estado estaria em situação de falência. Mas eu acho que ele tem toda razão. Nós vamos tratar desse assunto.

É muito diferente a maneira agressiva e provocativa como o secretário nos trata da maneira como o Governador Wellington Dias o faz. Eu sou adversário do Wellington Dias, vamos continuar adversários, mas faço justiça: não é um homem arrogante, não é um homem prepotente; ouve as coisas, tem a capacidade de ouvir. Nós podemos concordar ou não, mas

ele sempre diz que o importante é não fechar a porta. Eu acho que está perfeito. Nós, políticos, não temos o direito de fechar a porta hora nenhuma.

Ontem mesmo, ele me comunicou e me pediu que examinasse a questão da incorporação do banco do Estado. Veja Senador Mão Santa, como sou atento a uma questão dessa natureza. Sou tão atento que já tinha pedido uma audiência pública para ganhar tempo. Para que eu quero audiência pública? Para que possamos esclarecer as operações.

Eu me preocupo com o futuro do Governador Wellington, inclusive um candidato ao Senado da República. Eu quero que ele tenha tranquilidade. Eu não quero que ele venha para cá... – porque os aliados são os piores inimigos que você tem. O homem público que quiser ter dificuldade no futuro tenha intimidade demais com aliados que conhece pouco ou arrume amante. Paga o preço mais cedo ou mais tarde, meu caro Mão Santa. São os próprios aliados que irão denunciá-lo depois. E eu sou justo. Eu não tenho o direito de não desejar ou de não querer que o Governo Wellington Dias, no futuro, durma em paz, durma tranquilo. Daí por que eu acho fundamental, necessário, que essa transação seja feita de maneira clara.

O primeiro erro, Senador Geraldo Mesquita, foi desrespeitar o Senado da República. Fizeram uma sessão solene sem aprovação do Senado. O Senado, afinal de contas, Senador Pedro Simon, não é a casa-da-mãe-joana. Se o rito legal manda em primeiro lugar passar pelo Senado, não se pode inverter o processo. É preciso se respeitar a lei, mas o Governador age dessa maneira. Procurou-me, Senador Mão Santa, ontem, para um fato que vai acontecer. Sabe por quê? Porque tem consciência da necessidade da antecipação, para que, lá na frente, o prazo não trabalhe contra ele ou contra o Estado.

Pois bem, o secretário de saúde do Piauí, que ontem nos acusou, Mão Santa, na questão da CPMF, em momento algum, teve tempo de nos procurar para tratar dessa questão. E não é dizer que não esteja em Brasília não. Tive notícias dele várias vezes no Porcão, em mesas grandes, tratando assuntos da fome e da pobreza. Não sou contra ele ir para o Porcão não; é sinal de bom gosto. Aliás, ele está cumprindo exatamente o que o seu Partido fez depois que foi ao poder. E aquele artigo do Frei Betto que o Pedro Simon trouxe aqui mostra muito bem isto: a mudança de costume. Agora, deveria dividir o tempo: ter o tempo do Porcão e o tempo da saúde.

Se a CPMF era tão importante para o Estado, por que o secretário não desceu do pedestal para vir com números, com dados e mostrar a nós, Senadores?

E vamos e venhamos: o Governador tratou da parte política numa conversa que teve conosco, da decisão partidária, mas a parte técnica cabia ao secretário. Mas o secretário é muito ocupado, tem outras atividades ou não tem – não sei, não o conheço, não lembro o nome dele –, mas ele deveria, pelo menos, ter mandado um funcionário, não é verdade?

Ora, Mão Santa, o Presidente Lula foi à casa do Governador Arruda, embora tarde, mas foi.

Depois de ter xingado o DEM, num gesto de arrependimento, foi à casa do Governador. Esse Secretário não procurou ninguém e, agora, fica arrotando arrogância, colocando culpa, como se tivesse autoridade para fazê-lo, como se tivesse um currículo administrativo exemplar no Estado do Piauí!

Não é só V. Ex^a que tem suas ilhas de idiossincrasias, não; todos nós as temos. Infelizmente, é assim. E, quanto mais pobre o Estado, mais o fato se agrava.

Outro dia, houve um fato interessante. Na convenção do meu partido, concedi uma entrevista – confesso-lhe que cansativa – de uns quinze minutos. E um jornalista de um *blog* ouvia-me, calado, sem dizer nada. Quando terminei, ele disse: “Agora, quero que o senhor me dê uma entrevista”. Baixei o gravador. Aliás, já na hora da entrevista coletiva, ele colocava o gravador na frente, atrapalhando a televisão, mas tudo bem. Disse: “Quero que o senhor me dê uma entrevista”. Eu disse: “Não falo para o senhor. O senhor, nas últimas colunas, tem batido em mim com inverdades”. No dia seguinte, fui surpreendido: apareceu ele dizendo que ia me denunciar à Federação dos Jornalistas, porque eu era useiro e vezeiro em fazer isso. Achei muito engraçado.

Vejam bem que as coisas acontecem de maneira interessante: fui denunciado por um fato relacionado à campanha eleitoral. O hoje Prefeito de um Município do interior do Piauí foi crucificado ou crucificou-se, não sei, em dias que antecederiam a eleição – isso chamou a atenção num Município do Estado. Esse candidato a Prefeito mandou confeccionar, numa gráfica, uma chapa, e nela constavam os nomes dos candidatos a Governador e a Vice-Governador, dos Senadores e dos Deputados que ele apoiava no Município. Meu nome estava ali. O PT encaminhou a denúncia, e o Ministério Público, como gosta sempre, deu seqüência a ela. Esse processo vem desde essa época, e, de lá para cá, todos os citados já saíram do processo ou porque perderam a eleição ou porque se candidataram a alguma outra coisa. Restou apenas um nome, o meu, pois, como Senador, tenho um mandato longo, um mandato de oito anos. Então, finalmente, fui chamado. Compareci normalmente, como manda a lei, e, depois, saí. A

imprensa foi avisada, por quem não sei. Não me cabia avisar a imprensa que ia fazer o depoimento por um motivo muito simples: o processo corria em segredo de justiça, e eu seria um idiota se o fizesse. Pois bem, depois de dois ou três dias, aparece na coluna do jornalista que entrei escondido, que tentei enganar a imprensa, que a autoridade responsável já tinha uma peça de acusação contra mim e que todos acusaram. Ainda hoje, continuo sem poder dizer o que aconteceu lá dentro, mas acho graça. Só afirmo o seguinte: tudo o que foi dito é mentira. E pergunto: de onde foi extraído aquilo?

De qualquer forma, isso chateia. V. Ex^a tem toda razão: isso chateia. Não sou homem de sair por porta de fundos nem coisa nenhuma. Mas ninguém procura saber o comportamento individual das pessoas, como sobrevivem, como trabalham. É isso mesmo. Lamentavelmente, isso acontece. Para felicidade nossa, no Piauí, é uma minoria, é uma minoria. Mas é isto mesmo: o raio de ação da calúnia é dez vezes maior do que o do desmentido, dizia o velho Ulysses Guimarães.

O que lhe sugiro é que vá em frente, que atrás vem gente. E lhe dou a mesma receita do jabuti que dei ontem para o Arthur Virgílio. Por que o jabuti é vitorioso? Primeiro, porque não tem pressa; segundo, porque, quando vem tempo ruim, ele mete a cabeça dentro da carapaça e só a põe para fora de novo quando o tempo melhora. Aí, então, vai em frente. É a tese do jabuti.

Meu caro Senador Mão Santa, quantas vezes o Secretário de Saúde o procurou?

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Heráclito, admiro V. Ex^a como político, considero-o o mais forte e o mais lúcido Governador do Piauí. Se dependesse de mim, V. Ex^a deveria ser o próximo Governador do Estado do Piauí. V. Ex^a também é melhor Senador do que eu. E, agora, estou com inveja, porque o Heráclito é um filósofo também. Traz a história do jabuti e também fala de outra de que gosto – acho que é a melhor, tenho aprendido com ela. Gosto muito do que está em Provérbios 15:1, na Bíblia: “A palavra branda desvia o furor, mas a palavra dura suscita a ira”. É o Chávez. Essa filosofia do jabuti eu a aprendi agora, mas gosto de outra que V. Ex^a cita: “O homem é escravo...”

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – “O homem é dono da palavra guardada e escravo da palavra anunciada”.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Quanto ao Secretário de Saúde, não vou nem dizer o que me falaram. Perguntei lá, mas não vou dizer, porque estamos falando da palavra dura. Mas me disseram tanta coisa ruim dele, que nem vou contar, porque, nesse caso,

eu estaria ferindo. Mas não interessa, não é médico, não sei. V. Ex^a me perguntou o nome, mas não estou lembrando. Mas quero dar um testemunho. Vou fazer, daqui a dois dias, 41 anos como médico. É muita ligação à Medicina! A Faculdade de Medicina que existe lá – eu era estudante no Ceará – recebia os professores, como Zenon e Dirceu, para instrumentalizar-se. O primeiro hospital de residência foi Jaime Pietá, irmão de Elói Pietá, Prefeito de Guarulhos, que elegi.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – O Prefeito de Guarulhos?

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Sim. O irmão dele me esperou no Rio do Grande do Sul...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Pietá.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Eu o elegi médico. Somos bons mesmo de política, não é? Fui médico nacional do residente e fiz o pedido: no Ceará, residência para aquela Maternidade Escola Assis Chateaubriand, hospital-clínica do Ceará. Em Teresina, era o Hospital Getúlio Vargas. Quer dizer, minha história é longa! E, quando surgiu outra Faculdade de Medicina, fui eu quem a criei. Sou médico e tenho uma história muito grande, mas V. Ex^a é um homem de visão. V. Ex^a está vendo a importância médica que tem Teresina – como Leônidas Melo. V. Ex^a sonhou com o pronto-socorro – não digo nem o de Teresina, mas os do Maranhão, do Ceará, os regionais. V. Ex^a sonhou, trabalhou e lutou. Então, jamais poderá ser acusado de diminuir. Sou testemunha disso; não sou só eu, não. Hoje mesmo, vou a São Paulo: amanhã, vou receber uma homenagem de uma organização parlamentar brasileira fundada por Ulysses. E por onde ando... Rapaz, está chato, porque, antigamente, só falavam Mão Santa e Adalgisa, mas, agora, dizem: “Você e o Heráclito...”. E não é só no Piauí, não, mas no Brasil! Até vou reclamar lá: “Rapaz, tinham de dar para os dois esse prêmio, porque por onde ando...” É porque defendemos mesmo, lutamos. Quero dizer para o Secretário uma filosofia que aprendi e que gosto de repetir: “Quem tem bastante luz não precisa diminuir ou apagar as luzes dos outros para brilhar”. Quero, então, dizer que V. Ex^a tem muita luz, é até maior do que o sol, porque o sol só brilha no Piauí de dia – é forte, mas só brilha durante o dia –, e V. Ex^a brilha dia e noite e representa bem o Piauí.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Mão Santa. Minha preocupação com a saúde foi mais além, não foi somente com a construção do pronto-socorro. Houve a idéia do SOS Teresina, o famoso 192. V. Ex^a foi o primeiro Prefeito do Brasil que, depois do de Teresina, fez esse projeto. Lembro-me de um telefonema do Mão Santa para mim,

na primeira semana, perguntando: “Heráclito, como é que isso funciona?”. Lembra-se disso? Mandou uma pessoa de Teresina e fez o mesmo projeto. Daí para frente, Geraldo, seguiram o modelo o Prefeito de São Luís, que é o atual Governador Jackson Lago; o Prefeito de Fortaleza, que era o Juraci; o Prefeito de Belém. Foi uma febre nacional, porque era um modelo simples: eram carros, unidades móveis espalhadas pela cidade, com um sistema de comunicação. Então, na emergência, o atendimento era feito pelo veículo que estava mais próximo. Fizemos isso com quinze viaturas. Vocês imaginem...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Permita-me dizer que o plagiei. Eu governava Parnaíba; e, ele, Teresina. Coloquei ao mesmo tempo o Pronto-Ambulância: em três minutos, estava lá a ambulância.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – É verdade. Foi uma coisa fantástica! Foi bom para todo mundo. Evitava-se fila. Vamos dar um exemplo exagerado: isso evitava que uma senhora em trabalho de parto fosse para um hospital de queimados; essa paciente já ia para o local certo, porque o telefone funcionava, os paramédicos já faziam a comunicação. Havia a sofisticação de, na porta do hospital, já haver uma maca esperando. Foi um negócio fantástico! Uma moça chamada Clara, que, inclusive, depois veio para Brasília e trabalhou no Sarah Kubitschek, hoje, conduz esse serviço, que é barato, mas que utilíssimo para a população.

O que me chamou a atenção para isso? O Senador Mão Santa conhece a história. Uma vez, eu estava em um restaurante em Teresina chamado Canoeiro, jantando com umas visitas, e não havia uma ponte. Veja como são as coisas: por conta disso, fiz a famosa ponte dos cem dias. Uma mãe, em desespero, gritando do outro lado do rio, pedia que se acudisse seu filho que tinha sido esfaqueado numa briga. E ela, no desespero, num ato de bravura, pegou uma canoa e saiu remando. Foi algo que me chocou, que me comoveu.

Fizemos o SOS Rural, com uma preocupação com a saúde, sem dinheiro. E também fizemos, Senador Geraldo Mesquita Júnior, uma coisa fantástica: criamos lá a operação Pega o Sujão. Era um concurso para estimular a juventude e as crianças a denunciarem, por flagrantes fotográficos ou por filmagem, pessoas sujando a cidade. Era um prêmio, era uma passagem, era isso, era aquilo. Você precisava ver a doença por limpeza que houve em Teresina, e criamos o Lâmpião da Limpeza, chamado Lampolim, que era uma figura muito engraçada, uma espécie de um Lâmpião nordestino, algoz de quem sujasse a cidade. Saímos de duzentas toneladas de lixo por dia para

quase quinhentas toneladas, mas diminuímos muitas doenças. E, lá no Piauí – não sei se no Acre isto existe –, há um bichinho desgraçado chamado potó, que parece que é flamenguista. Mas não aceitam no Flamengo gente daquele tipo! Parece o lacerdinha, mas ele é pintadinho, ele é preto e vermelho – às vezes, aparece o amarelo. A urina dele queima, faz um estrago danado, produto da sujeira. Naquela época, também havia o vírus da cólera. Teresina baixou mais do que todos os Estados.

Então, se a questão era preocupação com a limpeza, não é esse Secretário que vai me dar aula, nem que vai me dar conselho, Mão Santa. Mas topo – e tenho a certeza de que V. Ex^a topa –, se ele permitir que seja auditado. Ele achou remédio, convênios. Está feito o desafio, Secretário: aceite a auditoria. Não é negócio de ameaça, de ter de aceitar. Mas posso, inclusive, com apoio, pedir a aprovação aqui no Senado, pedir ao Tribunal de Contas. Não vou fazer isso; não vou deixá-lo em situação difícil. V. Ex^a me criticou, criticou o Mão Santa. Agora, eu quero lhe devolver. Se aceitar que se faça uma auditoria transparente nas suas contas, vamos pedir desculpas, vamos dar um jeito e vamos votar. Caso contrário, quero fazer minhas as palavras do Rei Juan Carlos: “*Por qué no te callas?*”.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Heráclito Fortes, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Muito obrigado pelo seu pronunciamento, Senador Heráclito Fortes.

Concedo, de imediato, a palavra ao eminente Senador Mão Santa, também digno representante do grande Estado do Piauí.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Geraldo Mesquita Júnior; Parlamentares aqui presentes; brasileiras e brasileiros que nos assistem aqui e que nos assistem pelo sistema extraordinário de comunicação – nota dez! – do Senado, pela TV Senado, pela Rádio AM e FM, pela Agência Senado, pelo Jornal do Senado; Senador Pedro Simon, tenho dito que este é o melhor Senado da História. Estamos aqui na sexta-feira, denunciando, discutindo os problemas do Brasil e debatendo. Em quantas sextas-feiras, durante 183 anos, esta Casa funcionou?

Revivemos a grandeza do Senado quando debatemos, discutimos e enterramos a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). E ou-

vimos, hoje, a consequência das nossas atitudes. Não pense, Senador Geraldo Mesquita Júnior, que também não sou vítima de pressão, de calúnia e de processo inimaginável. Dizem que havia uma folha fantasma no meu governo. O meu governo – a história sabe – está aí. Ele usou as armas dele. O Dr. Hugo Napoleão governou e não fez nenhuma acusação, jamais, mesmo depois que ele saiu. Muito pelo contrário, ele tem dito que foi o maior erro da vida política dele. E, agora, o PT faz acusações, com ameaças. Mas estamos aqui com a satisfação do cumprimento da missão.

Ulysses dizia, Geraldo Mesquita: “Sem a coragem, todas as outras virtudes desaparecerão”. E essa coragem, nós ainda a temos aqui para enfrentar. Mas a coragem também nos faz ter coragem para estudar, para buscar o caminho do saber e da verdade.

Então, estamos aqui para dizer para o Brasil que foi, por questão de consciência, que escrevemos aquela página. Primeiro, está aqui a Constituição do Brasil, Luiz Inácio. Rui Barbosa ali está, porque disse muita coisa bonita. Entre elas, talvez, a mais importante tenha sido: “Só há uma salvação: a lei e a justiça”.

Deus, em quem acreditamos, buscou o líder Moisés e lhe disse: “Tome as leis, para administrar o mundo”. Essa é uma inspiração divina. Pode até haver erro – *errare humanum est* – nas leis, na Justiça, mas a inspiração é divina.

E, nisso, chegamos à Constituição, que é o livro dessas leis para vivermos melhor, como Deus fez aquelas que entregou a Moisés.

O que diz a nossa Constituição, ô Paim, que Ulysses Guimarães beijou em 5 de outubro de 1988? Rememorem entusiasmados e com crença, com coragem. Desobedecer a Constituição é como rasgar a bandeira brasileira. Ulysses disse: “Eu vi isso, não dá certo”.

Ô Pedro Simon, sei que o Luiz Inácio é Presidente da República há cinco anos, mas Franklin Delano Roosevelt foi Presidente dos Estados Unidos por quatro vezes e deu um ensinamento que quero transmitir a todos nós. Heráclito, aprendi que o homem é dono da palavra guardada e escravo da palavra anunciada. Olhe o que disse Franklin Delano Roosevelt: “Toda pessoa que eu vejo é superior a mim em determinado assunto, e, nesse particular, procuro aprender”.

Luiz Inácio, eu fui prefeito, e fui Governador de Estado. E, aqui, piauiense e brasileiro. Erros, tive muitos em meu governo, mas não os que querem me imputar. Não. Mas, hoje, eu estou muito mais preparado.

Eu me lembro de quando eu vim, no começo, com Tasso Jereissati, amigo de velha data, ali no corredorzinho. Fomos Governadores e vizinhos. Era mais

ou menos uma e meia, a hora da fome – o Tasso é muito executivo, empresário realizado, foi Governador, nunca tinha tido uma vida parlamentar –, estávamos saindo da CAE, quando ele disse: “Mão Santa – nesse corredor ali, da fome, quem sai –, o que é que você está achando?” Aí eu disse: “Tasso – do meu jeito –, isto aqui, eu acho que estamos em um mestrado, uma pós-graduação. Acabamos de ter uma aula. Temos uns colegas lá da CAE, não é? Vamos ali, tem o Diretor Sarney, que já está buzinando a campainha, e os colegas. Isto aqui está parecendo. Vamos enfrentar!”. Ele riu e disse: “Rapaz, sabe que é mesmo?”.

Então, eu quero dizer com isso, Luiz Inácio, que eu já aprendi muito aqui em cinco anos. Ô Pedro Simon, em seis anos eu me formei médico, mais dois de pós-graduação. Quando eu vi, eu estava operando tireóide. Cinco anos é tempo como o quê, ouviu, Pedro Simon? Eu estou, hoje, mais sabido. Mas tive, primeiro, que aprender. Quando há uma redação, eu vou ao Geraldo Mesquita: “vamos escrever isso”, ele escreve melhor do que eu. E quando é uma dúvida jurídica. Quando é um fato político, eu me aconselho com o Pedro Simon, porque ele é a estrada mais longa. Sobre coisas trabalhistas, com o Paim. Sobre problemas que aqui se desenrolam em defesa dos deficientes, Flávio Arns.

Então, considero muito o Franklin Roosevelt.

Luiz Inácio, me permita, quero lhe ensinar nossa experiência. Vossa Excelência é cercado de aloprados por todo lado! Aquela carta foi vergonhosa! Eu estava pronto para ler a do Erasmo Carlos, que é muito melhor – a música do Erasmo Carlos –, se tumultuasse a sessão. A carta foi ridícula! Meia-noite, uma hora da manhã! Eu só tive conhecimento do inteiro teor dela ontem à tarde. Poucas linhas, que não foram bem escritas para ficar na história, Luiz Inácio, e Vossa Excelência passa para os aloprados fazerem o acordo! Foi um erro. Tínhamos que receber a carta. Ô Pedro Simon, eu sei que você pode ter, mas eu disse para o Heráclito: quem tem bastante luz não precisa diminuir ou apagar a luz dos outros para brilhar. Fernando Henrique Cardoso tem muita luz, é muito competente, tem muita sabedoria. Leio todos os livros dele. Ele escreveu um grandão e uns pequenos para jovens. Para aprenderem.

Luiz Inácio, esqueça esse negócio! O Fernando Henrique e o Itamar são os pais do controle da inflação! Isso é DNA. Esqueça isso! Reconheça o mérito!

Agora, eu reconheço nele o grande estadista. O controle da inflação foi deles. Se foi Itamar ou se foi Fernando Henrique Cardoso, só sabendo o DNA. Eles eram associados. Então, eles cumpriram. A in-

flação era o maior monstro, que tirava de todos. Era o pior imposto, o mais perverso, e eles combateram. Fernando Henrique Cardoso foi um grande estadista. Eu vi, ô Pedro Simon.

Não precisa o Lula... Ele tem a luz dele, o Luiz Inácio. Quando eu vi a última entrevista, Presidente Luiz Inácio, Fernando Henrique disse: “Olha a segurança”. Ele disse: “E aí a segurança?” O nosso Luiz Inácio tinha que ser mais humilde. O estadista Fernando Henrique Cardoso estudou Norberto Bobbio, que disse: o mínimo que se tem que exigir do Governo é a segurança à vida, à liberdade e à propriedade. Eu vi, Pedro Simon, a última entrevista do estadista Fernando Henrique Cardoso. Luiz Inácio tinha que ser mais humilde. O outro estudou mais, e estudo não é feio, não; não tem que se envergonhar. Eu li tudo o que esse Fernando Henrique escreve, porque quero aprender. Ele tem um livrão, grossão, que eu li e dou, orgulhoso, aos meus filhos. Ele só cita dois piauienses...

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Nobre Senador...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Freitas Neto – dou já o aparte –, que foi seu Ministro, extraordinário homem, e eu. Ele salienta a minha combatividade e as reivindicações pelo Piauí. E ele tem um para os jovens, que eu mandei para minha filha, Gracinha, ler, e meu filho depois.

Então, com a palavra Pedro Simon, o nosso ícone.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Apenas, meu querido, para dizer uma coisa. Tem uma parte do que o Presidente Fernando Henrique Cardoso escreveu que ele mandou a gente esquecer. “Olha, esqueça aquilo que eu escrevi. Era a época em que eu estava na oposição, em que não pensava. Agora, no Governo, penso diferente”. Então, ainda não sei o que é para esquecer. O que V. Ex^a está fazendo, está lendo tudo?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Não. Estou lendo os dois últimos volumes, depois da experiência dele de Presidente da República. Um livro grosso e um aos jovens.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Ao meu amigo Fernando Henrique Cardoso, com muito carinho – não vou usar a linguagem do Rei da Espanha endereçada ao Presidente da Colômbia: “Por que não te calas?” –, eu diria ao Presidente Fernando Henrique: “Por que você não fica quieto, Fernando Henrique?” Ele podia ficar quieto. Ele agora está falando muito bem no jornal de hoje: “Está na hora de nos unirmos, de nos entendermos, de encontrarmos uma saída”. Mas, por que não tentou encontrar? Serra tentou. Tentou se sentar à mesa. Não conseguiu. Tentou. Mas, o

meu amigo Fernando Henrique, quando ele diz: “Agora o povo está cansado de que se aumente imposto”. É verdade. Mas quem fez esse imposto foi ele. “Agora o povo quer diálogo.” É verdade. Mas ele não deu. “O povo quer reforma tributária.” É verdade. Mas, nos oito anos de mandato dele, ele boicotou, não deixou sair a reforma tributária. Então, acho que o Fernando Henrique poderia ficar um pouco quieto. Ele faria um bom serviço para a imagem dele.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Eu digo, como Voltaire: discordo plenamente do que V. Ex^a disse agora, mas daria até a minha vida, lá adiante, na guilhotina, para ter o direito de dizê-lo.

Acho que não. Acho que, quanto a esse negócio de ele ter mudado, eu sigo Petrônio Portella, meu líder, que me induziu a entrar na política, bem novinho.

Ele disse: “Só não muda quem se demite do direito de pensar”. Se ele fez isso...

Quero dizer o que penso, Pedro Simon: primeiro, da minha admiração por V. Ex^a, que é extraordinária; segundo, que quem tem bastante luz própria não precisa diminuir ou apagar a luz dos outros.

Cada presidente teve seu papel histórico. Tivemos nosso bravo D. Pedro I. A Independência era problema dele. Extraordinário, homem bravo, heróico, que tem de ser mais amado e difundido. Ele é maior do que esses Júlios Césares, esses Átilas, esses conquistadores, como Alexandre. Ele saiu daqui, proclamou a Independência e foi retomar outro reino, que era de sua família. Com um companheiro, só saiu daqui e retomou Portugal, onde foi o Imperador Pedro IV. Mas Pedro I, aqui no Brasil, proclamou a Independência. Pedro II fez a unidade desse Brasil grandão, estadista que foi. A mulher que, em poucos instantes governou, a Isabel, libertou os escravos – e assim se sucederam.

A oposição mostrou nossa grandeza agora. Querendo os militares cooptar Rui Barbosa, para terem um terceiro militar na República, ele disse: “Estou fora!” E eles ainda lhe ofereceram a chave do cofre, como Ministro da Fazenda. Ele disse então: “Não troco as trouxas das minhas convicções por um ministério”, inspirando a Oposição valorosa e grandiosa cuja história escrevemos aqui. E assim se sucedem as Repúblicas, como a de Getúlio Vargas.

Pedro, já li os dois volumes do diário dele. Ô homem trabalhador! “O homem é o homem e suas circunstâncias”, Ortega y Gasset. Ele enfrentou uma guerra para entrar, porque os paulistas queriam tirá-lo, e a Segunda Guerra Mundial. Ô homem trabalhador! Toda essa organização – o Dasp, o serviço público – foi obra dele.

Meu amigo Geraldo Mesquita, busque *Chefia e Liderança*, publicado lá pelo Dasp que Getúlio criou. Ele teve a missão de fazer as leis trabalhistas. O voto secreto era uma dependência, porque, antigamente, havia um coronel ali, e o voto tinha de ser secreto.

Depois, Juscelino: desenvolvimento, prosperidade, otimismo; em seguida, alguns militares fizeram algo; nosso Sarney e sua abertura política e a redemocratização; Collor: abertura econômica e sua visão da globalização; Fernando Henrique Cardoso: o estadista. A inflação era um monstro.

Cada um resolve seus problemas; todos tiveram suas grandezas e suas boas intenções. A riqueza do País são as experiências desses homens.

Pedro Simon, já fui – e vou, toda vez – à Disney World com minha Adalgisinha. A primeira vez que fui, Geraldo Mesquita, eu era Deputado Estadual e fui indicado por Lucídio Portella. Havia um curso de planejamento familiar: Bogotá, México, e terminava lá.

A primeira vez que fui, eu era bem novinho. E toda vez eu vou. Sabe o que mais me atrai no parque, Pedro Simon – V. Ex^a já foi à Disneylândia, do Walt Disney, à primeira, aquela do Pato Donald, do Mickey, aquela tradicional? –, a história dos presidentes da república. Um tipo de museu de cera. Logicamente que todos os bonecos não podem falar. Há trechos de discursos de Abraham Lincoln, de Kennedy, de Franco Delano Roosevelt. Mas o que me entusiasma, Pedro Simon, é que, cada vez que termina a sessão, ouvem-se palmas do povo americano, que, de pé, aplaude seus ex-presidentes.

Essa carta do Fernando Henrique Cardoso ficou na história. A sabedoria está no caminho do meio, na virtude. Buscou o debate. A outra não está. Ele devia ter colocado V. Ex^a como Richelieu. O erro foi aí.

Mercadante é um rapaz bom, é o mais preparado do PT – conhecemos todos – para o debate qualificado. V. Ex^a é do PMDB, e ele veio a mim.

Votei em Luiz Inácio – não sei se V. Ex^a votou e se muitos dos que estão aqui votaram. Eu disse, durante os banquetes, durante os almoços em que comparecíamos: “Ô Mercadante, você quer ajeitar? Estamos bem representados. Basta você convidar um: Pedro Simon”. E ele tentou. Aí, a política do seu Estado deve... Está aí o Sr. Mercadante!

Esse que foi o erro. Luiz Inácio não gosta, mas estudei e aprendi que houve um Luiz XIII. É difícil. Mas ele tinha um Richelieu do lado dele. Richelieu morreu, mas deixou o Cardeal Mazarino. E V. Ex^a podia ter sido Richelieu!

Essa é a história.

Queremos dar uma contribuição, e fico com Rui Barbosa, com a lei; fico com Ulysses, fico com V. Ex^a.

Sou produto de V. Ex^a. Os erros são meus mesmo, os defeitos são meus, muitas das virtudes busquei e aprendi com os companheiros. Acredito em Deus, a quem confesso minhas crenças; acredito no amor, na família, no estudo, que busca o saber, e no trabalho.

Então, está aqui, ô Pedro Simon! Do jeito que eu lhe indiquei, digo: vá, Luiz Inácio, buscar o Mão Santa! Ele tem uma história. Ouça-o.

No início, orientei o Mercadante a lhe buscar. Chegue hoje e diga: “O Mão Santa está preparado”. Luiz Inácio, ouça o Mão Santa. Está aqui o que eu ia mandar. Ô Paim, art. 659: isso é para brincar? Isso é palhaçada?

V. Ex^a foi Constituinte, Paim? Está aqui o nome do Paim. Nós não fomos, Geraldo Mesquita, mas acreditamos nesses homens, no altruísmo, na representatividade deles. V. Ex^a deve ter assinado aqui também, Pedro Simon, porque há muitos nomes. Vou colocar os óculos – que nunca coloco – para ler o que está escrito tem aqui. O erro está aí, não é aqui, não. Estamos trazendo o País para a Constituição. É isso, ô Luiz Inácio.

O meu Presidente querido disse que não gosta de ler, que dá uma canseira ler uma página, que é melhor fazer uma hora de esteira. Eu o respeito, mas só este artigo, ô Paim, só um. Ô Mantega, aprenda isso: a carta não foi de Luiz Inácio, foi do aloprado Mantega.

No último subitem, há uma vergonha, uma ignomínia: estarão incluídos nesta CPMF – está ali o Dr. Luiz Roberto – os aposentados inválidos.

Mantega, se manca seu rei dos aloprados! Agora eu o identifico!

Pedro Simon já está envergonhado.

O último item eu vi outro dia: “Estarão incluídos os aposentados”.

O Dr. Luiz Roberto é médico inativo: “aposentados inválidos”, e o que ficaria para a saúde, minha gente?

Aloprado-rei, vá às favas! Aqui é a Casa dos pais da Pátria! V. Ex^a enganou o Lula, o Luiz Inácio, o nosso Presidente. Para cima de mim?

Eu o convido, ô Pedro Simon. Sou médico há 41 anos: um item desse era um cheque em branco. Acabou a saúde!

Não estou contra os aposentados. Aqui, fizemos a lei – Paim, Gilberto e V. Ex^a – dando 16,7% para os velhinhos aposentados. Esses aloprados, esses Mantegas da vida fizeram o Luiz Inácio vetar e baixar para 4%.

Dificuldade, Sr. Pedro Simon, tem um velhinho aposentado, e lhe tiraram o que traduzia, depois de estudos, a inflação, as dificuldades. Os velhinhos estão morrendo sem remédio, alguns até se suicidando, porque é gente de vergonha. Isso é que é dificuldade!

Agora, sei quem é o aloprado-chefe. Aquele item? Para cima de mim, não, Pedro Simon. Eu citaria a música do Ricardo Chaves. “Acabou-ô-ô-ô, acabou-ô-ô-ô, acabou-ô-ô-ô”, Luiz Inácio, fazer o Senado de besta.

De acordo com a art. 159, “do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados” – atentai bem, Luiz Inácio, e Pedro Simon escreveu e subscritou –, “53% serão destinados ao Governo Federal.

Como são divididos os restantes 47% do dinheiro de todos os brasileiros? Serão divididos da seguinte forma: 53% para o Governo Federal; dos 47% restantes, 21,5% aos Fundos de Participação dos Estados e do Distrito Federal; 22,5% ao Fundo de Participação dos Municípios; e 3% aos Fundos Constitucionais.

O que houve, Sr. Pedro Simon?

Fui prefeitinho, eu sei, e não vai acabar nada, não. E não vai! V. Ex^a tem de ir lá e dizer: “Ouça o Mão Santa, ele nos representa”. Votei em V. Ex^a. Apontei V. Ex^a para ser Ministro, está aí o Aloizio Mercadante, homem de bem.

Olha, Pedro Simon, não vai acabar nada, não, eu sei. V. Ex^a me viu estudando Adam Smith e disse que era professor, que já tinha lido tudo. Isso foi o estímulo para eu ler.

Não vai acabar nada, não, Luiz Inácio. O dinheiro está aí; o dinheiro não vai acabar. Sabe por quê? Porque vai melhorar. Eu sei, Pedro Simon. Fui prefeitinho e Governador de Estado. Esse dinheiro vai circular. A mãe de família vai comprar mais pãezinhos, vai comprar o remédio, vai pagar uma professorinha para ensinar os filhos, o que o Governo não lhe dá. Então, ele entra no ICMS. Desse, 25% vão para todos os Prefeitos do Brasil e 75%, para esses Governadores – muitos não sabem nem o que estão fazendo.

Olha, Pedro, V. Ex^a se lembra da inflação, do Sarney, do gatilho?

Vou contar a minha experiência. Foi apenas uma vez, mas houve um mês que deu 80%. Um mês de inflação! Eu disse: “Estou lascado, não vou pagar a folha”.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Foram 84%.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Diz o Geraldo que foram 84%.

Pedro Simon, eu, Prefeito: “Estou lascado, 84% sobre o salário mínimo. Não vou pagar a folha”.

Todo mês eu tinha de refazer a folha, atualizá-la. Nas madrugadas, eu revia os números, para ser justo: “Para quem ganha mais, um aumento menor; para quem ganha menos...” Ao final, pensava: “Não vou pagar, estou lascado!”

Estou aqui por que, Paim? Por que, Pedro Simon? Luiz Inácio? O dinheiro circulava mais. Não teve inflação? Todo mundo comprava mais, os empregados da Prefeitura ganhavam mais e vinha mais ICMS. Todo mês eu via que o dinheiro circulava e vinha mais dinheiro para os Prefeitos, vinha mais dinheiro para os Governadores. É o ICMS.

Nos Estados Unidos – e V. Ex^a trabalha na Fazenda, é Procurador –, quando compramos a mercadoria, o imposto está ao lado. Então, esse dinheiro vai; esse dinheiro que é tirado das mãos dos aloprados gastadores, perdulários, vai para a mão da maior economista, vai circular e vai aumentar o ICMS das Prefeituras. Isso é tão verdade – V. Ex^a é de um Estado rico –, que as maiores cidades vivem mais do ICMS do que dos Fundos de Participação. Não é verdade?

Então, não vai. Eu sou o que sou. Tenho as minhas limitações, mas nisso estou seguro, estou crente.

O que me convenceu mais ainda: Geraldo Mesquita Júnior é Procurador da Fazenda. Ele pesquisou, estudou, citou nomes de economistas que já esqueci, mas eu acredito em você. Eu citei alguns. Citou-os e disse que isso não significa 3% na receita do Governo – você disse 4%, mas eu vi 3%. Ele disse que, segundo informações e estudos – em que acredito –, a própria máquina, corrigindo os sonegadores, a corrupção e a incompetência, tira essa diferença.

Precisa de outro fiscal? Está aí. Acredito. É a profissão dele. Então, é isso, Luiz Inácio, acabou, acabou, acabou aquele negócio de dizer que aqui tem trezentos picaretas. Pode ter acolá; aqui não tem, não.

Então, está aqui o que houve. Ô Pedro, eu – e fui eu, eu aqui – fiz o primeiro trabalho, no Brasil, apontando – César Fortes era o meu assessor e pesquisou – que há 76 impostos.

Eu já os li, aqui, um por um, e parecia um jogo de futebol. Setenta e seis impostos! Provamos que, em cada ano, o brasileiro trabalha cinco meses para pagar os impostos e um mês para pagar os juros – a metade do ano.

Ô Pedro, muitos mineiros falaram aí, mas não sabem o que dizem. “Pai, perdoai-lhes, eles não sabem o que falam”. Eu sei, Pedro Simon.

Na época de Tiradentes, a derrama era de 20%. Agora, é o dobro. Como é que pode estar direito?

Não houve a derrama? Todo mundo não homenageia a redução de impostos? O que valeu o sacrifício de Tiradentes se dobrou? Ó, então, é isso? E mais, sabe o que houve?

Essas contribuições são 76 e já o mostrei, Luiz Inácio.

Contribuição não é imposto, não vai para os Estados, não vai para os Prefeitos. Então, foi garfando os Prefeitos, e o Luiz Inácio tem mais de 60% dos impostos. Os Prefeitos baixaram para 14%. Nós pedimos 1%, mas não sei se chegou aos cofres da Prefeitura. Não é verdade?

Ó Pedro: “De verdade, em verdade, eu vos digo”, Cristo falava e eu falo. Então, é isso. Isso vai dar mais dinheiro para os Prefeitos. E por que me revoltei contra isso?

Pedro Simon, V. Ex^a tem a sua história maior, mais bela, mas aqui há as cicatrizes do meu rosto, também.

Ó Paim, eu vim a este Senado, antes, falei aqui e falei na Comissão. Falei uma vez aqui, antes de ser Senador, como Governador, na Comissão.

Lembro-me de que José Agripino, pela maneira fidalga, educada, impressionou-me muito, assim como esse Antonio Carlos Valadares e outros Senadores. Paim, olha a vergonha, Geraldo Mesquita! “Chinaglia, vá trabalhar!” Olha a vergonha! E eu fui chamado para a saúde. Eu médico.” Quanto é que você gasta aí, Mão Santa?” Chamei o Secretário de Fazenda. “Sete por cento”. Só sete, Heráclito, confessei. Aí eles disseram: “Nós vamos fazer uma emenda constitucional que determinará que os governos têm de gastar 12% e os Prefeitos 15%. O que você acha?” Eu sou da saúde; eu sou da saúde. Confirmam a minha vida. Aí, eu disse: “Olha, eu acho certo. Mas não façam abruptamente, não. Não façam abruptamente. É 7%, vamos aumentando”. E eles fizeram isso.

Paim, Luiz Inácio, esse aloprado aí enganou o Luiz Inácio! Pedro Simon, 27 Estados. Rapaz, foi tempo que eu governei. Fui chamado naquela CAE, que hoje eu estou. Geraldo Mesquita, são 27 Estados, e 17 Governadores só gastam 7%. Então, isso é um deboche. Prefeito é na mesma proporção; 70%. A medida foi, vamos dizer, legalizada. A Medida nº 29 nunca foi cumprida, Paim, há tanto tempo.

Pergunto o seguinte: Pedro Simon, por que se fala em João Calmon, Pedro Calmon e Darcy Ribeiro? Eles fizeram uma lei para a educação, 25%. Eu a cumpri, como Prefeito, como Governador. Por que não fazemos uma lei decente, Paim? Decente! V. Ex^a que me supera nisso, que nos surpreendeu naquele tempo – hoje não me surpreende mais em nada –, quando,

naquele imbróglio, que tirou direitos dos velhinhos, naquela emenda constitucional, e está aí.

Pedro Simon, vi V. Ex^a enaltecer aquela mulher, Heloísa Helena, muito. Ela me telefonou, mas só tinha cinco minutos naquele dia. Aliás, eu fui muito feliz, porque até Saulo Ramos elogiou o meu discurso. Eu baixei o Dornelles, que era do outro lado. Ele disse: “Rapaz, você foi muito feliz, resumir isso em cinco minutos é difícil”. A *Globo* botou o meu pronunciamento. Mas a Heloísa me telefonou. Naquele momento não deu, mas agora eu quero lhe passar. Pedro Simon, sabe o que ela disse? “Mão Santa, eu queria estar aí.” A Heloísa é danada, é ligeira. E continuou: “Você não falou o que eu disse”. Olha, os investidores da Bolsa de Valores são dispensados de pagar a CPMF. São os ricos do mundo, que eu só os vejo na televisão. Eu não sei se V. Ex^a foi – eu quero até que o Heráclito me leve, porque ele é mais civilizado, para conhecer esse negócio de Bolsa de Valor, porque eu só vejo pela televisão. Eles são dispensados, os ricos, os donos do dinheiro do mundo!

A Heloísa Helena disse: “Mão Santa, você votou comigo, foi contra, mas nós perdemos”. Quer dizer, ô Heráclito, pelo amor de Deus, leve-me num negócio de Bolsa de Valores, porque eu tenho minhas limitações. Pois eles não pagam. Não são os ricos? Não são os ricos? Então, talvez uma medida provisória, Pedro Simon. Mas a Heloísa Helena disse que eu votei contra – perdemos – mas votei e ele queria falar e tal.

Antes de encerrar, faço alusão ao *Jornal do Brasil*, o melhor jornal do País, porque se tornou grande quando o melhor jornalista deste Brasil, do meu Piauí, Carlos Castelo Branco escrevia a “Coluna do Castelo”. Então, aí ele se tornou grande. Por aqui passou o piauiense Carlos Castelo, o “Castelinho”, o maior e mais corajoso da história do Brasil. Focalizem grandão, como se fosse para o Tião Viana, para o Mercadante, esse pessoal, para a Ideli... Ponham um *outdoor* aqui do grande jornal: “Fim da CPMF vai aquecer economia. Especialistas festejam dinheiro do imposto no bolso do consumidor”. Foi isso o que eu disse.

Então, estas são as nossas palavras.

Estamos aqui abertos para essa discussão. Coloque-me à disposição. Ô Pedro, e quando chamarem, diga lá ao Luiz Inácio que o Mão Santa se dispõe a participar de uma comissão e a fazer uma lei boa e justa para a saúde.

Então, aquele foi um mal, com todo o respeito a V. Ex^a. A sua experiência lhe permitiu dizer o que V. Ex^a disse: “12 horas”. Teríamos lido a carta e a rasgado, e V. Ex^a, mais ainda, pois era engodo.

Portanto, podemos hoje, Geraldo Mesquita, He-ráclito Fortes, dizer como Cícero: “O Senado de Roma e o povo de Roma tiram Calígula, tiram Nero”. E nós erguemos e fortalecemos o povo do Brasil. O Senado e o povo do Brasil, juntos, pela nossa democracia!

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Geraldo Mesquita Júnior, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Muito bem, Senador Mão Santa. Sua fala reproduz a manchete do *Jornal do Brasil*.

Ontem, assistia ao noticiário da TV Bandeirantes, e tive a oportunidade de ouvir o comentário do Joelson Beting, quando perguntado sobre se a queda da CPMF traria o desastre, ele disse que não, pelo contrário, que o ingresso de todo esse dinheiro na economia vai movimentar a economia, vai gerar mais consumo, e o consumo vai gerar mais emprego, mais trabalho. Ou seja, a economia se fortalecerá com isso. Então, é conversa, balela, dizer que esse dinheiro vai desaparecer e se evaporar. Não vai, não. Esse dinheiro vai circular na economia de forma muito boa, fortalecendo a economia, gerando mais empregos inclusive, aumentando o consumo.

Parabenizo V. Ex^a por trazer este assunto à baila.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon, ilustre representante do grande Estado do Rio Grande do Sul nesta Casa.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Meu querido amigo e Presidente, o Senador Mão Santa encerrou o seu pronunciamento dizendo: “Querem fazer uma lei para resolver, estou à disposição. Eu dou a minha colaboração”.

Volto a esta tribuna, porque acho muito importante, pois, o assunto que tratei aqui ontem está sendo ampliado hoje.

“O PSDB agora admite ressuscitar a CPMF”. Primeiro precisou matar, agora admite ressuscitar. Acho importante.

Líder do PSDB: “PSDB agora pensa em recriar a CPMF”. Precisou matar, agora quer recriar. Tudo bem. É importante.

O ilustre ex-Presidente da República, ô Mão Santa, meu grande amigo Fernando Henrique, quando

chegou aqui, sem direitos políticos, professor, lutando para se manter, ganhou prestígio político foi lá no meu Estado, no Rio Grande do Sul. Nós o levávamos para debater na Assembléia Legislativa, com o MDB, e ele divulgava suas idéias, divulgava os seus livros, que eu li; e, a pedido dele, agora eu os esqueci. Mas ele está dizendo aqui, o Fernando Henrique, criador da CPMF, diz a notícia, defensor da sua extinção, diz a notícia. “A cidadania cansou de pagar imposto”, diz o criador da CPMF. Agora, a cidadania cansou de pagar imposto. E, segundo ele, agora é a hora de se parar com picuinha para se fazer as reformas tributária e fiscal.

Até anteontem, às 22h, ele insuflava o Líder do PSDB para derrotar. E, agora, “está na hora de nós votarmos a reforma tributária”. Ele foi Presidente oito anos, e não deixou. A reforma tributária esteve pronta para ser votada no plenário, um acordo espetacular. Os 27 Governadores, o Ministro da Fazenda e os Prefeitos chegaram a um entendimento: “Esta é uma proposta justa de equacionar a reforma tributária”. O Presidente mandou tirar da Ordem do Dia. Não deixou votar. Mas ele diz que agora é a hora. Ele tem razão. Agora é a hora de fazer o que ele não deixou fazer. “É momento de Governo e Oposição, pensando no Brasil, deixarem de lado as picuinhas e se concentrarem na análise de liberação do que é necessário.”

Como é bonito! Que frase bonita! Perfeita, meu amigo Fernando Henrique. Quarenta e oito horas depois. Perfeito! Não parece que foi V. Ex^a que, contra o Serra, contra o Governador de Minas, contra o Governador do Sul, impediu de votar. Mas agora quer. Está certo. Agora quer. Para repor a decisão do Senado foi muito importante, para repor em termos mais adequados a relação entre o Executivo e o Legislativo, bem como para mostrar que em qualquer democracia digna desse nome, a Oposição, ao votar contra uma proposta do Governo, não fecha os olhos aos interesses de toda a Nação.

Falo nisso para repetir, Sr. Presidente.

A imprensa publica também que o Presidente Garibaldi pensa em convocar o Senado, extraordinariamente, o Congresso, extraordinariamente, em conjunto com o Presidente da Câmara, para, em janeiro e fevereiro, estudar essa matéria.

Agora não é o problema de se falar em recriar a CPMF, como o Líder do PSDB pensa em recriar o CPMF, ou como quer o PSDB ressuscitar a CPMF. Não é por aí. Agora é a hora de nós termos coragem de fazer a reforma tributária.

Vamos aproveitar o que sobrou da mensagem do Lula. Ele queria, primeiro, designar toda a CPMF para a saúde, o que nós quisemos a vida inteira e nunca con-

seguimos, inclusive nos cinco anos de Governo dele, e agora ele propõe; segundo, só por um ano a CPMF; e, terceiro, nesse ano, fazer a reforma tributária.

Qual é a diferença hoje? A diferença hoje é que a CPMF morreu. Havia uma desconfiança do Parlamento de que era balela do Lula, que ele não ia cumprir, que não ia sair nada. Eu não concordo, mas vamos dizer que era isso.

Meu amigo Mão Santa, agora morreu a CPMF. O Governo está angustiado para encontrar uma saída. Se até anteontem, na votação, o Governo tivesse tido força e tivesse passado a CPMF, nunca mais ia olhar para a cara do Senado, nem para o Congresso, porque o Lula, com a CPMF, não precisaria mais do Congresso. Embora a palavra dele seria de que ele ia fazer a reforma. Mas se havia essa dúvida ontem, hoje não há mais. V. Ex^a há de concordar comigo. Hoje, o Governo está angustiado para encontrar uma saída. Nós temos duas saídas: ou rir ou ir jantar em um restaurante e comemorar a derrota. E, como diz o Líder do PSDB, não dava para dar porque era muito dinheiro para uma época de eleição. É uma maneira de informar.

Quando eu, Líder do MDB, com 33 Deputados estávamos lá, e o Governo não tinha voz, não tinha comando, o pessoal disse para mim: “Mas Deputado, o senhor vai dar o pólo petroquímico para o Governo da Arena? Eles vão ganhar do senhor. Eles vão liquidar. Eles vão subir”. Quando nós tínhamos de deixar perder o Governo. E nós demos o pólo. Lutamos. E o Governo da Arena ganhou a eleição, baseada no pólo. E eu não me arrependo. Acho que fiz a minha parte.

Mas, de qualquer maneira, vitória do PSDB. O Líder do PSDB está dizendo no jornal que ele se inspirou muito no Covas. E que o Covas, vivo, estaria do lado dele. Eu digo: fui muito mais amigo do Covas do que o Senador Líder do PSDB. Fui seu amigo das horas boas e das horas ruins. Lembro-me de que fui várias vezes ao Palácio visitá-lo. Lembro-me de uma das vezes, foi a última vez. No dia seguinte, de manhã cedo, ele foi para o hospital, para morrer. Fui lá, ele me levou, da ala residencial, de pijama, de roupão, até o elevador, para eu descer. Lembro a lágrima nos olhos dele, quando ele se despediu de mim. Lembro do que ele falou. Covas foi um homem extraordinário.

Fernando Henrique deve a vida política dele a Mário Covas. Se dependesse de Fernando Henrique, ele seria Ministro das Relações Exteriores do Collor. E cairia junto com Collor. Foi o Covas que reuniu o PSDB e defendeu o discurso. O PSDB não concordou. Esse é o Covas. Não concordou em ir para o Governo, como Tasso Jereissati, que era o Presidente do Partido e queria ir para o Governo. Depois do discurso do Covas,

ele deu o voto de Minerva, dizendo: “Um partido dividido, é melhor estar na oposição do que no governo”. Aquele é o Covas. O Covas, tenho certeza absoluta, sentaria à mesa para discutir.

O que estávamos propondo... A imprensa foi má comigo. “Simon queria prorrogar, queria aprovar a mensagem do Lula”. Não é verdade. O Simon queria que nós sentássemos para analisar. E diz o Senador Mão Santa que leu, e que o último texto não era aquilo. Que o Lula dizia uma coisa, e no texto não dizia aquilo. Nós íamos mudar, nas 10 horas, íamos mudar. O Tasso leu ali, e disse: “Agora eu tive oportunidade de ler. Isso eu não aceito”. Vamos sentar à mesa e vamos mudar.

O compromisso do Lula era 100% para a saúde. Um ano, reforma tributária nesse ano. Se a mensagem dele tinha dúvida, íamos esclarecer, ou então não aprová-la.

A minha proposta, de transferir por 10 horas, era para encontrar um termo de entendimento. Se não tivesse termo de entendimento, eu ia votar contra. A minha disposição era votar contra. Antes de o Lula mandar a mensagem, eu ia votar contra. Agora, quando veio a mensagem, eu digo: “Não, vamos ter que tentar”.

Repito: aconteceu isso com o Fernando Henrique, Presidente da República. Estávamos, aqui, em uma reunião, de madrugada. Íamos votar revoltados porque o Fernando Henrique pensou em extinguir o monopólio do petróleo em uma lei. E nós íamos votar contra. Ele mandou uma carta para nós. E olha que toda a imprensa estava falando que já haviam mudado até o nome da Petrobras. Havia uma notícia mundial de que terminaria o monopólio do petróleo. E, no meio de toda aquela desconfiança que se tinha com relação ao Fernando Henrique, ele mandou uma mensagem para cá: “Assumo o compromisso de que não vou mexer...” Eu vim para esta tribuna e disse: acredito no Presidente. Ele está assumindo. Nós votamos, e nunca mais se falou em privatizar a Petrobras. Nunca mais se falou em privatizar a Petrobras.

Podíamos ter feito isso aqui. Era uma noite histórica, Presidente. Era uma noite... O Governo errou? Errou. Por amor de Deus, o erro foi grosseiro! Não dá nem para dizer que o Governo errou; não dá para entender o que o Governo queria. O Lula, batendo no Senado, na Oposição, não sei o quê, e recebe um Senador, escondido, lá no Palácio. Piada! Piada! O Governo, tendo os Senadores da sua base, que podiam votar, jogou-se nos braços do PSDB. E o PSDB disse que o Lula não era confiável. Mas o PSDB também não. O PSDB foi lá, sentou com o Ministro, que responde: “Não chegamos a um acordo, porque o PSDB não queria acordo nenhum”. E hoje estou convicto de

que o PSDB não queria acordo nenhum, como também o PFL, hoje Democratas: queriam fazer a derrota do Governo. E o Governo errou ridiculamente. Olha, um troço grosseiro, primário. Mas o Senado tinha que sair por cima.

O Governo entrou na última hora. Erro quando digo isso: o Governo entrou depois da hora, porque era para votarmos aqui na terça-feira. Transferimos a reunião de terça-feira para quarta-feira, para fazer a negociação. E veio na quarta-feira, às 10 horas da noite, quando 25 Senadores já tinham falado.

Repito, nota para o Governo: zero. Mas o Governo hoje pode dizer: “Mas eu apresentei, entreguei”. E nós temos de reconhecer que recebemos em tempo. “Ah, mas na última hora...” Cá entre nós, temos alguma autoridade, Presidente, para falar em “antes da hora”, “na última hora”? Cansamos de votar o Orçamento aqui, parando relógio – para dizer que o tempo não avançava –, lá atrás, até se chegar a um entendimento. Nós cansamos de, no último dia, votar mensagem que tinha de passar por duas votações aqui, mais a da Câmara e mais... porque o acordo era feito – um acordo em cima da Nação, do interesse.

Agora, não. E a vaidade do Líder do PSDB e do próprio PSDB: “Não, agora não. Temos de responder”. “Tinham que fazer essa proposta”, diz o Líder do PFL... Aliás, acho uma coisa muito interessante: quando falam... sou procurado muito, para falar nas rádios do Brasil inteiro e meço as palavras, quando falo nos meus adversários nos Estados deles. Eu meço as palavras, porque acho muito indelicado... O Líder do PFL, do Democratas, lá no Rio Grande do Sul disse: “O Senador Pedro Simon teve a coragem de fazer uma proposta absurda, não sei o quê...” Eu achei grosseiro da parte dele, porque não foi verdadeiro.

Nós tínhamos condição de decidir. Cansei, na minha vida, aqui neste Senado, na Assembléia do Rio Grande do Sul, no Congresso Nacional, cansei de, à última hora, fazer um grande entendimento.

Estou recebendo, meu irmão telespectador da TV Senado, muitas mensagens depois do meu pronunciamento aqui ontem.

Aliás, a minha vida foi muito interessante. Vejo como o povo brasileiro está sem rumo, sem expectativa, angustiado. Ontem, para mim, foi um dia fantástico. Fiz um discurso desta tribuna, na votação do Garibaldi, e anunciei a mágoa que eu tinha de o Lula dizer que eu não era confiável. Expliquei por que ele achava que eu não era confiável, talvez porque na hora do Waldomiro, do escândalo e da imoralidade, em que lhe pedi para demitir, e ele não demitiu; pedi para fazer uma comissão parlamentar de inquérito, e ele e o Pre-

sidente Sarney, Presidente do Senado, boicotaram e não deixaram criar. E o Supremo mandou criar! É isso, Presidente? Eu falei magoado, falei meio ressentido, fiz um desabafo aqui.

Olha, Presidente, foi uma montanha de mensagens que recebi, todo mundo do meu lado. O senhor tem razão, foi uma maravilha, não sei o quê... ótimo, ótimo, eu recebi! Eu estava... não que aquilo modificasse, mas, de certa forma, o povo estava entendendo.

Quando vieram me procurar – e vieram me procurar –, para eu fazer o apelo, entendi que o Governo estava sem credibilidade; que o Governo não estava com autoridade, na última hora, para pedir aquilo. Não estava! Eu poderia, meu querido companheiro Heráclito Fortes, aceitar e ficar na soberba, até me sentir meio feliz; poderia estar rindo do Governo. Eu não tinha nada que me meter, por que vou me meter? Não tem nada que ver comigo! O meu voto era tranquilo, ia votar contra. Por que ia votar contra? Porque o Governo não apresentou proposta, não houve nenhum entendimento.

A matéria como estava não me servia, eu podia fazer aquilo. Mas eu sou assim; a minha consciência me diz. Várias pessoas: “Não entra, não fala, não te mete nisso, vota contra e não fala mais nada”. Mas a minha obrigação foi falar. Há uma expectativa, abriu-se uma porta, vamos botar o Governo contra a parede e fazer a reforma tributária.

Eu poderia ter ficado calado; poderia estar rindo por dentro, mas era minha obrigação, e fiz. O que recebi de mensagem... De repente, de anjo virei o diabo. Aliás, disse para alguns e digo aqui também: acho que a gente deve medir; se é um cidadão, um Deputado, um Senador, um político que fala pela primeira vez e diz uma besteira, mete o pau. Mas tenho 77 anos de idade, 55 para 60 anos de vida pública: me dessem uma chance. Não, foi uma guerra, romperam. “O senhor era a esperança que tínhamos, agora não temos mais nada. O senhor se deixou levar.” Foi um massacre! Eu recebi 1.800 mensagens de 23h30min até ontem à tarde. Eu vim para esta tribuna e fiz os esclarecimentos. Olhei para o telespectador, falei para ele e disse: gostaria que você dissesse. Mais de 1.500 até agora: “Não, o senhor tem razão”. É verdade.

Veja como, em primeiro lugar, o telespectador é sincero, sério. Ele está bem-intencionado, mas está tonto. Por que está acontecendo isso? Não temos referência. O Brasil hoje não tem referência; não tem Dr. Ulysses, Teotônio, Tancredo, Dom Helder Câmara, não tem. Alguém pode até dizer: “Não, Simon, tu és uma referência, todo mundo te respeita”, não sou coisa nenhuma. Durante dez horas, Deus; de repente, virei o

diabo, e, de repente, os caras já estão me respeitando. O que é isso? É falta de referência.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Já lhe darei, com o maior prazer.

Agora, o que estou dizendo, o que recebo... Em primeiro lugar, agradeço, meus amigos, as mensagens que vocês estão me mandando; muitos mandaram a primeira e estão mandando a terceira, dizendo que aceitam minhas explicações. Mas o que quero dizer é uma coisa só: vamos aproveitar.

Não pensem que vim aqui mostrar a manchete do PSDB ou do Líder do PSDB, para criticar ou gozar ou debochar – votaram aqui, derrubaram e agora querem de novo –, não; quero mostrar que há disposição. Se há, vamos aproveitar. Se o Presidente do Congresso diz que quer fazer uma convocação extraordinária em janeiro e fevereiro, para votar a reforma tributária... A reforma tributária, não a CPMF, como quer o Senador Arthur Virgílio. Para mim, a CPMF morreu. Criar de novo, eu voto contra, morreu. Agora, fazer uma reforma tributária, nem que seja, meu amigo Heráclito, o mínimo das coisas mais fundamentais... Aí o Governo vai ter que... Aquilo que o Senador José Sarney disse é verdade: eram 24; hoje, tem quase 40. Os Estados e Municípios estão recebendo, da Constituinte de 1988 até hoje, metade do retorno do que recebiam. Metade!

Os Estados e os Municípios, hoje, são uns pobres mendigos que vêm aqui mendigar, pedir esmola para o Governo Federal. Por isso que até os grandes Estados, São Paulo e Minas Gerais, não podem falar muito, porque se falarem estão liquidados.

Vamos fazer uma reforma tributária, o mínimo necessário para valer, porque se não fizermos em janeiro e fevereiro, não fazemos mais. O Governo vai encontrar fórmulas para compensar o dinheiro que vai perder, radicaliza as posições e não sai mais.

Se o Governo está dizendo que topa, se o Presidente do Congresso diz que topa, se o PSDB e o PFL dizem que topam, se o Senador Mão Santa falando aqui, falou, falou, e, quando concluiu, disse que concorda, vamos fazê-la. Vou sair daqui e vou ao gabinete do Presidente do Senado e vou fazer meu apelo dramático a ele. As suas declarações de hoje são muito boas, Presidente, faça uma reunião, convoque até o Natal as lideranças do Senado, chame o Presidente da Câmara, vamos nos reunir aqui, se for o caso, vamos ao Presidente da República e vamos convocar janeiro e fevereiro para fazer a reforma tributária.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Senador.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a tem toda razão para estar em estado de graça, porque, pelo menos, ficou provado: V. Ex^a tem amigos, não só aqui, que dividem cadeiras com V. Ex^a no plenário, mas, principalmente, na imprensa. Quando o procurei foi porque assisti a cenas que me arrepiaram.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – E a mim também, quando V. Ex^a me contou.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – A Base sem nenhuma credibilidade e querendo pegar alguém, com tal condição, para vender aquilo que eles já não possuíam mais. Fiquei observando, tenho o dom, gosto de política. V. Ex^a sabe que sou um bom observador. De repente, um jornalista lhe chamou à esquerda. V. Ex^a foi e confirmou que faria o tal apelo. Mas, então, o meu susto aumentou, porque um outro jornalista, que já dividia comigo a preocupação e querendo lhe preservar, me chamou e disse: “Estão querendo colocar o nosso amigo Pedro numa fria.” Ele me relatou a conversa – evidentemente, não dou nomes –, que era exatamente neste sentido: a única pessoa que se pensou com credibilidade, o Pedro. Vieram aqui. Sei quem veio. Vi de longe a conversa. Depois comemoraram: ele topou. Tanto é verdade, ficaram tão desejosos da sua fala, que tiraram da fila oradores. Quando V. Ex^a se levantou, fizeram um tumulto para deixá-lo passar e lhe cobriram de um apoio adremente preparado. Não tinham o direito de fazer o que fizeram com V. Ex^a: usar a sua boa-fé, sua fé franciscana, principalmente num dia em que V. Ex^a passou apanhando desse partido. V. Ex^a era a única pessoa a quem eles realmente poderiam recorrer naquela hora e que provocaria repercussão. E tanto é verdade que repercutiu. Mas, Senador Pedro Simon, qual foi a minha preocupação? A conversa que se gerava aqui não era sobre melhorar a CPMF, não. Eram conversas pouco ortodoxas e que giravam em torno de nomeações, de orçamento. O que eu temia era que, nas próximas 12 horas, solicitadas por V. Ex^a, houvesse alguma rendição e que esta fosse mal interpretada.

Mas eu quero lhe ser justo. A preocupação com V. Ex^a não partiu só de mim, não. Partiu de alguns jornalistas sérios – homens e mulheres – deste País que têm por V. Ex^a o maior apreço. Agora, Senador Simon, por que o Governo não propôs uma discussão exclusiva em torno da CPMF durante todo esse tempo? Na Câmara, segmento do seu Partido, paralisou por quase 60 dias, enquanto não desse Furnas.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – E levou.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – E levou. Quanto custa Furnas? Meia CPMF? Uma CPMF? Não interessa. Pode ser 0,38 – que é o valor da CPMF. Mas não se faz política desse jeito. Vieram para cá promessas: “Vou resolver a dívida externa de tal Estado”, dando expectativa diferenciada o que a Lei de Responsabilidade Fiscal não permite. Nomeação de cargo aqui – fulano recebeu ou deixou de receber. E onde estava a discussão da CPMF? E o compromisso lá atrás, na primeira renovação? “Vamos avançar em termos da reforma tributária.” Não. E V. Ex^a matou a charada. O Governo é especialista em culpar os outros. E, aí, dizem: “Não, a Reforma Tributária não sai porque o governador “tal” não quer”. Claro. O Governo fechou o funil, diminuiu o espaço dos Estados, e os Estados ficam como urubus em carniça, cada um querendo levar um naco maior. Por que o Governo, de maneira humilde, não abre um pouco da sua volúpia em controlar dinheiro para, num momento como este, fazer a pressão que fez? E não se convence que nós somos uma unidade federativa e fortalece os Estados?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Só houve um momento em que o Governo Federal olhou para os Estados e Municípios: foi o Congresso Nacional na Constituinte.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Exatamente.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O Congresso Nacional, na Constituinte, teve grandeza. Melhorou os Estados e os Municípios.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – E não se colocou em prática grande parte do que foi aprovado, não é verdade?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – A partir da Constituinte até hoje diminuiu pela metade. O Governo Federal não quer, não apenas esse, o seu Governo, o do Fernando Henrique, não querem que o governador tenha autonomia.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – É claro.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eles querem os governadores vindo aqui de prato na mão pedir esmola, os prefeitos também. Isso é verdade. Por isso que achei, quando se falou em fazer reforma tributária em um ano, que íamos sentar e fazer uma grande Reforma Tributária. Não que o Governo faria de graça, porque, assim como o Fernando Henrique não quis dar, gostou de ficar com o dinheiro para ele, o Lula também ficou gostando de ficar com o dinheiro para ele. Aí eles são iguais, pensam igualzinho. Nós é que temos de pressionar, o Congresso é que tem de pressionar.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Mas pelo menos vamos fazer justiça ao Fernando Henrique. Ele nem deu dinheiro para os Estados, nem deu dinheiro para investimento. Ele paralisou o País e continuou a política iniciada pelo Itamar, do ajuste fiscal. Só que o Lula elegeu-se dizendo que esse ajuste era para pagar o FMI e que ia fazer a Reforma Tributária, que a questão tributária era o pior de todos os males. E não fez nada.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – E o Fernando Henrique também não.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Mas veja bem, o Presidente Fernando Henrique assumiu num momento grave.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Coisa mais grave fez o Fernando Henrique, botou fora um patrimônio que levamos séculos para fazer, as nossas estatais.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Para fazer o ajuste fiscal. Concordo até com V. Ex^a, mas, veja bem, a própria Vale do Rio Doce está aí mostrando que ou se privatizava ou ela ia continuar sendo o patinho feio que sempre foi. O sistema telefônico, onde você passava cinco anos para conseguir uma linha. Se você examinar os lucros indiretos que o País teve, através dos impostos que entraram, vai ver que o negócio não foi tão ruim assim, Senador Pedro Simon. Tem defeitos na privatização? Tem. Eu concordo com V. Ex^a. Agora, imagine essas privatizações, essa Vale do Rio Doce, essas telefônicas na mão do PT!

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Se V. Ex^a vai falar assim, eu tenho que dizer – me perdoe a sinceridade.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Claro.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O Lula tem defeitos? Tem defeitos, mas tem milhões de brasileiros que estão comendo e nunca comeram.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – É evidente.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – E é verdade.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Concordo com V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Milhões de brasileiros que passavam fome, que estavam na miséria e, com o Bolsa-Família, pela primeira vez, estão comendo.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Concordo com V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Então, também é positivo.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Concordo com V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Tem o outro lado.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Mas aí, veja bem, não se está exigindo contrapartida. Nós estamos acostumando uma geração errada. Não se cobra a presença do aluno na escola, não se cobram as notas do aluno.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu sou o primeiro que tenho dito isso.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Como é?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu sou o primeiro que tenho dito isso.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Pois é, mas é isso.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Começa a dar dinheiro para o cara viver de favor, de esmola, e não ser cidadão, querendo ter um trabalho para viver com o trabalho dele.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Exatamente.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Isso é que tem que ser feito, e o Lula está errando. Mas eu digo o seguinte: mas, se olhar só uma parte, ele pode dizer: essa gente está comendo e nunca comeu. É verdade. São milhões de brasileiros que estão comendo que nunca comeram.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Sabe o apreço que eu tenho por V. Ex^a, sei que há um curto-circuito histórico entre V. Ex^a e o ex-Presidente Fernando Henrique.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não, o curto-circuito é um só. É que eu era Líder do Itamar, nós nos organizamos, fizemos um governo espetacular, quer dizer, um grande governo; Fernando Henrique foi um grande Ministro da Fazenda, nós o preparamos para ser o continuador, e eu esperava isso.

Ele se bandeou para o outro lado e mandou esquecer tudo que ele escreveu. Há uma diferença enorme entre o Fernando Henrique Ministro da Fazenda e o Fernando Henrique Presidente da República. Ele esqueceu, seguiu para o outro lado, e eu fiquei no meu. Eu ouvi o Fernando Henrique dizer que tínhamos de criar a CPI das empreiteiras, que isso ficou provado, está provado, como um mais um são dois, e ele não deixou criar.

Quando houve a reforma da Constituição, que estava prevista há cinco anos, a reforma geral da Constituição, eu era Líder do Governo. Aí entrou a emenda da reeleição, e eu fui lá no Governo. O Itamar, o primeiro que ele chamou foi o Fernando Henrique. Perguntei

como íamos votar essa emenda. O Itamar respondeu assim: “Olha, eu fui Senador na Assembléia Nacional Constituinte, votei contra. Eu acho que nós devemos ser contra, porque a tradição do Brasil é ser contra”. O primeiro que falou foi o Fernando Henrique: “Mas claro que nós temos de ser contra, pelo amor de Deus, Simon. Nós somos contra, radicalmente contra.” Eu vim aqui e disse que o Governo era contra. Mesmo o Governo sendo contra, como os Governadores eram a favor, como os Prefeitos eram a favor, a emenda não passou por nove votos – tinha que ser 3/5. Por nove votos não passou. Imaginem se o Governo Federal fosse a favor: passava brincando.

Fernando Henrique, Presidente da República. E aí? Uma emenda para reeleição. E o Sr. Fernando Henrique, que era radicalmente contra, radicalmente a favor. E, se é a favor, eu não discuto. Mas compraram a emenda da reeleição, V. Ex^a sabe. Compraram a emenda da reeleição escandalosamente, comprando Parlamentar e comprando Senador. Aquilo que V. Ex^a diz que aqui era uma vergonha, que estavam querendo comprar, fizeram no Congresso Nacional. Fizeram lá na Câmara, comprando as emendas para ganhar a reeleição.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Eu não conheço, Senador Simon, um caso concreto.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Conhece.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Eu não conheço.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Conhece.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Nenhum caso concreto.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Conhece, porque o nome foi dado. Eu lhe trago aqui.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Eu gostaria de ver.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Conhece, porque o nome foi dado, é o Fulano de Tal, que falou e recebeu tanto. Todo mundo soube, Senador – perdão.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Veja bem, denúncia, sim.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pior cego é o que não quer enxergar, Senador.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Não, não, não. Não conheço um caso concreto de ação partida do Governo Fernando Henrique.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex^a pode dizer diferente: “Eu não conheço fato concreto partido do Fernando Henrique”.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Do Governo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Também eu não o conheço. Agora, do Governo, sim.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Não, não.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Era o Ministro...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Não, não.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Do Governo, sim.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Não, não. O que se comenta é que Governadores ou um Governador de determinado Estado, querendo domínio numa região, teria trabalhado nessa direção. Também nunca ficou claro. No Governo Fernando Henrique, não houve dólar na cueca, não houve aloprado. Pelo menos isso V. Ex^a há de convir.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É, evoluiu. A coisa evoluiu.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Claro e concordo com V. Ex^a. Mas eu não quero nem sair do sentido do seu discurso.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Veja como eu sou claro: quando Lula disse que não tenho a confiança dele, eu digo o que aconteceu. Uma hora ele me convidou para participar do Governo; outra hora, eu não tenho a confiança dele. Mas foi o caso do Waldomiro, em que eu atuei.

Fernando Henrique me convidou para ser Líder do Governo. Ele insistiu. Tanto que o Líder do Governo dele foi o meu vice-Líder no Governo Itamar, que eu indiquei para ele. Bote fulano de tal. “Mas não posso ficar, Fernando”.

No momento em que ele não aceitou a CPI dos empreiteiros, eu caí fora. Duas coisas ele não aceitou: a CPI dos empreiteiros... E nós fizemos no Governo Itamar uma coisa espetacular. Criamos uma comissão – não esta que o Lula criou agora, a de ética do Governo, que é uma piada – formada pelas pessoas mais notáveis, com poder absoluto para tomar as decisões e mostrar o que estava certo e o que estava errado.

O Sr. Fernando Henrique Cardoso extinguiu a comissão. Eu fui lá falar com ele. Ele me disse: “Simon, mas que barbaridade! Estou vendo agora. Assinei sem saber o que era. Como colocaram isso para eu assinar? É uma barbaridade!” Perguntei: E aí? E ele me disse: “Vou mandar baixar nota oficial e publicar de novo a recondução”. Muito bem! Mandou? Nunca mandou. Aí entrei com projeto de lei aqui. Não deixou criar. Foi com esse ato e com a não criação da CPI dos empreiteiros que eu caí fora; não aceitei a Lide-rança e fui embora.

Estou dizendo a V. Ex^a, muito claro, o que aconteceu.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Sempre soube que havia uma diferença na relação entre os dois. V. Ex^a agora está dizendo qual o motivo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Três meses depois de ele ser Presidente da República. Até então, trabalhei para ele. Ele era o candidato. Era para ser ele. Itamar e eu, reunidos, achamos que devia ser o Antônio Britto. O Fernando Henrique falou, e chamamos o Antônio Britto. O Antônio Britto não aceitou – parece piada –, não aceitou em hipótese alguma.

Aí o Itamar e eu achamos que era o Fernando Henrique. Fernando Henrique disse o seguinte: “Mas eu não posso ser. Não há, na História, Ministro da Fazenda que vire candidato no Brasil. Ministro da Fazenda é homem ruim. E eu sou um bom cabo eleitoral” – dizia ele –, “mas vamos escolher um nome. Se o Britto não quer, vamos escolher outro”. O Itamar, inclusive, falou no meu nome. E o Fernando Henrique até concordou. Aí nós dissemos: “Não, é tu, Fernando. Se o Antônio Britto não deu certo, tem de ser tu”. E apoiamos o nome dele.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Veja como este País é notável: pega-se um homem como Fernando Henrique, que, Ministro da Fazenda é algoz, e faz Presidente da República por causa da estabilização do plano econômico. É verdade. V. Ex^a tem toda razão. V. Ex^a tem toda razão. Agora, é um estadista. Fernando Henrique tem seus defeitos, como todos nós temos. Agora, é um homem público internacionalmente respeitado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Por amor de Deus, quem sou eu para dizer o contrário? Quem sou eu para dizer o contrário?

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Acho que o grande erro, Senador Simon, e este erro é do PT, é focar essas questões no governo do Fernando Henrique.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O grande erro do Presidente Fernando Henrique foi não ficar calado. Não vou dizer, com a insistência do Rei da Espanha para o Presidente da Venezuela: “Por que não te calas?”, mas posso dizer ao Fernando Henrique: “Por que não fica quieto, Fernando Henrique? Por que se mete nessas coisas, Fernando Henrique?”

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Mas veja bem, tinha de ser para os dois lados.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – “Fica quieto no teu lugar!”

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador, tinha de ser para os dois lados. Não há um santo dia aqui em que os representantes do Lula não façam

comparação desairosa à época do Fernando Henrique. No entanto...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Se fizerem isso, tem V. Ex^a, que é brilhante, tem gente aqui para defender o Fernando Henrique melhor do que ele.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – O temperamento de V. Ex^a também não permitiria que ficasse calado. O temperamento de V. Ex^a é, inclusive, alguns pontos acima do dele. Não aceitaria. No entanto, enquanto o PT diz isso, vai buscar nos quadros do Fernando Henrique...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O cara é meu amigo, a quem quero muito bem. Não sei se ele fez por maldade, que ele não tem, mas desviou todo o meu discurso. Desviou todo o meu discurso. Vai sair daqui e telefonar para o Fernando Henrique, dizendo: “Olha, desmontei o discurso do Simon”.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Não é verdade. V. Ex^a me conhece e sabe que esse não é o meu papel. O meu papel é...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não estou dizendo que V. Ex^a fez de propósito, mas atingiu isso. Estou aqui há dez minutos falando do Fernando Henrique, e não tem nada que ver.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Não. Fique tranquilo V. Ex^a, porque o meu papel eu cumpro aqui. Nunca fiz, na minha atividade parlamentar, esse tipo de coisa, e creio que V. Ex^a também nunca tenha feito.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas digo a V. Ex^a com todo o carinho: não é hora de falar no Fernando Henrique. Há momento para tudo.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Pois é...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu só falei no Fernando Henrique... Por que trouxe ele para o debate? Para dizer que ele está dizendo que agora é a hora de fazer.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Pois é.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Por que eu trouxe o Fernando Henrique para o debate? Vamos deixar claro. Para dizer que o Fernando Henrique, em todo esse debate...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador Simon...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – ..., agora, diz o seguinte: é hora de fazer a reforma tributária.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Mas, Senador Simon...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Aí que eu quero chegar. Quer dizer, quem liderou, quem comandou o negócio de não votar? Fernando Henrique. Quem está dizendo agora que é hora de votar? Fernando Henrique. Então, vamos votar.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Simon, eu estou há uma hora tentando um aparte a V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Quem era o comandante aqui contra? O Líder do PSDB. Quem está dizendo, com todas as letras, que agora é hora de fazer? O Líder do PSDB. Então, o que eu quero dizer é: vamos fazer!

Pois não.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador Simon, quem começou a atacar o Fernando Henrique foi a base do Governo. O Fernando Henrique só entrou depois de atacado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Isso é verdade.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Simon, permite-me um aparte? Senador Simon, sinceramente, quero dizer que, no meu entendimento, V. Ex^a, nesse episódio, não só para mim, mas perante o País, cresceu ainda mais. V. Ex^a falou muito bem. Podia ficar sentado. V. Ex^a assumiu a responsabilidade das lideranças que estão faltando no País. V. Ex^a foi à tribuna, após o apelo de mais de trinta Senadores que conversaram com V. Ex^a – e eu estava junto –, para pedir somente mais doze horas. Não deram. E, hoje, todo mundo admite que V. Ex^a tinha razão. Como é que V. Ex^a se saiu mal? V. Ex^a se saiu bem, meu Senador! Eu fui à tribuna, ontem, dizendo: Vamos retomar a discussão. E não só eu, todos os Senadores foram. O Líder do PSDB foi à tribuna ontem pedindo para retomar a discussão. V. Ex^a lê parte da carta de Fernando Henrique, pedindo para retomar a discussão. Mas quem foi o primeiro que, naquela sessão histórica, já na madrugada, teve a autoridade – e V. Ex^a tem – de pedir bom senso? V. Ex^a pediu só doze horas. Não foram dadas as doze horas. Eu confesso: concordei com V. Ex^a. Fui falar com o Líder Romero Jucá e lhe disse que V. Ex^a tinha toda a razão; pedi, inclusive, que a bancada saísse do plenário. Claro que eu não tinha autoridade para convencê-lo disso, para dar o tempo que V. Ex^a pediu. Então, eu só quero aqui fazer este reconhecimento. O Brasil todo reconhece que V. Ex^a tinha razão. Por isso, provavelmente, será bem aceita essa outra proposta que V. Ex^a apresenta neste momento: vamos trabalhar em janeiro, fevereiro, março e discutir a reforma tributária. Fazendo assim, talvez venhamos a ter até mais dinheiro para a saúde do que o que estava previsto na CPMF. Quero cumprimentá-lo: V. Ex^a foi brilhante aquele dia e está sendo brilhante hoje.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Uma coisa importante, Senador: foram quantos os votos a favor da emenda?

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Foram 45.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Se os 45 tivessem se retirado, não haveria quórum, não teria sido votado. A oposição está fazendo um carnaval porque ganhou, mas ganhou porque o Governo foi democrático e deixou que isso acontecesse. Se toda a bancada se retirasse... “Não querem dar as dez horas? Tudo bem, que não dêem, mas então vamos encerrar a sessão, não vai ser votada a matéria”. Isso poderia ter sido dito.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Claro! Foi democrático e meio incompetente. Se tivesse se retirado, tinha atendido o pedido de V. Ex^a e, talvez, depois de doze horas, um acordo teria sido alcançado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sim, porque o Governo não tinha votos suficientes para aprovar – precisava de 3/5, que eram 49 votos –, mas tinha número suficiente para, retirando-se, acabar com o quórum – ficariam 35 aqui, número que não era suficiente para dar quórum à votação.

Estou falando tudo isso para admitir a vitória da oposição, mas para dizer também que essa vitória só foi possível porque o Governo precisava de 3/5 dos votos. A oposição fez quantos votos?

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Nós precisávamos de 49, mas fizemos 45, e a oposição fez 35.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Se os 45 se retirassem, não tinha quórum.

Baseado nisso tudo, baseado no fato de que o Fernando Henrique, meu querido Senador, está disposto, está dizendo que a hora de fazer reforma tributária é agora, baseado no fato de que o Líder do PSDB está dizendo também que a hora, agora, é de fazer a reforma tributária, é que acho que devemos partir para fazê-la. Vamos fazer, mas vamos fazer agora, porque, se não fizermos agora, ela não sai mais. Se até o Natal o Garibaldi, nosso Presidente, não chamar o Presidente da Câmara e os líderes para dizer “Vamos fazer” e fizer a convocação extraordinária para janeiro e fevereiro, depois não será possível.

Outra coisa. Se não me engano, vi o Líder do PSDB dizer: “Mas não só para fazer isso, mas para mais coisas”. Eu acho que não deve ser para mais coisas; deve ser só isso, só a reforma tributária. CPMF não. CPMF morreu. Pode até vir um imposto sobre cheques no lugar, isso é outra coisa.

Eu acho que isso tem de ser feito.

Meu Presidente Garibaldi, eu vou agora ao seu gabinete lhe fazer este apelo: na semana que vem, convide o Presidente da Câmara, convide os líderes, vá V. Ex^a falar com o Presidente da República para

ver se nós podemos convocar extraordinariamente o Congresso.

Não sei por que, mas me lembrei agora de quando o Governo extinguiu o MDB e a Arena. O MDB estava tonto, estava enlouquecido. O Dr. Ulysses não sabia o que pensar, e todo mundo querendo espatifar o MDB. O velho Teotônio veio a mim e deu a idéia: “Simon, se nós sairmos agora daqui e só voltarmos em março – naquela época o recesso era janeiro e fevereiro –, não sobrar nada. Nós temos de tomar uma posição antes de sair daqui”. Então, numa quinta-feira, convocamos todos do MDB e toda a imprensa a comparecer no Salão Verde da Câmara. Teotônio nunca me perdoou... O velho Ulysses não queria mais nada. Estava no gabinete dele, sentado numa cadeira – foi quando começou a depressão –, não queria mais nada. Aí, o Dr. Teotônio falou: “Simon, lança tu! Deixa o velho lá, ele não quer”. Eu disse, então: “Não. Para ter valor, para ter repercussão, quem tem de falar é o Dr. Ulysses”. Fomos lá buscá-lo. Ele falou meia dúzia de palavras, e eu falei depois, dizendo o seguinte: “O apelo que nós fazemos aos Senadores, aos Prefeitos, aos Deputados Federais, Deputados Estaduais e aos líderes do MDB é para que ninguém assine ficha em qualquer partido, para que ninguém pule para qualquer partido. Vamos esperar o sucedâneo”. E marcamos uma data: “Em 16 de janeiro nós estaremos aqui, e, aí, vamos fazer uma assembléia geral e vamos decidir. Se é para terminar, vamos terminar. Se é para somar, vamos somar. Vamos fazer”. E aí nasceu o PMDB. Se não houvesse aquela decisão, no final, na última hora antes do recesso, não tinha acontecido nada. Marcamos uma convenção extraordinária para janeiro, no auge do calor e das férias, e nunca houve uma convenção do PMDB tão fantástica como foi aquela, quando se decidiu fundar o PMDB, quando se decidiu que iríamos ficar todos juntos.

De certa forma, é isso que está acontecendo agora. Se o Garibaldi e o Presidente da Câmara fizerem a convocação, se o Governo e a oposição se reunirem e decidirem que vamos nos reunir em janeiro e fevereiro para fazer a reforma tributária, ela sai. Se deixarmos para fevereiro e março, nós não temos nenhuma chance.

O sentido do meu discurso é esse.

Falei no Fernando Henrique, mas não era nem para falar. O meu querido Senador me levou para um lado que eu não deveria ter ido. Se puder, até tiro do meu discurso. Mas o que quero falar do Fernando Henrique é que ele está certo quando diz: “Agora é a hora da reforma tributária”. O que quero falar para o Líder do PSDB é que ele está certo quando diz: “Agora é a hora da reforma tributária”. Quero sugerir ao Presi-

dente do Senado que ele diga aos jornais: “Pretendo convocar o Congresso Nacional para fazer a reforma tributária”. É isso que acho. Vamos fazer!

O Governo mandou uma mensagem que não foi aceita, mas vamos pegar o que sobrou. O que é que sobrou? Fazer a reforma tributária.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – V. Ex^a permite que eu me redima?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não. V. Ex^a não tem de se redimir. Eu é que fui...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Não, quero me redimir. Não tenho o direito de tirar para a direita ou para a esquerda um discurso de V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não; o erro foi meu, foi a minha incompetência. V. Ex^a foi levando, eu fui e errei. Quem errou fui eu.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Não me deixe sair daqui, numa sexta-feira... Já ouvi uma Líder dizer que, no dia da votação, tomou uma sopa amarga. Não quero passar a sexta-feira com amargura. Não faça isso comigo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Fique tranquilo. Quem errou fui eu. Isso que estou dizendo agora deveria ter dito meia hora atrás.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Quero ser franco com V. Ex^a: o grande erro cometido foi por mim, naquela noite, quando o alertei para um fato que vi. Não sabia que o Senador Paulo Paim também tinha sido usado pelos colegas dele.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Eu não fui usado.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Foi usado, porque eu vi como o fato se deu. Não me obrigue a dizer o que eu ouvi.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agora vou falar: V. Ex^a não vai mudar o meu discurso de novo. É o final do meu discurso. Não quero falar nada disso, não estou preocupado com isso.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Quero só lhe fazer uma proposta, Senador Pedro Simon: não vamos esperar janeiro não; vamos iniciar a reforma tributária amanhã. Nós não podemos ter recesso com o País na dúvida. Amanhã! Que o Governo proponha isso. E, antes da reforma tributária ser aprovada, votasse uma lei taxando em 0,001% o imposto do cheque. Vamos ser práticos!

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Quando eu falo em convocação para janeiro e fevereiro, é amanhã, mas vamos ser práticos: como tem o Natal e o Ano Novo, vamos para casa e, em janeiro, voltamos.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Claro, mas que a convocação seja feita amanhã!

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu concordo com V. Ex^a.

Garibaldi, meu irmão Garibaldi, Presidente, o destino colocou na tua mão essa oportunidade. Aproveite-a. Fale hoje com o Presidente da Câmara. Os dois se reúnem, convocam as Lideranças e vão ao Presidente da República: está convocado. Não vamos ganhar jectom; não tem mais ajuda de custo; não dá para dizer que estamos fazendo isso para ganhar dinheiro; não tem mais isso. Que se convoque sessão extraordinária do Congresso no dia 5 de janeiro ou no dia 10 de janeiro, pelo tempo que for necessário, para fazer a reforma tributária. Esse é o apelo que faço.

Obrigado. Meu carinho a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Muito obrigado, Senador Simon.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Senador Geraldo Mesquita, veja como eu me preocupo com o Simon: quero alertá-lo para o fato de que quem está presidindo a sessão não é o Garibaldi, é o Geraldo Mesquita.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Mas eu entendi perfeitamente, Senador Heráclito, que o Senador Simon se dirigiu, com muita propriedade, ao Presidente Garibaldi.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – O Garibaldi está se dirigindo para o Rio Grande do Norte. Nós podíamos conversar com ele na segunda-feira. Acho isso altamente positivo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Posso falar com ele por telefone.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Por telefone, exatamente, fantástico!

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Geraldo Mesquita Júnior, na minha questão de ordem, em primeiro lugar, eu esclareço que a mim ninguém usa. Eu faço de forma muito consciente...

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Sou testemunha disso.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ... cada gesto, neste Parlamento, há mais de vinte anos. Quando fui falar com o Senador Pedro Simon para ele vir ao plenário pedir que fosse adiado, eu o fiz de forma muito consciente. E mantenho a mesma posição. Mas acho que meu Líder, Senador Romero Jucá, com todo respeito que tenho a ele, errou. Se não tivéssemos votado naquela noite, com certeza, teríamos constru-

ido um grande entendimento e votado nem que fosse na semana que vem. Esta é a minha opinião. Então, ninguém me usou. Eu assumo toda a responsabilidade dos meus atos quando falei com o Senador Pedro Simon.

Segundo aspecto desta questão de ordem... Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a, porque muitos aqui pedem questão de ordem dez vezes, mas eu, dificilmente, peço.

Eu queria, a exemplo do que outras pessoas fizeram, encaminhar à Mesa um voto de aplauso ao querido, sempre, Oscar Ribeiro de Almeida Niemeyer Soares, que completa amanhã 100 anos. E aqui faço toda uma justificativa, que não preciso ler, porque toda a Casa sabe. Ontem, inclusive, o Presidente Sarney fez um belíssimo pronunciamento. Eu estava no exercício da Presidência, nessa cadeira, e pedi que o seu pronunciamento fosse uma homenagem de todo o Senado ao grande Niemeyer.

Agora, faço uma homenagem a V. Ex^a, se me permitir. V. Ex^a hoje é o nosso coordenador, Presidente da Comissão Parlamentar do Mercosul. E também hoje, o Senador Sérgio Zambiasi, ex-Presidente, a quem rendo também as minhas homenagens, lembrou que estamos completando hoje, 14 de dezembro de 2007, um ano de Mercosul. E V. Ex^a, com muita competência, está presidindo aquela importante Comissão.

Então, aqui faço um relato da importância do Mercosul e registro aqui uma homenagem a todos que contribuíram para que o Mercosul chegasse nesse um ano e V. Ex^a foi fundamental nesse processo.

Vou continuar a minha questão de ordem, Sr. Presidente. Como saiu uma matéria num jornal, entendendo que devo fazer este esclarecimento, se V. Ex^a me permitir.

Aprendi muito neste Parlamento, aprendi muito mesmo durante todos os anos em que aqui estive. Aprendi, com certeza absoluta, no convívio que tive na Constituinte com homens inesquecíveis como Ulysses Guimarães e Mário Covas. Reconheço que aprendi também com um ex-Presidente e um Presidente: Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. Todos esses são homens que, da sua forma, marcaram a História do nosso País.

E pude observar muitos dos seus ensinamentos, alguns eram até percebidos pela sua forma de falar, pela forma de olhar e pela forma muito competente de fazer, na tribuna, a defesa das suas teses. Lembro-me, aqui, de Jarbas Passarinho, com quem convivemos na Constituinte.

Sr. Presidente, anos depois compreendi que todo homem público tem que ter a capacidade de enten-

der o seu tempo e o seu contexto histórico e, assim, extrair suas opiniões lá do fundo da alma, lá do fundo do coração, como sei que V. Ex^a fez, Senador Geraldo Mesquita Júnior, quando tomou a sua decisão. A sua consciência tem que estar em paz.

Por isso, Sr. Presidente, digo que não tive nenhum problema em ter votado, na minha visão, pela manutenção da CPMF. Desde que ela foi criada, tivemos quatro votações para decidir se ela continuaria ou não. Votei uma vez contra e as outras três a favor, se não me engano, duas na época do Governo Fernando Henrique, porque entendi, sob a minha ótica, o quanto que ela era importante para o social e, inclusive, para o combate à sonegação, fato sobre o qual não há nenhuma discordância entre nós, tanto que me lembro da própria Relatora dizer que se fosse 0,0001% teríamos chegado ao entendimento.

Já adianto a todos que se a proposta voltar ao debate no bojo da reforma tributária, como colocou muito bem aqui o Senador Pedro Simon, que garanta 100% da CPMF para a saúde, redução gradual da alíquota e isenção para quem ganha até R\$2,8 mil, desvinculação da DRU nas receitas para a educação e a reforma tributária – e assino embaixo do debate que houve – que pode começar amanhã e terminar em 2008 – endosso mais, Senador Geraldo Mesquita Júnior, numa homenagem a V. Ex^a, inclusive com plebiscito –, não tenho nenhuma dúvida de que votaria a favor, e porque conheço esta Casa, digo que se for nesses moldes, no bojo da reforma tributária, teremos aqui, com certeza, mais de 60 votos a favor da reforma tributária. E não quero que digam que estou falando, sob uma visão do futuro, em nome dos 81 Senadores.

Para finalizar, Sr. Presidente, cito uma frase do teatrólogo francês Marcel. Ele disse o seguinte, e isto serve, com certeza, para todos nós: “Um homem que nunca muda de opinião, em vez de demonstrar a qualidade de sua opinião, demonstra a pouca qualidade de sua mente”. Todos nós podemos mudar de opinião no andar dos anos e com muita consciência; isso não é demérito nem para quem votou contra a CPMF nem para quem votou a favor.

Era esse o esclarecimento, Senador Geraldo Mesquita Júnior. Explico, porque vou mandar essa cópia para um jornalista, meu amigo do Rio Grande do Sul, que, mesmo quando ele quer me elogiar, ele faz três elogios, mas dá uma alfinetada. Mas rendo uma homenagem a eles, por quê? Porque V. Ex^a, no seu Estado, Senador Geraldo Mesquita Júnior, é só alfinetada em 90% dos casos.

Obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, um dos grandes avanços que conquistamos na Administração Pública com a Constituição de 1988 foi, sem dúvida alguma, o advento do inciso II do artigo 37 da Carta Magna, que determina:

...a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

A instituição da obrigatoriedade de aprovação em concurso público para ocupar cargo ou emprego público representou, assim, um passo importantíssimo no sentido de nos constituirmos em uma democracia na qual o mérito, e não o compadrio ou os favorecimentos de qualquer espécie, fosse a base formadora do corpo de servidores do Estado brasileiro.

Ora, Sr^{as} e Srs. Senadores, é evidente que o sucesso desse modelo depende, de forma primordial, da idoneidade e da lisura dos processos seletivos para os cargos e empregos públicos.

Um ambiente livre de fraudes e irregularidades é fundamental para que a profissionalização que se pretendeu com a nova regra chegue a bom termo e renove, efetivamente, a administração pública do País.

Infelizmente, porém, a atração exercida sobre a população pelos cargos públicos, motivada por vantagens como a estabilidade e uma aposentadoria confortável, só pode ser comparada à atração que esse universo exerce sobre os fraudadores de concursos, que formam quadrilhas organizadíssimas, com ramificações em vários Estados e com membros infiltrados nas instituições que elaboram as provas, nos cursinhos preparatórios e até nas forças policiais.

A “Operação Galileu”, por exemplo, realizada pela Polícia Civil do Distrito Federal em 2005, prendeu 81 pessoas, entre elas policiais, suspeitas de fraudar dez concursos públicos em diversas unidades da Federação.

Dos 14 servidores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal presos pela Polícia Civil, pelo menos seis confessaram o pagamento de até 40 mil reais para receberem, três dias

antes da prova, o gabarito do concurso e o tema da redação.

Mais recentemente, neste ano, tivemos o caso do concurso da Câmara dos Deputados, em que se verificaram irregularidades na correção das provas discursivas para o cargo de analista legislativo.

Em setembro, a Câmara Municipal de São Paulo anulou um concurso com mais de 110 mil inscritos, para contratar 197 pessoas, por suspeita de quebra de sigilo do conteúdo das provas.

E, nos últimos dias, os jornais noticiaram, quase que simultaneamente, a suspensão de três concursos por suspeita de fraude: o Exame da Ordem, realizado pela OAB de São Paulo, cujo cancelamento, inédito na história da instituição, prejudicou o início da carreira profissional de 25 mil inscritos; o concurso de agente da Polícia Rodoviária Federal, com 122 mil inscritos em todo o País, adiado para março de 2008 por suspeita de quebra de sigilo do gabarito da prova; e, por fim, o concurso do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, com 78 mil inscritos disputando 137 vagas de técnico e analista, cancelado porque o gabarito da prova estava, supostamente, no mesmo cofre em que estava o gabarito para a prova da PRF (Polícia Rodoviária Federal).

Sr^{as} e Srs. Senadores, quero também salientar a indignação dos milhares de brasileiros que gastam fortunas na preparação para concursos públicos, como cursinhos preparatórios, compra de livros, apostilas e muitas vezes esses candidatos se deslocam milhares de quilômetros para prestar o concurso. E depois de tudo isso, os aprovados não são se quer chamados para tomar posse.

Isso, Sr. Presidente, não é sério. Os editais dos concursos publicam determinada quantidade de vagas e posteriormente não as preenchem no período de validade dos concursos, abrindo novo processo seletivo para o mesmo cargo, sem convocar os aprovados no concurso anterior.

Os candidatos, Sr. Presidente, em razão das vagas oferecidas no edital, muitas vezes largam até os seus atuais empregos para se dedicarem ao concurso público, e, após serem aprovados, não possuem a garantia de serem nomeados para ocupar a vaga disponível.

Caso semelhante está ocorrendo aqui no Distrito Federal, podemos exemplificar o concurso público para agente penitenciário de 2004, que disponibilizava aproximadamente 60 vagas, e que até o presente momento não foram convocados os aprovados no certame. Essa postura do poder público deve ser revisto.

Em razão de situações como essas, apresentei em 2004 uma emenda à Constituição (PEC 48/2004) que obriga o poder público a nomear todos os candidatos aprovados dentro do número de vagas fixados em edital.

Com isso, Sr^{as} e Srs. Senadores, combatemos também o leque de possibilidades de fraude nos concursos públicos.

Sr. Presidente, esses são apenas os casos que, de alguma forma, chegaram ao conhecimento público. Não é difícil imaginar que eles representem apenas a ponta visível do iceberg. Abaixo da superfície, é possível, é até mesmo provável que esquemas semelhantes ao desbaratado pela Polícia Civil do DF em 2005 estejam funcionando a pleno vapor.

Diante desses fatos e dessas reflexões, Senhoras e Senhores Senadores, acredito que chegou o momento de o Brasil dar um “basta” a essa situação.

O flagelo da fraude nos concursos vem se tornando uma ameaça cada vez mais nociva a uma conquista democrática que valoriza o mérito, a competência e o profissionalismo e que, paulatinamente, vem aprimorando o serviço público brasileiro.

O que proponho, portanto, ao Palácio do Planalto e aos Ministérios e Órgãos Públicos competentes, Senhor Presidente, é a criação de um órgão federal incumbido de fiscalizar, da primeira à última etapa, todos os concursos públicos realizados neste país.

Proponho que se crie uma entidade que acompanhe o funcionamento das instituições que elaboram as provas, pois o cuidado pelo sigilo das questões tem sido contestado em várias ocasiões; que fiscalize o processo de correção das provas e os critérios utilizados nessa etapa; que investigue a composição das listas de aprovados, que muitas vezes oferecem os primeiros indícios de que aquele concurso específico foi vítima de irregularidades; enfim, proponho que se crie um organismo que acompanhe de perto todas as etapas dos concursos públicos realizados no País, com vistas a coibir a atuação das quadrilhas que se aproveitam, justamente, da falta de fiscalização rigorosa em muitas das fases do processo seletivo.

Como as leis que determinam a criação de órgãos da administração pública, de acordo com o artigo 61 da Constituição Federal, são de iniciativa privativa do Presidente da República, apelo para a sensibilidade do Presidente Lula para analisar com carinho essa questão.

Sei que este Governo tem a preocupação de zelar pela lisura do processo seletivo para os cargos e empregos públicos e é nes-

te sentido que faço este apelo pois, além de ser um dever do Estado brasileiro, é condição fundamental para que tenhamos um serviço público de qualidade e à altura do Brasil que desejamos construir.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, durante a Assembleia Nacional Constituinte de 1988, eu tive o privilégio de estar ao lado de Ulisses Guimarães, Mário Covas, Jarbas Passarinho, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, entre tantos outros homens públicos que marcaram a história do nosso País.

Pude absorver muitos de seus ensinamentos, alguns até eram percebidos nos seus gestos e olhares. Creio que eles foram os grandes articuladores daqueles memoráveis dias.

Anos depois eu compreendi que todo homem público tem que ter a capacidade de entender o seu tempo e o seu contexto histórico, e assim extrair suas opiniões do fundo da alma.

A sua consciência tem que estar em paz. Por isso eu digo, senhor presidente, que não tive nenhum problema em ter votado pela manutenção da CPMF.

Desde que ela foi criada tivemos quatro votações para decidir se ela continuaria ou não. Votei uma vez contra e, as outras três a favor, porque entendi o quanto ela é importante para a área social e para o combate a sonegação.

Já adianto a todos que se a proposta do governo que prevê repasse de 100% da CPMF para a saúde, redução gradual da alíquota, isenção para quem ganha até dois mil e oitocentos reais,...

...desvinculação da DRU nas receitas para a educação, e a reforma tributária em 2008, for votada novamente, ela passará com o meu voto e, com certeza, com os votos de mais de 60 senadores.

Para finalizar, Sr. Presidente, cito uma frase do teatrólogo Frances Marcel Achard, que diz:

“Um homem que nunca muda de opinião, em vez de demonstrar a qualidade da sua opinião demonstra a pouca qualidade da sua mente”.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRO-NUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

REQUERIMENTO Nº 1454 , DE 2007

Nos termos do Art. 222 do Regimento Interno da Casa, **REQUEIRO** voto de aplauso ao Professor Dr. Marcos Ávila pelo título de Doutor *Honoris Causa* a ele outorgado, a ser entregue no dia de hoje, no Salão Nobre do Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná – UFPR.

JUSTIFICAÇÃO

O escritor Jorge Amado descobriu a excelência oftalmológica da capital goiana já no final da vida, quando estava em Paris. Vítima de cegueira parcial, ele precisou fazer um exame comum a tecnologia que a França ainda não dominava plenamente.

O médico lhe receitou então uma visita ao Centro Brasileiro de Cirurgia de Olhos (CBCO), na capital goiana. Ali se tratam notáveis como o senador e ex-presidente José Sarney e o arquiteto Oscar Niemeyer – Que por medo de avião percorre de carro o trajeto de 1,4 mil quilômetros entre o Rio de Janeiro e Goiânia –, além de milhares de pacientes anônimos de todo o Brasil e do exterior.

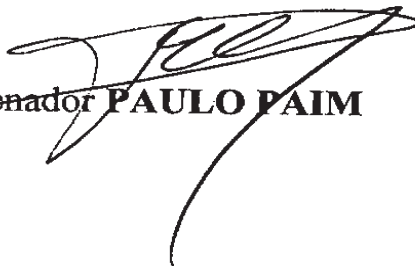
Às segundas-feiras, dia de maior movimento na clínica, são atendidas em média 300 pessoas. “Cerca de 60% dos nossos pacientes são de fora de Goiânia”, diz o oftalmologista Marcos Ávila, um mineiro de Uberlândia que há 11 anos escolheu Goiânia para fundar o CBCO,

seguindo a tendência de interiorização da medicina de qualidade iniciada nos Estados Unidos na década de 80.

Marcos Ávila, ensinou por cinco anos na Retina Foundation e Harvard University, em Boston (EUA), publicou 42 artigos científicos no exterior e 32 no Brasil. É membro de 13 sociedades médicas internacionais e 15 nacionais, foi presidente do Conselho Brasileiro de Oftalmologia (1999/2001).

É o fundador do CBV (Centro Brasileiro da Visão), e principal investigador de sete estudos internacionais em oftalmologia. Orientador de teses de mestrado e doutorado das universidades federais de Goiás (UFG), do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Universidade de Brasília (UnB). Presidiu, em setembro, o XXXIV Congresso Brasileiro de Oftalmologia em Brasília (DF).

Sala das Sessões,



Senador PAULO PAIM

Paim diz que CPMF pode ser aprovada em março

O senador Paulo Paim conversou hoje pela manhã com alguns senadores da oposição que garantiram a ele que a proposta apresentada pelo governo para a aprovação da CPMF "era irrecusável". Segundo Paim, eles disseram ainda que a carta do presidente Lula "infelizmente chegou tarde" o que teria dificultado a adesão da oposição. Para o senador petista, a proposta pode ser aprovada em março de 2008, por acordo e rompendo os interstícios. "Creio que essa possibilidade existe. Ela é real e já estou trabalhando", completou.

A proposta do governo foi defendida por Paim na tribuna e prevê repasse de 100% da CPMF para a saúde, redução gradual da alíquota, isenção para quem ganha até dois mil e oitocentos reais, desvinculação da DRU nas receitas para a educação, e reforma tributária em 2008.

Ciarrone, Senr Borges,
Paes, Tora geroso
Paes

Yoi me tempo, No me
Turno, ~~Albuquerque~~
Ginaldo Mesquita,
Espedito Junior

REQUERIMENTO Nº , DE 2007

Senhor Presidente,

Nos termos do Art. 222 do Regimento Interno da Casa, **REQUEIRO** voto de louvor ao Parlamento do Mercosul, completando 1 anos da sua Sessão Inaugural ocorrida no dia 14 de dezembro de 2006.

JUSTIFICAÇÃO

Hoje, 14 de dezembro, se completa 1 ano da "Sessão Inaugural" do Parlamento do Mercosul, esse feito foi o marco da Cúpula Social do Mercosul.

O parlamento é uma Comissão de Transição, com membros das Comissões Parlamentares Conjuntas nacionais realizam o processo de instalação técnica e material do Parlamento do Mercosul. A Comissão iniciou seus trabalhos imediatamente após a "Sessão Inaugural" conduzindo os trabalhos até o pleno funcionamento do Parlamento, no primeiro semestre de 2007.

A decisão atende orientação do "Programa de Trabalho Mercosul 2004-2006", adotado pelo Conselho do Mercado Comum com o objetivo de criar uma consciência de cidadania do Mercosul, e da Decisão nº 49/04, também do Conselho do Mercado Comum, assinala uma das mais importantes estratégicas decisões da história política recente da América do Sul.

Em razão da belíssima iniciativa pela instalação deste parlamento, referindo-se as questões do Mercosul e avivando os princípios fundamentais da Constituição Federal, especificamente a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

Fazemos votos para que este parlamento, como está acontecendo, alcance ainda mais os objetivos propostos com o apoio do Senado Federal.

Por essas razões estou muito feliz em apresentar este requerimento de voto de aplauso ao Parlamento do Mercosul.

Sala das Sessões,

Senador **PAULO PAIM**

REQUERIMENTO Nº , DE 2007

Nos termos do Art. 222 do Regimento Interno da Casa, **REQUEIRO** voto de aplauso ao arquiteto **Oscar Ribeiro de Almeida de Niemeyer Soares** pela comemoração do seu centésimo aniversário a ser celebrado no dia 15 de dezembro de 2007.

JUSTIFICAÇÃO

Nascido na então capital do Brasil numa rua que mais tarde receberia o nome de seu avô Ribeiro de Almeida, ministro do Supremo Tribunal Federal, passou sua juventude como um jovem carioca típico da época: boêmio, sem a menor preocupação com os rumos de sua vida. Concluiu o ensino secundário aos 21 anos, mesma idade com que casa com Annita Baldo, filha de imigrantes Italianos da província de Pádua, com quem teve somente uma filha, Anna Maria Niemeyer. Niemeyer tem cinco netos, treze bisnetos e quatro trinetos.

Após o casamento sente o peso da responsabilidade que havia assumido para si e decide trabalhar e continuar seus estudos. Começa a trabalhar na oficina tipográfica do pai e entra para a Escola Nacional de Belas Artes, de onde sai formado como engenheiro arquiteto em 1934. Na época passava por dificuldades financeiras, mas mesmo assim decidiu trabalhar sem remuneração no escritório de Lucio Costa e Carlos Leão. Ele

se sentia insatisfeito com a arquitetura que via na rua e acreditava poder encontrar respostas a suas dúvidas de estudante com eles.

Em 1945, já um arquiteto com algum nome, filia-se ao PCB. Sempre foi um forte defensor de sua posição como stalinista. Durante alguns anos da ditadura militar do Brasil auto-exilou-se na França. Um ministro da Aeronáutica da época diria que "lugar de arquiteto comunista é em Moscou". Visitou a União Soviética, teve encontros com diversos líderes socialistas e foi amigo pessoal de alguns deles. Fidel Castro teria dito a respeito dele: "Niemeyer e eu somos os últimos comunistas deste planeta".

Niemeyer abre um concurso para o projeto urbanístico de Brasília, a nova capital e o vencedor é o projeto de seu antigo patrão e grande amigo, Lucio Costa. Niemeyer ficaria com os projetos dos prédios e Lucio Costa com o plano da cidade.

Em poucos meses, Niemeyer projeta dezenas de edifícios residenciais, comerciais e administrativos. Entre eles a residência do Presidente (Palácio da Alvorada), o Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado Federal), a Catedral de Brasília, os prédios dos ministérios, a sede do governo (Palácio do Planalto) além de prédios residências e comerciais. A própria forma da cidade, em forma de avião, dá elementos que se repetem em todos os prédios, dando-lhes uma unidade formal. A catedral é especialmente bela, com diversos simbolismos modernos. A sua entrada se dá pelo subsolo, um corredor mal-iluminado que contrasta com um saguão com iluminação natural forte que deixa transparecer o céu único de Brasília.

Por trás da construção de Brasília, uma campanha monumental para construir uma cidade inteira a partir do nada, no centro árido do país,

estava a intenção de Kubitschek de alavancar a indústria do país, integrar suas áreas distantes, povoar regiões inóspitas e levar o progresso para onde havia somente vaqueiros (diversos historiadores comparam a construção de Brasília com a marcha do oeste norte-americana). Niemeyer e Lucio Costa aproveitaram para pôr em prática os conceitos modernistas de cidade: ruas sem trânsito (Niemeyer diria que é um desrespeito ao ser humano que ele tome mais de 20 minutos no transporte de uma região a outra), prédios erguidos por pilotis (apoiados em colunas e permitindo o espaço em baixo livre), integração com a natureza. Uma ideologia socialista também se ensaiou: em Brasília todos os apartamentos deveriam ser do governo que os cedia para seus funcionários, não havia regiões mais nobres, ministros e operários dividiriam o mesmo prédio. Brasília deveria ser uma cidade contida em si, não se expandir além dos projetos originais, previa-se que assim que ficasse cheia, outras em moldes parecidos seriam construídas em diversas regiões.

Brasília é projetada, construída e inaugurada no intervalo de tempo de um mandato presidencial, 4 anos. Após sua construção, Niemeyer é nomeado coordenador da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Brasília. Em 1963 é nomeado membro honorário do Instituto Americano de Arquitetos dos Estados Unidos, no mesmo ano em que ganha um prêmio soviético de paz, o Prêmio Lênin da Paz.

Em 1964 viaja para Israel a trabalho e volta para um Brasil completamente diferente. Em março o presidente João Goulart, (Jango), que assumira após o presidente eleito Jânio Quadros renunciar, havia sido deposto por um golpe dos militares. Os militares assumem o controle do país que se torna uma ditadura.

O projeto urbano de Lucio Costa utiliza alguns preceitos do urbanismo *modernista* principalmente a hierarquia viária preconizada por Le Corbusier em *Sur les Quatre Routes* e a disposição dos prédios em blocos afastados, dispostos sobre grandes áreas verdes, de seus projetos da década de 20. O plano também é bastante semelhante aos estudos de Hilberseimer. A escala monumental e alguns elementos compositivos utilizados no projeto de Le Corbusier para Chandigarh também podem ser identificados na capital brasileira.

A construção de Brasília suscitou grandes discussões internacionais desde sua construção. Mesmo antes do projeto, os preceitos do urbanismo modernista já estavam sendo criticados por sua grande dependencia no automóvel (em detrimento do pedestre), sua monumentalidade, e sua falta de uma escala próxima do homem. Hoje, apenas uma pequena parte da população total vive na área planejada. O crescimento da cidade não foi previsto e a instalação da nova população se deu de forma *espontânea* nas cidades satélites.

Foi inaugurado no dia 15 de dezembro de 2006 o Complexo Cultural da República João Herculino, o maior centro destinado à cultura no Brasil. O Complexo, de 91,8 mil metros quadrados teve um gasto de R\$ 110 milhões do Governo do Distrito Federal, conta com o Museu Nacional Honestino Guimarães e a Biblioteca Nacional Leonel de Moura Brizola

Sala das Sessões,

Senador **PAULO PAIM**

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Pois não, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, hoje não é meu dia com o Rio Grande do Sul: levo pancadas do Simon e, agora, novamente, sou vítima indireta do desentendimento do Paim com o jornalista gaúcho. Mas ele sabe muito o porquê e a intenção do meu pronunciamento. É tanto que comecei repetindo – e lamentei que o Mão Santa naquele momento estivesse ausente – uma frase que o Petrônio usava muito: “Só não muda quem não se dá o direito de pensar”.

Mas eu queria fazer uma correção, Senador Paulo Paim: o Senador Romero Jucá, em nenhum momento, defendeu a prorrogação; a prorrogação foi defendida por Senadores do seu partido. Quando os Senadores do seu partido estavam defendendo a prorrogação, por doze horas ou por qualquer coisa, Romero gritava: “Vamos fazer agora”.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É verdade.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Só isso que V. Ex^a agora disse. Não foi o Senador Romero Jucá; foram os companheiros do seu partido que tiveram uma conversa e, depois, fizeram o apelo ao Simon. Quero apenas deixar isso claro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – O Senador Romero Jucá quis votar, disse para nós que era orientação do Planalto. Nós não queríamos votar.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – V. Ex^a falou no Líder Romero Jucá e quero, por justiça, porque está ausente, fazer esse reparo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Para que não fique dúvida e para ajudar...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Exatamente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – O Senador Romero Jucá quis votar...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Exato.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Nós é que não queríamos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Exatamente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – O Senador Romero Jucá disse o seguinte: a orientação é votar. Tentei fazer uma rebelião na bancada, mas não consegui...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – É verdade.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ... e se mantiveram.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – É verdade. O episódio que estou contando aqui, a que assisti, que me fez ir, talvez até erradamente, em defesa do Senador Pedro Simon, foi quando vi a maneira como se estava envolvendo o Senador Pedro Simon numa questão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Puxando para retirar.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Que não era para discutir CPMF, mas para discussões que iriam descambar para outros rumos que não seriam bons nem para o Senado nem para o Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Mas V. Ex^a tem certeza de que a minha posição era para defender aqueles quatro pontos?

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Claro, entendi, tanto é que a minha preocupação foi com ele, quando foi escolhido para ser o mensageiro da prorrogação, quando cabia a qualquer líder da base. Mas foram buscar uma fera ferida, que, durante o dia, apanhara demais do partido que, naquele momento, o afagava.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Senador Heráclito Fortes, Senador Paulo Paim, tudo esclarecido? Peço a gentileza de V. Ex^{as}, se permitirem, que o Senador Mão Santa use a palavra pela ordem para que possamos encerrar nossa sessão de sexta-feira.

Com a palavra o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Geraldo Mesquita Júnior, recebi um convite honroso da Ordem dos Parlamentares do Brasil, instituição criada por Ulysses Guimarães, em 1976.

Ele diz:

“Ilustre Senador, a Ordem dos Parlamentares do Brasil, pelo seu Presidente Nacional, tem a honra de levar ao conhecimento de V. S^a que, em reconhecimento aos excelentes serviços prestados como representante de nosso povo, evidenciou o seu nome no canteiro da obra da construção da Nação e, como médico, vem conduzindo o seu mandato de forma digna e elegante, fazendo-se merecedor da admiração pública, motivos pelos quais o Supremo Conselho Federal de Honrarias e Mérito teve o seu prestigioso nome escolhido para ser agraciado com o Prêmio Destaque Político de 2007 Doutor Ulysses Guimarães, idealizador e fundador da OPB e patrono do Estado Democrático do Brasil.”

Esse prêmio é significativo, porque Ulysses Guimarães representa muito para nós. V. Ex^a, cujo pai foi político, talvez tenha convivido mais com ele. Emocionam-me três ensinamentos de Ulysses Guimarães que quero repetir aqui para fazer jus a este troféu que vou receber.

Um deles é referente às oposições. Temos de ter noção da exatidão e da grandeza de uma oposição. Governo, desde a pedra lascada, já existia. A oposição foi um aperfeiçoamento da democracia. Está ali Rui Barbosa, que se engrandeceu na oposição. Joaquim Nabuco também. A oposição escreveu conosco e com coragem uma das páginas mais belas quando tivemos coragem de enterrar a CPMF.

Ulysses Guimarães, como líder das oposições, deu três ensinamentos. O Senador Paulo Paim e todos nós nos lembramos. Numa época mais difícil de ser oposição, colocaram os “cachorros” em cima na Bahia, a polícia, o Exército. Ele era o anticandidato e, com autoridade, disse: “Respeitem o Líder das Oposições do Brasil.”

Atentai bem.

Outro ensinamento, o nº 2, ele, que está encantado no fundo do mar: “Ouça a voz rouca das ruas.” É isso que hoje podemos dizer. O Senado do Brasil e o povo do Brasil vão garantir uma democracia melhor.

E o terceiro item de que me lembro. V. Ex^a, S. Presidente, hoje demonstrou com bravura: enfrentou esse que se diz que é o quarto poder e que, às vezes, fica até como primeiro poder que é a imprensa, que está ali fustigando e tudo, e V. Ex^a tem demonstrado coragem em enfrentar todas essas forças que querem destruí-lo. Ele disse: “Faltando a coragem, morrem todas as virtudes.”

Eram essas as nossas palavras e que V. Ex^a continue com a coragem que tem demonstrado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 23 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Bloco-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
Maioria-PMDB - Edison Lobão*
PTB - Eptácio Cafeteira**

Pará

PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Minoria-DEM - Marco Maciel*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Jonas Pinheiro*
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
PDT - Patrícia Saboya*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Maioria-PMDB - José Maranhão*
Minoria-DEM - Efraim Morais*
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Maioria-PMDB - Mão Santa*
Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Minoria-DEM - José Agripino*
Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PRB - Euclydes Mello** (S)

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antônio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Amazonas

PDT - Jefferson Peres*
Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Sibá Machado* (S)
Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Rondônia

Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PT - Fátima Cleide*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Roraima

Maioria-PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PT - Augusto Botelho*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e vinte dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais – ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até o ano de 2006.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.3.2007)

Titulares	Suplentes
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA ⁽¹⁾ (DEM/PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1.César Borges (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Marconi Perillo (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PCdoB/PRB/PP)	
Flávio Arns (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	
PMDB	
Valdir Raupp	1. Valter Pereira
Wellington Salgado de Oliveira	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha	
PDT	
Jefferson Peres	

(1) De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.

Leitura: 15.3.2007
Designação: 5.6.2007
Instalação:
Prazo Final:

2) Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de 13 Senadores titulares e 8 suplentes, para, no prazo de cento e oitenta dias, apurar as causas, condições e responsabilidades relacionadas aos graves problemas verificados no sistema de controle do tráfego aéreo, bem como nos principais aeroportos do país, evidenciados a partir do acidente aéreo, ocorrido em 29 de setembro de 2006, envolvendo um Boeing 737-800 da Gol e um jato Legacy da American ExcelAire, e que tiveram seu ápice no movimento de paralisação dos controladores de voo ocorrido em 30 de março de 2007.

(Requerimento nº 401, de 2007)

(13 titulares e 8 suplentes)

Presidente: Senador Tião Viana – (PT-AC)

Vice-Presidente: Senador Renato Casagrande – (PSB-ES)

Relator: Senador Demóstenes Torres – (DEM-GO)

Titulares	Suplentes
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM/PSDB)	
(vago) ³	1.Raimundo Colombo (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	2.Romeu Tuma (DEM)
José Agripino (DEM)	
Mário Couto (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PCdoB/PRB/PP)	
Tião Viana (PT)	1. Ideli Salvatti (PT)
Sibá Machado (PT)	2. João Pedro (PT) ²
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Inácio Arruda (PCdoB)
Renato Casagrande (PSB)	
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Valdir Raupp
Wellington Salgado	
PDT	
(vago) ¹	

¹ O Senador Osmar Dias deixa de compor esta Comissão, a partir de 29.05.2007 (Ofício nº 70/07 – GLPDT).

² O Senador Expedito Júnior foi substituído pelo Senador João Pedro, conforme número 114/2007 – da liderança do Bloco de Apoio do Governo, lido na sessão de 16/05/2007.

³ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Leitura: 25.4.2007

Designação: 15.5.2007

Instalação: 17.5.2007

Prazo Final: 26.11.2007

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Temporária Externa, composta de três Senadores, com o intuito de avaliar as condições da pista do aeroporto de Congonhas.

(Requerimento nº 50, de 2007, aprovado em 13.2.2007)

Aloizio Mercadante – PT
Eduardo Suplicy – PT
Romeu Tuma – DEM

Leitura: 8.2.2007

Designação: 13.2.2007

Instalação:

Prazo Final:

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Aloizio Mercadante – PT
Vice-Presidente: Senador Eliseu Rezende - DEM

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns – PT
Francisco Dornelles – PP	2. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	3. Ideli Salvatti – PT
Aloizio Mercadante – PT	4. Sibá Machado – PT
Fernando Collor – PTB	5. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande – PSB	6. Inácio Arruda – PC do B
Expedito Júnior – PR	7. Patrícia Saboya – PSB
Serys Slhessarenko – PT	8. Antonio Carlos Valadares – PSB
João Vicente Claudino – PTB	9. João Ribeiro – PR
PMDB	
Romero Jucá	1. Valter Pereira
Valdir Raupp	2. Roseana Sarney
Pedro Simon	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Leomar Quintanilha
Gilvam Borges	5. (vago)
Neuto De Conto	6. Paulo Duque
Garibaldi Alves Filho	7. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana - DEM	1. Jonas Pinheiro - DEM
Edison Lobão - DEM	2. (vago) ¹
Eliseu Resende - DEM	3. Demóstenes Torres - DEM
Jayme Campos - DEM	4. Rosalba Ciarlini - DEM
Kátia Abreu - DEM	5. Marco Maciel - DEM
Raimundo Colombo - DEM	6. Romeu Tuma - DEM
Cícero Lucena – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Eduardo Azeredo – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Marconi Perillo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	10. João Tenório – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

¹ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – ASSUNTOS MUNICIPAIS
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Cícero Lucena - PSDB
Vice-Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Antonio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Expedito Júnior – PR	3. João Vicente Claudino – PTB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Mão Santa
Garibaldi Alves Filho	2. Renato Casagrande – PSB ⁽¹⁾
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jayme Campos - DEM	1. Jonas Pinheiro - DEM
Raimundo Colombo - DEM	2. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
(PMDB, PSDB, PDT) ⁽²⁾	
Cícero Lucena - PSDB	1. vago

⁽¹⁾ Vaga do PMDB cedida ao PSB

⁽²⁾ Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – PREVIDÊNCIA SOCIAL
(7 titulares e 7 suplentes)

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REFORMA TRIBUTÁRIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senador Neuto De Conto – PMDB
Relator: Senador Francisco Dornelles - PP

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Renato Casagrande – PSB
Francisco Dornelles – PP	2. Ideli Salvatti – PT
PMDB	
Mão Santa	1. vago
Neuto De Conto	2. vago
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Raimundo Colombo - DEM	1. João Tenório – PSDB ⁽²⁾
Osmar Dias – PDT ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena – PSDB ⁽²⁾
Tasso Jereissati – PSDB	1. Flexa Ribeiro – PSDB

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT

⁽²⁾ Vaga cedida ao PSDB

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Delcídio Amaral – PT	1. Francisco Dornelles – PP
Inácio Arruda – PC do B	2. Renato Casagrande – PSB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	2. Valter Pereira
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Kátia Abreu - DEM	1. José Agripino - DEM
Eliseu Resende - DEM	2. Romeu Tuma - DEM
Sérgio Guerra – PSDB	1. Tasso Jereissati – PSDB

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senadora Patrícia Saboya - PSB
Vice-Presidente: Senadora Rosalba Ciarlini – DEM

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Patrícia Saboya – PSB	1. Fátima Cleide – PT
Flávio Arns – PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Augusto Botelho – PT	3. Expedito Júnior – PR
Paulo Paim – PT	4. Fernando Collor – PTB
Marcelo Crivella – PRB	5. Antonio Carlos Valadares – PSB
Inácio Arruda – PC do B	6. Ideli Salvatti – PT
João Pedro – PT	7. Magno Malta – PR
	8. (vago)
PMDB	
Romero Jucá	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Valter Pereira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Neuto De Conto
Wellington Salgado de Oliveira	5. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Jayme Campos – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Kátia Abreu – DEM	3. Raimundo Colombo – DEM
Rosalba Ciarlini – DEM	4. Romeu Tuma – DEM
Eduardo Azeredo – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
Papaléo Paes – PSDB	7. Marisa Serrano – PSDB
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque
PSOL	
José Nery	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. Flávio Arns – PT
Marcelo Crivella - PRB	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Jayme Campos– DEM	2. Kátia Abreu - DEM

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Fátima Cleide - PT
Paulo Paim - PT	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Papaléo Paes – PSDB
Rosalba Ciarlini – DEM	2. Marisa Serrano - PSDB

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO,
ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE.**

(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. (vago)
DEM ou PDT	
João Durval - PDT	1. Adelmir Santana - DEM
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Papaléo Paes – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Rosalba Ciarlini – DEM	2. Kátia Abreu - DEM

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: (vago) ¹
Vice-Presidente: Senador Valter Pereira - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Paulo Paim - PT
Sibá Machado – PT	2. Ideli Salvatti - PT
Eduardo Suplicy – PT	3. Patrícia Saboya - PSB
Aloizio Mercadante – PT	4. Inácio Arruda – PC do B
Epitácio Cafeteira - PTB	5. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	6. Magno Malta - PR
Antonio Carlos Valadares - PSB	
PMDB	
Pedro Simon	1. Roseana Sarney
Valdir Raupp	2. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	3. Leomar Quintanilha
Jarbas Vasconcelos	4. Paulo Duque
Valter Pereira	5. José Maranhão
Gilvam Borges	6. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana – DEM	1. Eliseu Resende – DEM
(vago) ¹	2. Jayme Campos – DEM
Demóstenes Torres – DEM	3. José Agripino – DEM
Edison Lobão – DEM	4. Kátia Abreu – DEM
Romeu Tuma – DEM	5. Maria do Carmo Alves – DEM
Arthur Virgílio - PSDB	6. Flexa Ribeiro - PSDB
Eduardo Azeredo - PSDB	7. João Tenório - PSDB
Lúcia Vânia - PSDB	8. Marconi Perillo - PSDB
Tasso Jereissati - PSDB	9. Mário Couto - PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

¹ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO – IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES
(5 titulares)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Gilvam Borges – PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Patrícia Saboya - PSB
Augusto Botelho - PT	2. João Pedro - PT
Fátima Cleide - PT	3. Aloizio Mercadante - PT
Paulo Paim - PT	4. Antonio Carlos Valadares - PSB
Ideli Salvatti - PT	5. Francisco Dornelles - PP
Inácio Arruda – PC do B	6. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande - PSB	7. João Vicente Claudino – PTB
Sérgio Zambiasi - PTB	8. Magno Malta – PR
João Ribeiro - PR	9. (vago)
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Leomar Quintanilha
Mão Santa	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Valter Pereira
Paulo Duque	5. Jarbas Vasconcelos
Geraldo Mesquita Júnior	6. (vago)
(vago)	7. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Edison Lobão - DEM	1. Adelmir Santana - DEM
Heráclito Fortes - DEM	2. Demóstenes Torres - DEM
Maria do Carmo Alves - DEM	3. Jonas Pinheiro - DEM
Marco Maciel - DEM	4. José Agripino - DEM
Raimundo Colombo - DEM	5. Kátia Abreu - DEM
Rosalba Ciarlini - DEM	6. Romeu Tuma - DEM
Marconi Perillo - PSDB	7. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano - PSDB	8. Eduardo Azeredo - PSDB
Papaléo Paes - PSDB	9. (vago) ¹
Flexa Ribeiro- PSDB	10. Lúcia Vânia - PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

¹ Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Presidente: Senador Demóstenes Torres - DEM
Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano - PSDB

(12 titulares e 12 suplentes)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. (vago)
Flávio Arns - PT	2. (vago)
Sérgio Zambiasi - PTB	3. Magno Malta - PR
PMDB	
Geraldo Mesquita Júnior	1. Valdir Raupp
Valter Pereira	2. (vago)
Paulo Duque	3. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres - DEM	1. Maria do Carmo Alves - DEM
Romeu Tuma - DEM	2. Marco Maciel - DEM
Rosalba Ciarlini - DEM	3. Raimundo Colombo - DEM
Marisa Serrano - PSDB	4. Eduardo Azeredo - PSDB
Marconi Perillo - PSDB	5. Flexa Ribeiro- PSDB
PDT	
Francisco Dornelles - PP	1. Cristovam Buarque

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA **(9 titulares e 9 suplentes)**

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO **(7 titulares e 7 suplentes)**

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE **(7 titulares e 7 suplentes)**

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha- PMDB

Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano – PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Sibá Machado – PT	2. Augusto Botelho –PT
Fátima Cleide – PT	3. Serys Slhessarenko – PT
João Ribeiro – PR	4. Inácio Arruda – PC do B
Fernando Collor – PTB	5. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Gilvam Borges
Valdir Raupp	3. Garibaldi Alves Filho
Valter Pereira	4. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Eliseu Resende – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Heráclito Fortes – DEM	2. César Borges – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	3. Edison Lobão – DEM
José Agripino – DEM	4. Raimundo Colombo – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – AQUECIMENTO GLOBAL
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Renato Casagrande- PSB
Vice-Presidente: Senador Marconi Perillo – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Inácio Arruda – PC do B	2. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
	1. Adelmir Santana – DEM
Marconi Perillo – PSDB	2. Marisa Serrano – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Cícero Lucena- PSDB
Vice-Presidente: Senador João Ribeiro – PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
João Ribeiro – PR	1. Inácio Arruda – PC do B
Serys Slhessarenko – PT	2. Augusto Botelho –PT
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jonas Pinheiro – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Marisa Serrano – PSDB

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim- PT
Vice-Presidente: Senador Cícero Lucena – PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko- PT
Fátima Cleide – PT	2. Eduardo Suplicy – PT
Paulo Paim – PT	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya – PSB	4. Sibá Machado - PT
Inácio Arruda – PC do B	5. Ideli Salvatti- PT
	6. Marcelo Crivella - PRB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Mão Santa
Geraldo Mesquita Júnior	2. Romero Jucá
Paulo Duque	3. (vago)
Wellington Salgado de Oliveira	4. Valter Pereira
Gilvam Borges	5. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
César Borges – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Eliseu Resende – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Romeu Tuma – DEM	3. Jayme Campos – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	4. Maria do Carmo Alves – DEM
Arthur Virgílio – PSDB	5. Mário Couto – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	6. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ¹	7. Papaléo Paes
PDT	
Cristovam Buarque	1. (vago)
PSOL	
José Nery	

¹ Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: scomcdh@senado.gov.br.

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim – PT	1. Flávio Arns – PT
Serys Slhessarenko- PT	2. Sibá Machado - PT
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Gilvam Borges
Geraldo Mesquita Júnior	2. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Maria do Carmo Alves – DEM	1. (vago)
Heráclito Fortes – DEM	2. (vago)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Papaléo Paes – PSDB

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)

6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO TRABALHO ESCRAVO
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador José Nery - PSOL
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda – PCdoB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns - PT
	2. Patrícia Saboya – PSB .
PMDB	
Inácio Arruda – Pcdob	1. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Maria do Carmo Alves – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Lúcia Vânia – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
PSOL	
José Nery	

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente – Senador Heráclito Fortes - DEM
Vice-Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Inácio Arruda – PC do B
Marcelo Crivella – PRB	2. Aloizio Mercadante – PT
Fernando Collor – PTB	3. Augusto Botelho – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	4. Serys Slhessarenko – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	5. Fátima Cleide – PT
João Ribeiro – PR	6. Francisco Dornelles – PP
PMDB	
Pedro Simon	1. Valdir Raupp
Mão Santa	2. Leomar Quintanilha
(vago)	3. Wellington Salgado de Oliveira
Jarbas Vasconcelos	4. Gilvam Borges
Paulo Duque	5. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Heráclito Fortes – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Marco Maciel – DEM	2. César Borges – DEM
Maria do Carmo Alves – DEM	3. Kátia Abreu – DEM
Romeu Tuma – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Arthur Virgílio – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. (vago) ¹
João Tenório – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

¹ Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS
BRASILEIROS NO EXTERIOR
(7 titulares e 7 suplentes)**

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti - PTB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	2. Fátima Cleide - PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	2. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Marco Maciel – DEM
Flexa Ribeiro - PSDB	2. Arthur Virgílio – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Cristovam Buarque

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL
SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Fernando Collor - PTB

Vice-Presidente: Senador João Ribeiro - PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fernando Collor - PTB	1. Inácio Arruda – PC do B
João Ribeiro - PR	2. Augusto Botelho - PT
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
(vago)	2. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Rosalba Ciarlini – DEM
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS
FORÇAS ARMADAS**

(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Romeu Tuma - DEM

Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fernando Collor - PTB	1. Marcelo Crivella – PRB
PMDB	
Paulo Duque	1. Pedro Simon
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Marco Maciel – DEM
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Flexa Ribeiro – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1.

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: giraomot@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente - Senador Marconi Perillo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Delcídio Amaral - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Flávio Arns– PT
Delcídio Amaral– PT	2. Fátima Cleide– PT
Ideli Salvatti– PT	3. Aloizio Mercadante– PT
Francisco Dornelles– PP	4. João Ribeiro– PR
Inácio Arruda– PC do B	5. Augusto Botelho – PT
Fernando Collor– PTB	6. João Vicente Claudino – PTB
Expedito Júnior– PR	7. Renato Casagrande– PSB
PMDB	
Romero Jucá	1. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	2. José Maranhão
Leomar Quintanilha	3. Gilvam Borges
(vago)	4. Neuto De Conto
Valter Pereira	5. Geraldo Mesquita Júnior
Wellington Salgado de Oliveira	6. Pedro Simon
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana – DEM	1. Demóstenes Torres – DEM
Eliseu Resende – DEM	2. Marco Maciel – DEM
Jayme Campos – DEM	3. Jonas Pinheiro – DEM
Heráclito Fortes – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Raimundo Colombo – DEM	5. Romeu Tuma – DEM
João Tenório – PSDB	6. Cícero Lucena – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Mário Couto – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Tasso Jereissati – PSDB
PDT	
João Durval	1. (vago)

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail : scomci@senado.gov.br

**8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR A
IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC
(7 titulares e 7 suplentes)**

**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente - Senadora Lúcia Vânia - PSDB
Vice-Presidente – Senador Jonas Pinheiro - DEM**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fátima Cleide – PT	1. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya – PSB	2. Expedito Júnior – PR
João Pedro - PT	3. Inácio Arruda – PC do B
João Vicente Claudino – PTB	4. Antonio Carlos Valadares – PSB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	
PMDB	
José Maranhão	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Wellington Salgado de Oliveira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valter Pereira	4. Valdir Raupp
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	2. Jayme Campos – DEM
Marco Maciel – DEM	3. Kátia Abreu – DEM
Rosalba Ciarlini – DEM	4. Maria do Carmo Alves – DEM
Lúcia Vânia – PSDB	5. Tasso Jereissati – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. João Tenório – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Neuto De Conto - PMDB
Vice-Presidente - Senador Expedito Júnior - PR

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	3. João Ribeiro – PR
Expedito Júnior – PR	4. Augusto Botelho - PT
João Pedro – PT	5. José Nery – PSOL
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Valdir Raupp
Leomar Quintanilha	2. Romero Jucá
Pedro Simon	3. Valter Pereira
Neuto De Conto	4. Mão Santa
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Heráclito Fortes – DEM	1. Edison Lobão – DEM
César Borges – DEM	2. Eliseu Resende – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	3. Raimundo Colombo – DEM
Kátia Abreu – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Marconi Perillo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. João Tenório – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente – Senador João Tenório - PSDB
Vice-Presidente - Senador Sibá Machado - PT

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	2. João Ribeiro – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Valdir Raupp
Neuto De Conto	2. Mão Santa
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jonas Pinheiro – DEM	1. Raimundo Colombo – DEM – DEM
	2. Rosalba Ciarlini – DEM – DEM
João Tenório – PSDB	3. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano – PSDB	

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Wellington Salgado de Oliveira - PMDB

Vice-Presidente – Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Expedito Júnior – PR
Augusto Botelho – PT	2. Flávio Arns – PT
Renato Casagrande – PSB	3. João Ribeiro – PR
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Francisco Dornelles – PP
Ideli Salvatti – PT	5. Fátima Cleide – PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Garibaldi Alves Filho
Gilvam Borges	3. Mão Santa
Valter Pereira	4. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Eliseu Resende – DEM
Romeu Tuma – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Maria do Carmo Alves – DEM	3. Marco Maciel – DEM
José Agripino – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
João Tenório – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Marconi Perillo – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
(vago)	1. (vago)

Secretária: Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: Quartas-Feiras às 8:45 horas
Telefone: 3311-1120 Fax: 3311-2025
E – Mail: scomcct@senado.gov.br.

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Renato Casagrande - PSB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Renato Casagrande – PSB	2. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Heráclito Fortes – DEM
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Cícero Lucena – PSDB

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA O ESTUDO, ACOMPANHAMENTO E APOIO AO DESENVOLVIMENTO DOS PÓLOS TECNOLÓGICOS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente –
Vice-Presidente –

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Francisco Dornelles – PP
Augusto Botelho – PT	2. Fátima Cleide – PT
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Rosalba Ciarlini – DEM
Cícero Lucena – PSDB	2. Eduardo Azeredo – PSDB

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 06/03/2007)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

6ª Eleição Geral: 06.03.2007

Presidente: Senador Leomar Quintanilha ⁸

Vice-Presidente: Senador Adelmir Santana ³

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Augusto Botelho (PT)	RR	2041	1. (vago)		
João Pedro (PT) ⁹	PT	1166	2. Fátima Cleide (PT) ⁵	RO	2391
Renato Casagrande (PSB)	ES	1129	3. Ideli Salvatti (PT) ²	SC	2171
João Vicente Claudino (PTB) ¹	PI	2415	4. (vago)		
Eduardo Suplicy (PT)	SP	3213	5. (vago)		
MAIORIA (PMDB)					
Wellington Salgado de Oliveira	MG	2244	1. Valdir Raupp	RO	2252
Almeida Lima ⁴	SE	1312	2. Gerson Camata	ES	3235
Gilvam Borges	AP	1713	3. Romero Jucá	RR	2112
Leomar Quintanilha	TO	2073	4. José Maranhão	PB	1891
DEM					
Demóstenes Torres	GO	2091	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Heráclito Fortes	PI	2131	2. César Borges (PR) ¹⁰	BA	2212
Adelmir Santana	DF	4702	3. Maria do Carmo Alves	SE	1306
PSDB					
Marconi Perillo	GO	1961	1. Arthur Virgílio ⁶	MS	3016
Marisa Serrano ⁷	AM	1413	2. Sérgio Guerra	PE	2382
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. (vago)		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma ¹¹ (PTB/SP)					2051

(Atualizada em 17.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito na Sessão de 29.5.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Epiácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 – GLDBAG))DSF 18.10.2007).

² Eleitos na Sessão de 29.5.2007.

³ Eleito em 30.5.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP.

⁴ Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.6.2007.

⁵ Eleita na Sessão de 27.6.2007.

⁶ Eleito na Sessão de 04.07.2007, em vaga anteriormente ocupada pela Senadora Marisa Serrano, que renunciou em 04.07.2007.

⁷ Eleita na Sessão de 04.07.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Arthur Virgílio, que renunciou em 04.07.2007.

⁸ Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP.

⁹ Eleito na Sessão de 16.08.2007.

¹⁰ O Senador César Borges deixou o Partido dos Democratas (DEM) e filiou-se ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º.10.2007.

¹¹ O Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma ¹ (PTB-SP)	Corregedor
(Vago)	1º Corregedor Substituto
(Vago)	2º Corregedor Substituto
(Vago)	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 17.10.2007)

Notas:

¹ Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93. O Senador Romeu Tuma, comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

(Vago)	
(Vago)	
(Vago)	
(Vago)	
(Vago)	

Atualizado em 23.11.2007

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5255
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral: 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

3ª Designação Geral: 03.04.2007

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda

PMDB
Senadora Roseana Sarney (MA)
PFL
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PR
(vago)
PDT
Senador Cristovam Buarque
PSB (PDT)
Senadora Patrícia Saboya (CE) - PDT
PC do B
Senador Inácio Arruda (CE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PP
(vago)
PSOL
(vago)

(Atualizada em 02.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5259

scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u>
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Álvaro Dias (PSDB-PR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (DEM-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Waldemir Moca (PMDB-MS)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador César Borges (DEM-BA)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Magno Malta (PR-ES)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Marco Maciel (DEM-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Vieira da Cunha (PDT-RS)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 12.12.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier

Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO ²	EMANUEL SOARES CARNEIRO ²
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO ²
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE ²
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT ²	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER ³	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA ²	STEPAN NERCESSIAN ²
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS ²	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHÉLIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO ²	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

² Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

³ Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6ª Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA⁴

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)⁵

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

⁴ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

⁵ Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)²

Vice-Presidente: Deputado George Hilton (PP-MG)²

Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz (PSDB-RS)²

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (DEM/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR ³ (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMAN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. FERNANDO CORUJA (PPS/SC)
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. MATTEO CHIARELLI ⁴ (DEM/RS)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. (vago) ¹
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 2.10.2007)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

¹ Vago em virtude do falecimento do Deputado Júlio Redecker (PSDB-RS), ocorrido em 17.07.2007.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29 de agosto, pelo prazo de 121 dias conforme Requerimento nº 968, de 2007, publicado no DSF de 29.8.2007.

⁴ Em substituição ao Deputado Gervásio Silva, conforme Ofício nº 331-L-DEM/07, de 2.10.2007, do Líder do Democratas, Deputado Onyx Lorenzoni. À publicação em 2.10.2007.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> VALDIR RAUPP PMDB-RO
<u>LÍDER DA MINORIA</u> ZENALDO COUTINHO PSDB-PA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> DEMOSTENES TORRES DEM-GO
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> VIEIRA DA CUNHA PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> HERÁCLITO FORTES PFL-PI

(Atualizada em 1º.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Coleção Ambiental

Coletânea de publicações, com atualização periódica, sobre a legislação que aborda a questão ambiental.



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 132 PÁGINAS